

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Dissertação



**Arquitetura *Art Déco* nas escolas do Rio Grande do Sul no período do
Estado Novo (1930-1950)**

Lisiê Kremer Cabral

Pelotas, 2020

Lisiê Kremer Cabral

**Arquitetura *Art Déco* nas escolas do Rio Grande do Sul no período do
Estado Novo (1930-1950)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção ao título de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Lúcia Costa de Oliveira

Coorientadora: Prof^a Dr^a Célia Helena Castro Gonsales

Pelotas, 2020

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C117a Cabral, Lisiê Kremer

Arquitetura art déco nas escolas do Rio Grande do Sul
no período do Estado Novo (1930-1950) / Lisiê Kremer
Cabral ; Ana Lúcia Costa de Oliveira, orientadora ; Célia
Helena Castro Gonsales, coorientadora. — Pelotas, 2020.
207 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação
em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Patrimônio cultural. 3.
Art déco. 4. Arquitetura no Estado Novo. 5. Escolas no Rio
Grande do Sul. I. Oliveira, Ana Lúcia Costa de, orient. II.
Gonsales, Célia Helena Castro, coorient. III. Título.

CDD : 720

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Lisiê Kremer Cabral

**Arquitetura *Art Déco* nas escolas do Rio Grande do Sul no período do
Estado Novo (1930-1950)**

**Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,
Universidade Federal de Pelotas.**

Data da Defesa: 26 de março de 2020

Banca examinadora:

**_____ Profa. Dra. Ana Lúcia Costa de Oliveira (Orientadora) Doutora
em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio
Grande do Sul**

**_____ Profa. Dra. Célia Castro Gonsales (Coorientadora) Doutora em
Arquitetura pela Escuela Tecnica Superior de Arquitectura de
Barcelona da Universidad Politecnica de Cataluña**

**_____ Profa. Dra. Aline Montagna da Silveira Doutora em Arquitetura e
Urbanismo pela Universidade de São Paulo**

**_____ Profa. Dra. Laura Gomes Zambrano Doutora em História da Arte
e Gestão do Patrimônio Cultural pela Universidad Pablo de Olavide**

**_____ Prof. Dr. Sylvio Dick Jantzen Doutor em Educação pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

Agradecimentos

Completei meus estudos, do ensino primário ao ensino médio, no colégio I.E.E. Assis Brasil e recordo-me de alguns períodos marcantes, os quais fazem parte das memórias construídas nessa instituição durante a minha etapa de formação. Observo que em meu percurso foram deixadas marcas, estabelecidas pela minha criação, estudo, personalidade, e essas, contemporaneamente, continuam sendo moldadas.

Na fase inicial formávamos filas, por ordem de altura, para retornarmos à sala de aula, após o intervalo. O hino nacional, impresso nas capas dos livros, era entoado no pátio do colégio, enquanto a bandeira era hasteada vagarosamente. Com o passar dos anos, os corredores frios, as salas de aula mantendo a rigidez na organização das classes e setorizando os alunos, transfiguraram-se no olhar ausente para a rua que aguardava o toque para a saída.

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Católica de Pelotas no ano de 2015, percebo que as sucessões desses fatores não foram interrompidas, apenas estão sendo reinterpretadas e recebendo novos significados. Essas vivências concretizaram o eu presente, e dessa maneira, devo agradecer aos que estiveram ao meu lado durante esse percurso.

Reconhecimento para a minha família, em especial à minha mãe, meu exemplo de coragem e integridade. Faltam palavras para expressar a gratidão ao meu companheiro J. Cordeiro, obrigada pela compreensão, amor e apoio diário. Agradeço imensamente à minha orientadora por não limitar meu pensamento, e sim permitir uma busca livre, em que pude amadurecer e chegar a esse momento. À minha coorientadora que norteou o trabalho de forma objetiva e clara, e aos colegas e amigos que tive a oportunidade de conhecer durante essa trajetória.

Agradeço a(o)s funcionários dos órgãos públicos, que ajudaram no acesso aos documentos históricos, como também a(o)s professora(e)s e diretora(e)s das escolas pesquisadas que mostraram entusiasmo com o tema e contribuíram gentilmente com acervo próprio.

“[...] el medio es el mensaje, el instrumento califica la acción [...]” (WAISMAN, 1985, pg. 157).

Resumo

CABRAL, Kremer Lisiê. **Arquitetura Art Déco nas escolas do Rio Grande do Sul no período do Estado Novo (1930-1950)**. Orientadora: Ana Lúcia Costa de Oliveira. 2020. 207 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

Estudam-se as escolas padrão do Rio Grande do Sul idealizadas durante a Era Vargas com recorte temporal entre 1930 e 1950. O trabalho tem três partes: (i) construção de referenciais teóricos a partir de bibliografia que trata sobre educação, arquitetura escolar no Brasil, *Art Déco* e aspectos políticos e ideológicos da época; (ii) identificação das obras e (iii) análise do projeto padrão. Durante o governo de Vargas, na década de 1930, o sistema educacional foi reformulado para facilitar o acesso à educação. Foi implementado um novo programa escolar que teve como intuito formar uma unidade nacional através de conceitos cívicos e morais. Nesse mesmo cenário já estavam sendo construídos prédios imponentes com uma linguagem progressista, que possuíam a intenção de marcar o momento político. As escolas com projeto padrão, apresentadas sob uma linguagem arquitetônica *Art Déco*, estão situadas nessa conjuntura e, além da sua suntuosidade, possuem elementos que podem ser relacionados à nacionalização do ensino, como os estandartes e terraços utilizados em momentos cívicos. Com esse estudo, identificaram-se as circunstâncias que originaram esses prédios escolares - implementação de um novo método de ensino, junto à política de nacionalização dos imigrantes e à nova linguagem arquitetônica - e, a partir disso, legitimaram-se os códigos e símbolos que essas edificações possuem e a sua importância como instrumento de representação do governo e influência social. Foram identificadas 39 instituições escolares semelhantes com variações que foram influenciadas pelo número de alunos - 200, 250, 350, 500 e 750. O método de análise utilizado pela autora foi fundamentado mediante a reunião e recombinação de categorias de ensaios baseados na bibliografia, permitindo a elaboração de uma síntese que recupera a noção de estilo e relaciona os grupos identificados com os instrumentos conceituais de projeto. Através da análise arquitetônica foi possível apontar e entender o projeto padrão utilizado, como também sua referência à modernidade, e assim potencializar a valorização da arquitetura escolar *Art Déco* buscando a preservação histórica desses edifícios.

Palavras-chave: Arquitetura e Urbanismo. Patrimônio Cultural. *Art Déco*. Arquitetura no Estado Novo. Escolas no Rio Grande do Sul.

Abstract

CABRAL, Kremer Lisiê. ***Art Déco architecture in the schools of the Rio Grande do Sul in the Estado Novo period (1930-1950)***. Advisor: Ana Lúcia Costa de Oliveira. 2020. 207 f. Dissertation (Master in Architecture and Urbanism) - Graduate Program in Architecture and Urbanism, Faculty of Architecture and Urbanism, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2020.

This research presents a study about the standard schools in state of Rio Grande do Sul, idealized during the dictatorial period of president Vargas, with a temporal cut between 1930 and 1950. The work has three parts: (i) construction of theoretical references by bibliography, about education, school architecture in Brazil, *Art Déco* and political and ideological aspects of the time; (ii) identification of buildings and (iii) standard design analysis. During the Vargas administration in the 1930s, the educational system was reformulated to facilitate access to education, so a new school program was implemented to form a national unity through civic and moral concepts. In the same scenario were already being made imposing buildings with a progressive language, which had the intention of marking the political moment. The schools with a standard design, presented under an *Art Déco* architectural language, are located at this juncture and, besides their sumptuousness, they have elements that can be related to the nationalization of teaching, such as the banners and terraces used in civic moments. This study identified the circumstances that gave rise to these school buildings - the implementation of a new teaching method, along with the nationalization policy of immigrants and the new architectural language - and from this, we intend to legitimize the codes and symbols that these buildings have and their importance as instrument of government representation and social influence. To date, 39 similar educational institutions had been identified with variations that were influenced by the number of students - 200, 250, 350, 500 and 750. The analysis method used by the author was based on the collection and recombination of categories of essays based on the bibliography, allowing the elaboration of a synthesis that recovers the notion of style and relates the identified groups with the conceptual design instruments. The architectural analysis aims to point out and understand the standard design used, as well as its reference to modernity, and thus enhance the valorization of the school architecture *Art Déco*, seeking the historical preservation of these buildings.

Keywords: Architecture and Urbanism. Patrimony Cultural. *Art Déco*. Architecture in the Estado Novo. Schools in Rio Grande do Sul.

Lista de Figuras

Figura 1	Escola Normal da Capital (1894), atual Secretária Estadual de Educação/SP.	29
Figura 2	Escola Municipal Argentina, (1935), Vila Isabel/RJ.	38
Figura 3	Grupo Escolar Visconde de Congonhas do Campo, (1936), SP.....	38
Figura 4	Escola Estadual Marina Cintra, anterior Grupo Escolar São Paulo (1939)/SP.....	42
Figura 5	Colégio Estadual do Paraná (1944), Paraná/PR.	43
Figura 6	Escola Normal (1869), Porto Alegre/RS.	46
Figura 7	Colégio Elementar Fernando Gomes (1913), Porto Alegre/RS.....	48
Figura 8	Colégio Paula Soares (1822), Porto Alegre/RS.....	48
Figura 9	Antiga Prefeitura de São Leopoldo (1940), São Leopoldo/RS.	49
Figura 10	Projeto para escolas isoladas (1924), Bento Gonçalves/RS.....	50
Figura 11	Residência do Snr. Gregorio Dreizin, 1940, Pacaembú/SP.....	58
Figura 12	Fachadas Nordestinas, pinturas e platibandas, 2017, BH.	59
Figura 13	Fachada dos prédios dos Correios e Telégrafos (década de 30), Teófilo Otoni/MG (E), Pelotas/RS (D).....	60
Figura 14	Fachada prédio Justiça Federal (1938), Pelotas/RS.	64
Figura 15	Projeto para 200 alunos, Colégio Elementar Jacuhy/RS, setembro 1937.....	81
Figura 16	Projeto Colégio Elementar Jacuhy/RS, outubro 1937.....	81
Figura 17	Projeto para 500 alunos, Colégio Elementar de S. Jerônimo/RS, junho 1938.	83
Figura 18	Escola Estadual de Ensino Fundamental Barão de Jacuí. São Jerônimo/RS	83
Figura 19	Projeto padrão para 500 alunos.	84
Figura 20	Escola Estadual de Educação Fundamental Matias de Albuquerque (1941). Porto Alegre/RS	84
Figura 21	Prédios Escolares/RS.	85
Figura 22	Colégio Elementar de Bento Gonçalves/RS	86
Figura 23	Projeto para reforma do sistema de iluminação, 1951, Bento Gonçalves/RS	86
Figura 24	Prédios Escolares/RS.	87
Figura 25	Planta pavimento térreo, 750/1000 alunos I.E.E. João Neves da Fontoura. Cachoeira do Sul/RS	88
Figura 26	I.E.E. João Neves da Fontoura. Cachoeira do Sul/RS.....	88
Figura 27	Planta de porão e 1º pavimento de Tipo de Colégio para 750 alunos.	90
Figura 28	Planta de 2º e 3º pavimentos de Tipo de Colégio para 750 alunos.	90
Figura 29	Fachada principal de Tipo de Colégio para 750 alunos.	91
Figura 30	Instalações de águas para o Colégio de Bagé para 750 alunos, 1940.....	91
Figura 31	Escola Estadual Silveira Martins para 750 alunos - 1942. Bagé/RS.	92

Figura 32	Projeto de instalações elétricas para Colégio Progressivo de 350 alunos. Guaíba/RS.....	93
Figura 33	Projeto de instalações elétricas para Pavilhão de Educação Física Tipo Progressivo para 350 alunos. Guaíba/RS.	94
Figura 34	Instituto Estadual de Educação Gomes Jardim. Guaíba/RS.....	94
Figura 35	Escola Estadual de Ensino Fundamental de Estrela. Estrela/RS. .	95
Figura 36	Plantas de 1º e 2º pavimentos e fachadas de Colégio para 250 alunos.	96
Figura 37	Escola Municipal de Ensino Fundamental Felipe dos Santos. Veranópolis/RS.	97
Figura 38	Planta de fundações para o Colégio Navegantes, fevereiro de 1939.	98
Figura 39	Planta elétrica para um pavilhão de educação física tipo progressivo para 500 alunos, dezembro de 1938.	98
Figura 40	Escola Estadual de Ensino Fundamental Visconde de São Leopoldo, anterior a 1966, São Leopoldo /RS.....	107
Figura 41	Vasconcelos Jardim, General Câmara/RS.	108
Figura 42	Tipo de Colégio para 1000 alunos, Instituto Estadual de Educação Assis Brasil. Pelotas/RS.....	108
Figura 43	Esquema temporal 1937-1940, Rio Grande do Sul.	109
Figura 44	Mapa do Rio Grande do Sul com localização das escolas padrão.....	1109
Figura 45	Planta baixa pavimento térreo da Escola Modelo da Luz (1897), São Paulo.....	110
Figura 46	Fachada principal e plantas do 1º e 2º pavimento da Escola Gomes Cardim (1937), SP.	111
Figura 47	Escola Felipe dos Santos, 1976, Veranópolis/RS.....	114
Figura 48	Escola Marques de Souza.	114
Figura 49	Implantação da escola Marques de Souza.	115
Figura 50	Imagens internas da escola Marques de Souza, circulação, entropiso e sala de aula.	116
Figura 51	Escola Cruzeiro do Sul.	117
Figura 52	Implantação escola Cruzeiro do Sul.	117
Figura 53	Imagens internas da escola Cruzeiro do Sul, circulação, entropiso e sala de aula.....	118
Figura 54	Escola Gomes Jardim.	119
Figura 55	Implantação escola Gomes Jardim.	120
Figura 56	Imagens internas da escola Gomes Jardim, circulação, entropiso e sala de aula. Fonte: Acervo da autora (2019).....	120
Figura 57	Escola Joaquim Caetano.	121
Figura 58	Implantação da escola Joaquim Caetano.....	122
Figura 59	Escola Assis Brasil.	123
Figura 60	Implantação da escola Assis Brasil.	124
Figura 61	Imagens internas da escola Assis Brasil, circulação, entropiso e sala de aula.	125
Figura 62	Ampliações do colégio Marques de Souza.	130
Figura 63	Planta de situação Instituto Assis Brasil.	133

Figura 64	Entorno do Instituto Assis Brasil.....	134
Figura 65	Representação 3D do entorno do Instituto Assis Brasil.	134
Figura 66	Implantação das escolas.	136
Figura 67	Planta baixa dos colégios 1) Assis Brasil, 2) Joaquim Caetano e 3) Marques de Souza.	140
Figura 68	Alunos trabalhando em sala de aula, I.E.E.A.B., 1979 (S); Chegada de estudantes e pais na mesma escola, 1979 (I)	146
Figura 69	Planta baixa do 1º pavimento dos Colégios Assis Brasil, Joaquim Caetano e Marques de Souza, demarcação das circulações.	148
Figura 70	Imagens do auditório da escola Assis Brasil.	148
Figura 71	Acesso da escola Marques de Souza (E) ; Fachada do Colégio Elementar Jacuhy (1937), para 200 alunos (DS) ; Fachada escola Marques de Souza (1939), para 200 alunos (DI)	149
Figura 72	Volumetria do I.E.E. Assis Brasil, realce nos volumes das escadas.	150
Figura 73	Planta baixa e volumetria da Escola Marques de Souza, 200 alunos.	151
Figura 74	Planta baixa do 1º pavimento da escola Marques de Souza, ênfase na unidade formada pelas salas de aula.	153
Figura 75	Planta baixa do 1º pavimento e fachada principal e lateral dos colégios Assis Brasil e Joaquim Caetano, destaque das salas de leitura, do auditório e dos volumes das escadas.	155
Figura 76	Planta baixa do 1º pavimento das escolas Assis Brasil, Joaquim Caetano e Marques de Souza.	156
Figura 77	Planta baixa do 1º pavimento das escolas Assis Brasil e Marques de Souza, delimitação de eixo e equilíbrio em relação as circulações.	Erro!
	Indicador não definido.	
Figura 78	Esquema 3D dos colégios Assis Brasil, Joaquim Caetano e Marques de Souza.	159
Figura 79	Fachada principal da escola Marques de Souza, realce da escala dos pedestres em relação ao prédio.	161
Figura 80	Planta baixa do 1º pavimento e fachada principal dos colégios Assis Brasil e Joaquim Caetano, realce da proporção encontrada em três partes.	162
Figura 81	Planta baixa do 1º pavimento da escola Assis Brasil, indicando a modulação dos ambientes.	163
Figura 82	Vista 3D do colégio Assis Brasil, frisando a variação de alturas.	164
Figura 83	Fachada lateral dos colégios Assis Brasil e Joaquim Caetano, destaque nas esquadrias escalonadas, ritmadas e com linhas curvas.	165
Figura 84	Fachadas Sudoeste e Sudeste do I.E.E. Assis Brasil, indicando a distribuição das esquadrias e a marcação horizontal da edificação.	167
Figura 85	Fachadas Sudeste e Sudoeste E.E.E.F. Joaquim Caetano da Silva, indicando a distribuição das esquadrias e a marcação horizontal da edificação.	167
Figura 86	Fachadas Sudeste e Nordeste E.E.E.F. Marques de Souza, indicando a distribuição das esquadrias e a marcação horizontal da edificação.	168

Lista de Tabelas

Tabela 1	Escolas padrão - Classificação de acordo com o número de alunos.	100
Tabela 2	Classificação de escolas por número de alunos.	113
Tabela 3	Comparação entre os espaços existentes.	1388

Lista de Abreviaturas e Siglas

AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
DBJ	Juventude Teuto-Brasileira
INEP	Instituto Nacional de Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
NSDAP	Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães
SEC	Secretaria de Educação e Cultura
SPHAN	Serviço do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional
SOP	Secretaria de Obras Públicas
RJ	Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
VDV	União das Sociedades Alemãs

Sumário

Introdução	16
Caracterização do problema	16
Objetivos	19
Delimitação temporal e escolha das obras estudadas.....	20
Estado da arte.....	21
Estrutura da dissertação	24
1 Retrospecto da Arquitetura Escolar Brasileira	26
1.1 Educação no Brasil	26
1.2 Educação no Brasil - Pós 1920	30
1.3 Escola Nova.....	33
1.4 Novas construções escolares - 1930.....	36
1.4 Expansão do ensino pós 1930 - 50	44
1.5 Educação no Rio Grande do Sul	45
2 Art Déco	54
2.1 Características	54
2.2 Manifestações no Brasil	56
2.3 Manifestações no Rio Grande do Sul	63
3 Origem das Escolas Padrão de 1940	67
3.2 Escolas estrangeiras no Rio Grande do Sul	68
3.3 Ascensão do partido nacional socialista no Rio Grande do Sul	70
3.4 Movimento nacionalista	72
3.4 Ideologia e representação	75
4 Projetos Implementados pelo Engenheiro João Baptista Pianca no Rio Grande do Sul	79
4.1 Projetos escolares entre 1930-50.....	79
5 A Escola Padrão e a Arquitetura Art Déco	110

5.1 Escolas da República Velha x Escolas do Estado Novo	110
5.2 Classificação das escolas do Estado Novo no Rio Grande do Sul	112
5.3 Projeto padrão	114
5.3.1 Contextualização das cinco escolas.....	114
5.3.1.1 Grupo 1 - 200 alunos - E.E.F. Marques de Souza, São José do Norte	114
5.3.1.2 Grupo 2 - 250 alunos - E.E. Cruzeiro do Sul, São Lourenço do Sul....	116
5.3.1.3 Grupo 3 - 350 alunos - I.E.E. Gomes Jardim, Guaíba	119
5.3.1.4 Grupo 4 - 500 alunos - E. Joaquim Caetano, Jaguarão	121
5.3.1.5 Grupo 5 - 750 alunos - I.E.E. Assis Brasil, Pelotas	123
5.4 Análise do projeto padrão	126
5.4.1 Intenções - Aspectos subjetivos	127
5.4.1.1 Uso social, psicológico e físico	127
5.4.1.2 Território.....	132
5.4.2 Materialização - Transição do subjetivo ao objetivo	136
5.4.2.1 Programa - construção e organização.....	137
5.4.2.2 Técnica e economia	140
5.4.2.3 Partido e desenvolvimento geral do projeto.....	144
5.4.2.4 Forma.....	157
5.4.2.5 Escala e proporção	160
5.4.2.6. Plástica	163
Considerações finais	170
Referências	176
Apêndices	183
Apêndice A - Fichas IPHAE	184
Apêndice B - Tabela de catalogação.....	206

INTRODUÇÃO

Caracterização do problema

O projeto do ambiente escolar, ainda hoje, possui como base a interação entre as pessoas, permitindo que elas vivam em comunidade. Essa integração e o contexto da sociedade exercem influência no espaço escolar, portanto é essencial o conhecimento das relações entre os usuários e a edificação para compreender a realidade do ambiente de ensino. Segundo Cruz e Carvalho (2004), uma escola é a concretização da visão a respeito da educação e seu papel na construção da sociedade.

Ao longo da história, a arquitetura do ambiente escolar teve duas tendências principais: de um lado, o desejo de controle e disciplina, exercidos através de espaços bem determinados com projetos baseados no isolamento autônomo e, de outro, as influências das teorias pedagógicas, que valorizam mais a criatividade e a individualidade do ser humano (KOWALTOWSKI, 2013), percebidas na arquitetura através do surgimento de ambientes de desenvolvimento intelectual e social como sala de leitura, ginásio e auditório.

No Brasil, até o final do século XIX, as escolas eram implantadas em pequenas residências de forma deficitária, sendo a maioria de iniciativa privada e de instituições religiosas, com pouco interesse por parte dos governantes. Os prédios escolares começam a ganhar relevância e imponência com a valorização da educação, porém ainda com o passar dos anos, não atendiam de maneira plena as necessidades dos usuários. A carência de instituições educacionais provocou o aumento do analfabetismo e, como resposta do poder público já no período republicano, a busca por novas estratégias de melhoria dos edifícios escolares, priorizando questões higiênicas e de conforto, para incentivar a matrícula e a permanência do aluno na escola.

A partir de 1890, as edificações escolares eram construídas para promover a ideologia republicana e contavam com projetos tipo que visavam a monumentalidade da edificação e possuíam características neoclássicas (FARIA FILHO; VIDAL, 2000). Através de linguagens e símbolos próprios, o edifício escolar começava a possuir representatividade ideológica, seguindo o exemplo

de templos, quartéis e câmaras municipais, percebendo-se, assim, a caracterização de uma arquitetura constitucional (ESCOLANO; FRAGO, 2001).

O início do século XX foi essencial para o rumo da educação no Brasil. Após a fase de expansão industrial e urbanização, houve o desenvolvimento econômico do país junto com o surgimento de novas camadas sociais. A partir das mudanças nas relações do Estado com a sociedade, a educação passa a ser entendida como um instrumento de inserção social e propulsora do progresso. Nesse momento, surgiu um novo programa pedagógico denominado Escola Nova, que apresentava ideias de democratização do ensino que passa a ser gratuito e obrigatório desde a constituição de 1934.

De maneira paralela a esses acontecimentos, nos anos de 1937-1945, no Rio Grande do Sul, onde a maioria dos imigrantes era alemã, foram adotadas medidas que promoviam o patriotismo brasileiro como a parada da juventude, as caravanas nacionalistas, substituição de professores estrangeiros por professores brasileiros, criação de novas unidades escolares, entre outras. A nacionalização do ensino, que ocorreu de forma a introduzir o amor à pátria e a uniformização cultural aos imigrantes, foi ferramenta de oposição à ascensão dos partidos totalitários estrangeiros. Segundo Schlee (1993), foi a vontade de “abrasileirar” os imigrantes que implicou a necessidade de o secretário estadual da educação criar uma rede de escolas públicas por todo o Estado.

A partir de um programa do governo do estado do Rio Grande do Sul, por volta da década de 1940, foram propostas edificações escolares com projeto padrão em diversas cidades gaúchas. Essas escolas fizeram parte de um contexto político-social marcado por um programa pedagógico inovador, pela nacionalização dos imigrantes e de um caráter de modernização.

Podemos encontrar edifícios com as mesmas semelhanças formais e compositivas em todo o estado do Rio Grande do Sul, o que levou ao questionamento e posteriormente à confirmação da utilização de uma tipologia padrão imposta pelo governo.

As escolas eram construídas de acordo com a demanda das cidades e, como exemplo, pode-se mencionar os seguintes prédios escolares: Instituto Estadual de Educação Assis Brasil, Pelotas/RS, com capacidade de 750 alunos, Escola Joaquim Caetano, Jaguarão/RS, para 500 alunos, Instituto Estadual de

Educação Gomes Jardim, Guaíba/RS, para 350 alunos, Escola Estadual Cruzeiro do Sul, São Lourenço do Sul/RS, para 250 alunos, e Escola Estadual de Ensino Fundamental Marques de Souza, São José do Norte/RS, para 200 alunos.

Ainda no começo do século XX, surgiu uma nova tendência arquitetônica caracterizada pela simplificação das construções, pelas novas técnicas construtivas e pelo intuito de otimizar a construção oferecendo acessibilidade a todas classes sociais (CORREIA, 2010). O *Art Déco* foi um movimento de transição da arquitetura, do rompimento entre a escola clássica e ascendência da arquitetura moderna, dos anos de 1930 até os anos 1950.

Esse estilo ficou conhecido pela simplicidade de concepção, pois possuía características expressionistas com valorização das formas puras, simetrias localizadas ou em conjuntos e predominância de cheios sobre os vazios. As construções *Art Déco*, possuem características racionais, funcionais e econômicas, em que os pontos marcantes são os espaços de plantas semicirculares que costumam marcar as esquinas, o uso de janelas de canto, e as coberturas planas horizontais constituindo terraços (CORREIA, 2010).

A estrutura portante das escolas gaúchas, que seguem essa linguagem, era composta por vigas e lajes em concreto armado, o que permitia vãos internos maiores e a composição de pequenos terraços (MOURA; SCHLEE, 2002). Este tipo de construção admitia uma obra rápida e com baixo custo, fazendo com que todos esses prédios institucionais, mesmo em localizações diferentes, fossem semelhantes. Os projetos dessas escolas, que foram realizados pelo engenheiro João Baptista Pianca formado pela Escola de Engenharia de Porto Alegre marcam uma época de desenvolvimento arquitetônico e educacional e possuem importância social para a população.

O projeto padrão é uma prática utilizada para instituições públicas, como escolas, hospitais, creches, estações ferroviárias e correios e telégrafos, em que a partir de um programa de necessidades padronizado consegue-se atender a objetivos econômicos, de racionalidade construtiva e de funcionalidade de maneira satisfatória. Esse tipo de projeto também tem o objetivo de marcar e identificar a fase política de uma época, tendo um reconhecimento da gestão na forma de uma assinatura ou símbolo.

Alguns autores vêm conexões bastante claras dessa linguagem arquitetônica com aspectos ideológicos do Estado. Por exemplo, Segawa (1997) afirma que esse novo estilo arquitetônico difundiu-se pelo Brasil durante o Estado Novo e apresentou uma arquitetura moderna e suntuosa com aspectos totalitários.

Outros autores como Silveira (2012) dizem que as escolas construídas nesta época possuem algumas características que referenciam o patriotismo mencionado anteriormente como os terraços e espaços recuados, os quais eram utilizados no momento de exaltação do hino nacional e em eventos de caráter cívico, e o mastro, no qual eram hasteadas bandeiras e estandartes. Esses elementos eram posicionados no ponto de maior destaque da construção para enaltecer e afirmar a cultura patriótica.

Objetivos

Nesse contexto, esta dissertação teve como objetivo geral estudar a arquitetura das escolas padrão no período de 1930 a 1950 no Rio Grande do Sul, com o fim de relacionar a tipologia padrão desses edifícios com aspectos sociais, de renovação educacional e com as ideologias de Estado da Era Vargas.

Os parâmetros que sustentam esse posicionamento são o novo programa pedagógico, o início da modernidade na construção civil e a política de nacionalização no Rio Grande do Sul, tendo o projeto padrão como produto da soma desses três fatores.

A relevância da pesquisa se apresenta na valorização da arquitetura escolar *Art Déco*, incentivando a preservação histórica dos edifícios analisados. Como objetivos específicos estabeleceram-se:

- 1) Compreender os princípios referentes à educação no Brasil no intervalo analisado;
- 2) Identificar as características e o conceito da arquitetura *Art Déco*;
- 3) Compreender o objeto de estudo a partir dos aspectos ideológicos e das ações políticas do momento;
- 4) Entender a conexão entre arquitetura escolar e ideologia;
- 5) Construir um inventário das instituições escolares, de projeto padrão, construídas entre 1930-50 no Rio Grande do Sul.

Delimitação temporal e escolha das obras estudadas

Os anos compreendidos entre 1930 e 1950 foram escolhidos por caracterizar a época em que foram realizados os projetos e a execução das edificações escolares *Art Déco*, com projeto padrão, no estado do Rio Grande do Sul.

Esse período, durante a primeira fase do governo de Getúlio Vargas (1930-45), é marcado por reformas do sistema político e educacional. Iniciava o movimento Escola Nova, o estilo *Art Déco* e a política de nacionalização do ensino.

O movimento Escola Nova idealizava reformar o ensino através de um novo programa pedagógico, fomentando o acesso à educação para toda população. Dessa maneira, o ensino seria massificado, formando uma unidade nacional através de conceitos cívicos e morais.

O estilo *Art Déco* ganhou prestígio no Brasil a partir de 1930. Caracterizado como representante do desenvolvimento do país, utilizava novas técnicas construtivas, linhas curvas e referências às dinâmicas dos novos meios de transporte, considerado símbolo de progresso e marco do governo.

A nacionalização do ensino foi uma medida adotada pelo governo em meados de 1937, como reflexo de uma política autoritária e nacionalista adotada por Vargas. Teve o intuito de difundir a ideologia do Estado no Rio Grande do Sul e sanar os conflitos com os imigrantes alemães.

A mescla entre o cenário político e educacional concebeu critérios substanciais para a criação dos projetos que serão abordados nesse trabalho. A partir do livro publicado no ano de 1941 por, à época Secretário de Educação, J.P. Coelho de Souza, intitulado **Denúncia**, tem-se que seriam construídas 49 escolas em zona urbana com tipologia padrão e capacidade para atender de 150 a 750 alunos. Essas Instituições seriam reproduzidas em diversas cidades do estado de acordo com a necessidade e demanda.

As obras estudadas nessa dissertação referem-se às instituições escolares utilizadas como ferramenta nacionalista durante a Era Vargas. As construções foram projetadas e construídas entre os anos de 1930-50 no estado do Rio Grande do Sul.

Estado da arte

O desenvolvimento dos programas para prédios escolares e sua relação com a arquitetura é retratado por Nascimento (2012), o qual menciona a influência do movimento pedagógico que surge à época e das novas políticas educacionais adotadas no estado de São Paulo. São tratadas questões históricas sobre a evolução da arquitetura escolar e a influência dos novos métodos pedagógicos.

A arquitetura escolar paulista de 1930 é discutida na dissertação de Oliveira (2007) como marco da paisagem urbana, símbolos do governo e do desenvolvimento econômico. É apontada a importância dessa arquitetura, através de questões referentes às novas diretrizes para construção de prédios escolares, dos programas arquitetônicos, do uso de novas técnicas construtivas e seus valores arquitetônicos. Atualmente, algumas escolas mencionadas no trabalho de Oliveira (2007) foram tombadas por serem símbolos do início do modernismo, contarem com novas técnicas construtivas e possuírem um programa pedagógico reformado.

O livro denominado **Colégios elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul: memórias e cultura escolar - séculos XIX e XX**, organizado por Grazziotin e Almeida, publicado em 2016, é uma coletânea de trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores do grupo EMBRAMIC - Educação no Brasil: memórias, instituições e cultura escolar. É apresentado na obra o percurso das escolas no Estado do Rio Grande do Sul.

A tese de Ermel (2017) “Arquitetura escolar e patrimônio histórico-educativo: os edifícios para a escola primária pública no Rio Grande do Sul (1907-1928)”, na área de história da educação, contribui com análise das primeiras edificações escolares de ordem primária e pública no estado do Rio Grande do Sul, através de material histórico coletado em órgãos públicos, e atenta sobre a importância da preservação desses imóveis.

A importância do estilo *Art Déco* na arquitetura é apresentado por Viana (2011), que aponta as expressões das construções a partir de 1930 até 1950 na cidade de Florianópolis. São apresentados alguns prédios públicos, os quais foram projetados com intenção de renovar a cidade. Analisa fachadas residenciais e valores dessa arquitetura e apresenta um inventário.

O livro **Protomodernismo em Pelotas** da autora Rosa Garcia de Moura (2005) explana sobre o desenvolvimento da cidade e da arquitetura de Pelotas entre 1940-50, em que o *Art Déco*, também denominado regionalmente como protomodernismo, é entendido como marco do início da arquitetura Moderna na cidade de Pelotas, caracterizado pelo uso de linhas geométricas e horizontais.

Silveira (2012) discorre, em sua dissertação de mestrado “Referência, mídia e projeto: Compreendendo a estética da arquitetura protomodernista em Pelotas - RS”, sobre a arquitetura protomoderna, produzida entre a década de 1930 a 1940. O trabalho apresenta como um dos prédios estudados o Instituto Estadual de Educação Assis Brasil, que também faz parte desta pesquisa, como também outras edificações do período, e expõe análises que possuem intuito de identificar valores culturais e artísticos.

Fourquet e Murard (1978), apresentam parte de pesquisa sobre a história das cidades, territórios e dos equipamentos coletivos. Os autores discutem sobre as construções de caráter público e sua linguagem, que age no inconsciente social e tenciona representar, marcar, corrigir e conservar, tendo que a existência e o funcionamento desses equipamentos simbolizam o poder e controle do Estado sobre a sociedade.

Procedimentos metodológicos

A metodologia adotada é dividida em três partes: (i) construção dos referenciais teóricos a partir da bibliografia existente; (ii) identificação das obras a partir de pesquisa documental exploratória; (iii) e análise do projeto padrão, de suas tipologias e de sua relação com questões ideológicas gerais.

A revisão bibliográfica foi realizada com intenção de estruturar o cenário educacional e político brasileiro, introduzir o novo estilo arquitetônico e a relação como símbolo do governo, para então, serem contextualizadas as escolas *Art Déco* do Rio Grande do Sul. Os textos revisados sobre arquitetura escolar e estilo *Art Déco* serviram, também, como referencial teórico e estilístico para a análise das instituições escolares.

A identificação das obras foi constituída pelos seguintes passos:

- Pesquisa sobre os prédios escolares presumidos em bibliografia, através de consulta *online*, bibliográfica e arquivos municipais. Assim como busca pelos projetos dos edifícios em órgãos públicos.

A procura pelas escolas, em um primeiro momento ocorreu através de busca na Internet, seguido por contato pessoal, através de telefone e *e-mail*, com a direção das instituições. Algumas escolas possuem acervo próprio com seu histórico, portanto, foram realizadas visitas a essas instituições. Foram visitados, para busca de informações mais detalhadas, como leis, decretos, projetos arquitetônicos, assim como demais documentos oficiais, o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Acervo Histórico do Rio Grande do Sul, Secretaria Estadual de Obras Públicas, Secretaria Estadual de Educação e suas instâncias regionais.

- Catalogação das escolas como pertencentes ao programa pesquisado a partir da data de projeto e construção, juntamente com análise de características do estilo *Art Déco* e da tipologia adotada, classificadas quanto à demanda de alunos, às suas características individuais e informações básicas. Com isso foram montadas cinco fichas de cadastramento junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul - IPHAE, com o intuito da construção de um inventário das obras estudadas.

Sabe-se que as escolas abordadas nesse trabalho foram projetadas e construídas entre 1930-50, logo essa foi a margem de intervalo adotada para uma seleção temporal. As características do estilo *Art Déco*, junto com as características de nacionalização do período do governo Vargas foram os requisitos de seleção. A catalogação foi feita através de uma tabela contendo localização, ano de construção e número de alunos.

- Tendo as escolas catalogadas e classificadas partiu-se para uma etapa de escolha de quais instituições deveriam ser analisadas de maneira mais aprofundada.

Tendo em vista que o projeto padrão propicia atributos muito semelhantes para todas as escolas foram formados grupos tipológicos levando em consideração o número de alunos de casa escola, a partir desses grupos foram

escolhidos um representante de cada, totalizando cinco modelos, que tiveram uma análise mais criteriosa.

- A partir das escolas escolhidas foram realizadas análises dos projetos encontrados.

Com as edificações já selecionadas foi realizada a comparação entre o programa das escolas de 1890 e as instituições da década de 1930, com o objetivo de identificar as características e configurações formais empregadas em cada fase.

Foram realizados levantamentos fotográficos, redesenho 3D, análise de planta baixa, de volumetria e fachadas. O resultado encontrado na análise foi confrontado com o referencial teórico, com intuito de mostrar a arquitetura como instrumento de controle e ferramenta de enaltecimento do Estado.

Estrutura da dissertação

O trabalho começa, em sua introdução, abordando o problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa e a explanação sobre a metodologia utilizada.

O primeiro capítulo faz uma contextualização histórica a respeito da educação e da arquitetura escolar no Brasil, do estilo *Art Déco* e dos aspectos políticos e ideológicos da época. Buscando relacionar esses três fatores com a origem das escolas padrão do Rio Grande do Sul. Esse capítulo será subdividido em:

“Educação no Brasil”, que aborda o desenvolvimento da educação, a criação dos primeiros prédios escolares e as mudanças e melhoramentos até a década de 1930 em relação à arquitetura Republicana. Discorre-se também sobre o novo método pedagógico Escola Nova e as influências sociais representadas por um novo programa escolar. Após comenta-se sobre educação no Rio Grande do Sul, seu desenvolvimento e transformações, com foco na Era Vargas.

“*Art Déco*”, que trata sobre preceitos essenciais da linguagem, características que determinam sua classificação, sua disseminação e consolidação, influências da era moderna através das máquinas, aviões, navios, entre outros. Também é comentado sobre suas representações marajoaras, sua

atuação como representante da tropicalidade brasileira, e elementos utilizados nos prédios padrão em diferentes estados com intuito de caracterizar o período do governo.

“Origem das escolas padrão”, discorre sobre as atitudes políticas que deram origem às escolas com projeto padrão *Art Déco*. Foram abordadas questões referentes às medidas adotadas pelo governo para nacionalizar os imigrantes e os projetos *Art Déco* como seus símbolos representativos.

O segundo capítulo, “Modelos implementados no Rio Grande do Sul”, apresenta os exemplares de escolas existentes no estado, que sejam pertencentes ao mesmo programa e fase. Foi traçado um pequeno percurso com projetos de autoria do engenheiro responsável pelo projeto padrão.

O terceiro capítulo, “A escola padrão e a arquitetura *Art Déco*”, é marcado pela contextualização e exposição de análises gráficas das cinco instituições escolares previamente determinadas. O objetivo desse capítulo é discorrer sobre as diferenças entre projetos, tanto pertencentes ao mesmo programa quanto àqueles do momento Republicano, e aclarar a interpretação sobre a tipologia adotada durante o governo autoritário.

O último capítulo “Considerações finais” condensa as informações coletadas e apresenta as principais conclusões do levantamento realizado ao longo da pesquisa, comparando-as com os referenciais utilizados na dissertação, para então esclarecer a conexão entre a arquitetura padrão e a ideologia da época com a intenção de contribuir para ações de preservação desse patrimônio.

1. RETROSPECTO DA ARQUITETURA ESCOLAR BRASILEIRA

1.1 Educação no Brasil

As escolas no Brasil, até meados do século XIX, eram dispostas em edificações improvisadas em que os espaços eram adaptados para o uso em questão. Estes espaços eram mal iluminados, mal ventilados e não atendiam às necessidades dos usuários. De acordo com Cruz e Carvalho (2004), as igrejas e as instituições religiosas eram as responsáveis pela educação no Brasil colonial, com poucos registros da arquitetura e da pedagogia.

Durante o período Imperial não era responsabilidade do governo proporcionar o ensino primário. A educação ficava a cargo de iniciativas locais, das províncias ou dos estados, fazendo com que não existisse um padrão de ensino e grande parte da população não tivesse acesso a escolas, o que acabou gerando o aumento do analfabetismo (SCHWARTZMAN, 1982).

Ribeiro (1991, *apud* FERNANDES, 1966) descreve que no Brasil as instituições particulares, especialmente de caráter religioso, não se dedicavam à educação das populações com renda mais baixa, e a facilidade ao acesso às escolas para as camadas populares foi promovida pelo governo republicano.

O sistema brasileiro de educação estava desequilibrado em razão da falta de instituições públicas e da baixa qualidade de ensino, tornando o conhecimento restrito às elites. O ensino deveria ser ofertado a toda população em um ambiente adequado, formando cidadãos com inteligência e caráter (DÓREA, 2000).

A Primeira República, ou República Velha (1889-1930), foi instaurada com o propósito de desenvolver o país através de reforma política, social e econômica. Retirou-se o sistema monárquico de Dom Pedro II para serem estabelecidos presidentes para cada estado, continuando a classe alta como dominante no poder de voto e na ocupação de cargos públicos, em um regime oligárquico com

notoriedade dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (ERMEL, 2017).¹

A educação e a higiene manifestaram-se como meios de progresso e, a partir disso, configuraram os Grupos Escolares, com novas construções e novos princípios, elementos fundamentais na formação da sociedade (ERMEL, 2017). A educação primária tornou-se obrigatória e gratuita, e começou a ser entendida como uma ferramenta de aperfeiçoamento. O espaço escolar passou a ser considerado como modelo, e tornou-se um elemento de referência para as cidades, localizando-se em áreas de certo prestígio (DÓREA, 2000).

Em 1889, o governo solicitou a elaboração de projetos de edificações para o uso escolar, com ascendência da arquitetura eclética. Foram implementados projetos tipo para os grupos escolares, com possíveis variações nas fachadas e rigor na distribuição espacial, que transpareciam o tradicionalismo e o autoritarismo educacional (AZEVEDO; BASTOS; BLOWER, 2007). Segundo Faria Filho e Vidal (2000), no estado de São Paulo, em 1890, as escolas eram construídas para disseminar a ideologia republicana, assim possuíam plantas tipo que visavam a monumentalidade da edificação.²

Com a abertura do ensino graduado ocorreu o desenvolvimento educacional no nível de ensino, tanto em qualidade quanto em quantidade (RIBEIRO, 1991). A reorganização do sistema escolar dividiu o complexo educacional em diferentes níveis de acordo com localização, conhecimento dos professores, idade dos alunos, método de ensino e duração do curso. Na organização das escolas constam: Escolas Isoladas, Escolas Reunidas, Escolas Ambulantes, Escolas Preliminares, Escolas Complementares, Escolas Modelo, Grupos Escolares, Escolas Normais, entre outras (CORRÊA; MELLO; NEVES, 1991).

O ensino primário em 1892, que atendia crianças a partir de sete anos de idade, era estabelecido por dois níveis, Escolas Preliminares e Escolas

¹ O termo política, como adjetivo originado de *pólis*, identifica questões referentes à cidade, divisões de estado, formas de governo, poder político, instituições políticas, estando associada a bens públicos e relacionada com princípios de poder, conflito e afins (FGV, 1986; BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010).

² Bobbio, Matteucci e Pasquino (2009), apesar de determinar mais de um sentido para o termo, coloca que ideologia a partir de elementos (concretos e normativos) representa e orienta uma crença, ação ou estilo político.

Complementares, com duração de quatro anos cada, totalizando oito anos de ensino. A continuidade exigida teve que ser substituída, fazendo com que, em 1895, as Escolas Complementares perdessem o caráter primário e atendessem como Escolas Complementares para formação de professores (ARAÚJO; SOUZA; PINTO, 2012).

Entende-se por Escolas Isoladas, urbanas e rurais, a reunião de diversas instituições em uma mesma área da cidade, já as Escolas Centrais, Escolas Reunidas e Escolas Graduadas são diferentes denominações para um conjunto de escolas que utilizam o mesmo prédio e possuem administrações diferentes (ERMEL, 2017). As Escolas Ambulantes localizavam-se em bairros, com seis quilômetros de distância entre elas, e funcionavam através de revezamentos, um dia de aula em cada local (ARAÚJO; SOUZA; PINTO, 2012). Todas essas escolas classificavam-se em educação primária.

Os Grupos Escolares, com método de ensino intuitivo, possuíam ensino primário preparatório para as Escolas Normais e Ginásios, as quais posteriormente formavam professores. Foi o termo Grupo Escolar que se consolidou para caracterizar instituições escolares, ficando essa classificação vigente até 1971 (ERMEL, 2017).

As edificações escolares, ainda na fase republicana, caracterizavam-se pela arquitetura neoclássica (Figura 1), prevaleciam prédios imponentes, com eixos simétricos, pé direito alto, andar térreo acima do nível da rua, e imensas escadarias, gerando grande impacto no entorno urbano (KOWALTOWSKI, 2013). De acordo com Oliveira (2007), o projeto para edifícios escolares era concebido entorno de um eixo de simetria, normalmente com circulações em U ou H, o que possibilitava a formação de um pátio interno.

O programa arquitetônico adotado para instituições escolares seguia as necessidades introduzidas pelo método de ensino utilizado na época, assim eram especificadas a quantidade de salas de aula, o arranjo espacial, para após ser determinada a fachada (GRAZZIONTIN *et al.* 2016).

O projeto tipo para Grupos Escolares contava com planta simétrica, com compartimentação entre setores femininos e masculinos, monumentalidade, espaços para salas de aula, poucos ambientes para uso administrativo e, em

alguns casos, ginásio aos fundos do terreno (NASCIMENTO, 2012). Já as Escolas Normais também contemplavam em seu programa laboratórios, biblioteca e anfiteatro (CORRÊA; MELLO; NEVES, 1991).



Figura 1 - Escola Normal da Capital (1894), atual Secretaria Estadual de Educação/SP.
Fonte: Autor não identificado. Disponível em:
<https://sampaohistorica.files.wordpress.com/2015/07/sc3a9rie-b-n-12-escola-normal-guilhermegaensly-dcp.jpg>. Acesso em: 2018.

As edificações escolares contavam com uma tipologia que acompanhava os ideais pedagógicos, as políticas educacionais e o momento histórico do período. A padronização dos projetos escolares direciona à uniformização da educação, pois, muitas vezes, não eram consideradas circunstâncias físicas e sócio culturais no programa das edificações, ocasionando espaços de baixa qualidade e com falta de identidade local (AZEVEDO; BASTOS; BLOWER, 2007).

A produção cafeeira permitiu o desenvolvimento do estado de São Paulo fazendo com que a região também avançasse no quesito educacional, sendo utilizados alguns exemplares de projetos tipo nas edificações escolares, construídas de 1890 até 1920. As plantas baixas idênticas apresentavam, algumas vezes, pequenas variações, possuíam mesma fachada e eram implementadas em diferentes cidades. Nas escolas, era usual porções para facilitar a adaptação na etapa da implantação ao terreno (CORRÊA; MELLO; NEVES, 1991).³

³ O termo projeto tipo é adotado pela bibliografia como sinônimo de projeto modelo. O significado do conceito é abordado na página 139.

Em 1920, no estado de São Paulo, foram realizados e executados projetos tipo pelo engenheiro arquiteto Mauro Álvaro de Souza Camargo. O diferencial desses projetos, com arquitetura neocolonial, foi a implementação de ambientes para sanitários (BUFFA; PINTO, 2002).

A exemplo dos templos, quartéis e câmaras municipais, os edifícios educacionais começam a ter significado próprio, por meio de linguagens e símbolos, fazendo parte de uma arquitetura constitucional (ESCOLANO; FRAGO, 2001). A partir dessa ideia, em que as escolas se tornam símbolo e agrupam a consciência da identidade cultural de uma população, pode-se afirmar que a padronização dos prédios escolares potencializa o apelo à identidade do governo e novo anseio cultural, não sendo mais implementadas em qualquer espaço.

Apesar da reformulação no ensino que ocorreu no Brasil, a educação se manteve precária, e ainda tinha como foco a população de renda mais alta. Conforme Schwarcz (2019) a segmentação social, o autoritarismo e a distinção hierárquica foram reflexos do regime escravocrata adotado no país, em que foram impostos princípios normativos para controlar e administrar os cidadãos. A partir do século XX surgiu um novo método de ensino, que atuou com um novo programa pedagógico e o desejo do governo em organizar e amenizar esse problema, marcando o período político através da construção de novas edificações escolares.

1.2 Educação no Brasil - Pós 1920

Entre os anos de 1920-30, consolidou-se o movimento Escola Nova, com objetivo de reformular o ensino, por meio de educação integral, colocando a criança no centro do processo ensino-aprendizagem (BUFFA; PINTO, 2002), respaldando o acesso à escola e à educação por parte de toda população (OLIVEIRA, 2007). A renovação da educação foi marcada por agitações ideológicas e de inquietação social, com intenção de reformar e regenerar a nação (VALDEMARIN, 2010).

Até 1930 era a União que estabelecia questões relacionados ao ensino superior e secundário e o estado legislava sobre o ensino primário, não podendo

existir interferências entre eles. Havia, nessa época, o interesse pela reestruturação das competências do Estado e da União, por consequência da falta de diretrizes e de uma unidade nacional (GANDINI, 2010). Em 1930 o Governo Federal interviu na situação e estipulou que parte das verbas estaduais e municipais seriam de uso obrigatório para o desenvolvimento do ensino (SCHWARTZMAN, 1982).

A partir disso começam a ser tomadas algumas medidas para amenizar o problema educacional. Em 1927, Fernando de Azevedo tomou posse na Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal (RJ) e promoveu levantamentos estatísticos sobre a população escolar, implementando, em seguida, a construção de novas unidades escolares (VALDEMARIN, 2010).

Foi durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), que ocorreu a reestruturação do sistema educacional, uma das medidas adotadas foi a idealização de escolas modelo, com arquitetura de linhas geométricas e características *Art Déco*, possuía conceito econômico, eficiente e funcional (SEGAWA, 1997). A criação desses novos prédios escolares, implementados em diversas capitais, seguiu as orientações das Secretarias de Obras de acordo com o seu estado, sendo as edificações dirigidas à arquitetura moderna e racionalista (CHAVES, 2008).

Quando Getúlio Vargas assumiu o poder, ocorreram fortes mudanças relacionadas ao fim do revezamento sobre a presidência da república entre São Paulo e Minas Gerais, em razão da participação popular e do fim do coronelismo (BUFFA; PINTO, 2002).⁴

Em 1930, com intenção de sanar os problemas relacionados às questões sanitárias e educacionais, houve a criação, sob incumbência de Francisco Campos (RIBEIRO, 1991), do Ministério da Educação e Saúde. Através de uma remodelação do sistema de ensino (SCHWARTZMAN, 1982) estaria sendo

⁴ A expressão coronelismo indica uma prática política empregada em cidades pequenas do interior brasileiro, ocorreu durante a Primeira República e sucedeu no “falseamento do voto e na desorganização dos serviços públicos locais”. O termo possui variações de acordo com cada região, sendo utilizado o coronelismo no Nordeste e em grande parte do Brasil e o caudilhismo no Rio Grande do Sul (FGV, 1986, p. 276).

configurando, dessa maneira, uma escola nacionalista, moderna, científica e progressiva (AZEVEDO; BASTOS; BLOWER, 2007).

Através do decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931 se estabeleceu a reforma do ensino secundário, o qual foi dividido em duas etapas, curso fundamental durando cinco anos e curso de especialização profissional com extensão de dois anos. Esse mesmo decreto determinou a obrigatoriedade de disciplinas de sociologia, história, filosofia, higiene, economia, política e estatística (RIBEIRO, 1991). Ocorreu também a introdução de conteúdos sobre educação cívica e moral, em padrões nacionais, para formar jovens (SCHWARTZMAN, 1982).

O Ministério de Educação e Saúde elaborou, entre os anos de 1930 e 1945, projetos de interesse cultural como criação do Instituto Nacional do Livro e a fundação de 252 bibliotecas, proteção ao patrimônio histórico e artístico, com criação do Serviço do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional - SPHAN, estímulo às artes plásticas com motivação às novas correntes artísticas, proteção ao teatro considerado como uma das expressões da cultura nacional, o rádio a serviço da educação com o programa radiofusão educativa, cinema educativo com a intenção de orientar e promover o uso da cinematografia para auxílio do ensino e da educação em geral, proteção aos desportos através da criação de uma disciplina geral e completa (SCHWARTZMAN, 1982). Evidenciando que a partir desse momento houve o início de proteção e incentivo à cultura e à educação.

Durante o período de 1931 a 1937 ocorreu a fase conhecida como “conflito de ideias”, por conta da indefinição do governo perante às questões educacionais. Nessa época aconteceram diversos congressos e conferências em que eram discutidos os princípios que deveriam nortear a educação, em que se debatia entre duas opções: uma defendendo a educação subordinada à religião católica (conservadora com estrutura social agrário-exportador) e outra pelos educadores inspirados nas “ideias novas” (moderna com base no modelo urbano-industrial) (RIBEIRO, 1991).

A educação começou a ser vista como um instrumento de inserção social e propulsora do progresso, dessa maneira, na constituição de 1934, foi

estabelecido que o poder central deveria organizar um plano nacional de educação, indicando princípios gerais para o país e autonomia entre os estados (GANDINI, 2010).

Assim, a Comissão de Educação e Cultura, formada por equipe de educadores, a pedidos do Ministro da Educação Gustavo Capanema, elaborou questionários que foram aplicados em professores de diversos estados, para após, baseado nos dados obtidos, ser elaborado um novo plano de ensino. Almeida Junior, um dos membros da Comissão, acreditava que o ensino brasileiro estava em um tempo de estagnação, e que o proposto pelo Ministro Capanema era o início da descentralização do ensino e da versatilidade de cursos (GANDINI, 2010).

1.3 Escola Nova

A Escola Nova foi criada nos Estados Unidos pelo pedagogo John Dewey 1859-1952, o qual acreditava que a educação deveria ser democrática e acessível a toda população, que o progresso social era fruto da instrução passadas nas escolas e era a favor de uma sociedade progressista. Dewey propunha uma escola com métodos diferentes, sem estratégias repetitivas desligadas de questões sociais, e sim com ênfase em questões morais e coletivas. “Para ele, a educação é a construção e a reorganização de experiências que acrescentam significado e ampliam as habilidades subsequentes” (PALMER, 2005).

No Brasil, durante o período de 1920-30 instaurou-se o movimento Escola Nova, que através de reformas no ensino respaldava o conceito da acessibilidade à escola e à educação para toda população (OLIVEIRA, 2007). O Escola Nova compreende os termos Escola Ativa, Escola Experimental, Escola Modelo, Escola Progressiva e abrange distintas propostas educacionais, com aspectos metodológicos que se dão através do entendimento de cada método (VALDEMARIN, 2010).

Anísio Teixeira, adepto às ideias de John Dewey (RIBEIRO, 1985), aconselhou o uso da expressão educação progressiva para o novo conceito pedagógico adotado para a Escola Nova, pois o método abrange instrução progressiva, questões de caráter social, moral e democrático. No Brasil,

predominou o conceito que valorizava as experiências dos alunos, levando em consideração a sociedade em que se inclui a autonomia do estudante para elaborar trabalhos e atividades, com análise sobre a importância social da educação (VALDEMARIN, 2010).

Desde 1920 os Renovadores da Educação, grupo formado por intelectuais inspirados no movimento Escola Nova, buscavam a reformulação do ensino com educação integral. O objetivo do movimento Escola Nova era colocar a criança no centro do processo ensino-aprendizagem (BUFFA; PINTO, 2002). A Escola Nova é instituída através dos seguintes acontecimentos: inquérito sobre a educação realizado em 1926 (RIBEIRO, 1985); edições da revista Escola Nova, nos anos de 1930-31; Manifesto dos Pioneiros de 1932; organização de coleções pedagógicas e a reforma educacional do Distrito Federal (VALDEMARIN, 2010).

Os Renovadores da Educação estavam idealizando um novo plano de ensino para o país a pedido de Getúlio Vargas, porém, antecipadamente o Ministério da Educação e Saúde, também respaldado por Vargas, reformulou o ensino secundário e superior no Brasil. Assim, em 1932 foi publicado o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, no Jornal O Estado de São Paulo, em que os Renovadores expunham os problemas existentes na educação e os meios para reformá-los (BUFFA; PINTO, 2002).

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova desenvolvido por Fernando de Azevedo, solicitava a elaboração de uma política educacional para reformulação do ensino brasileiro, com enfoque no direito ao acesso à escola para todas as classes sociais, com educação pública, obrigatória e gratuita (FLACH, 2011; RIBEIRO, 1985). A partir destes princípios estariam formando as bases para a uniformidade cultural, desenvolvimento individual, distinção das funções econômicas e semelhança de oportunidades, com a consequente estruturação de uma elite nacional configurada na graduação de capacidades (VALDEMARIN, 2010).

Ribeiro (1991, p. 99 *apud* AZEVEDO, s. d., p. 88-90) exhibe parte do programa educacional extraído do Manifesto, em que de uma lista se destacam alguns itens: I. Estabelecimento de um sistema completo, com uma estrutura orgânica, conforme as necessidades brasileiras e as novas diretrizes econômicas e sociais

da civilização atual; II. Organização da escola secundária (12 a 18 anos) em tipo flexível de nítida finalidade social; VI. Criação de fundos escolares ou especiais (autonomia econômica); VII. Fiscalização de todas as instituições particulares de ensino que cooperarão com o estado, na obra de educação e cultura; X. Reconstrução do sistema educacional em bases que possam contribuir para a interpenetração das classes sociais e formação de uma sociedade mais justa e que tenha por objeto a organização da escola unificada, desde o Jardim de Infância à Universidade.

João Toledo elaborou três manuais didáticos para transmitir as mudanças pedagógicas baseados nos conceitos da Escola Nova, são os títulos: Escola brasileira (1925) que debate sobre a nacionalidade e a regeneração pela educação; Didáctica nas escolas primárias (1930) estabelece normativas; Planos de Lição (1934) sobre noções comuns, com intenção de colaborar com a formação de professores primários (VALDEMARIN, 2010).⁵

No manual de Didáctica, o programa pedagógico tem função de colaborar com o desenvolvimento do aluno pela formação de conduta moral e cívica, através do auxílio de padrões de ação que proporcionam o pensamento de geração, passado e futuro. A busca pelo progresso deixa de ser individualista e passa a ser coletiva (VALDEMARIN, 2010).

Esta adaptação da escola, às melhores condições sociais exclui dela a autoridade despótica e calca-a no assentimento raciocinado e consentido de cada aluno em restringir interesses pessoais para favorecer a harmonia coletiva; afasta a assistência continua de outrem e impõe a iniciativa própria e o trabalho constante para consecução de melhoras. Liberta o espírito de tradições bolorentas e institui a atividade, no aprendizado, para que cada escolar, tanto quanto possível, assente, ele próprio, as bases de sua educação (VALDEMARIN, 2010, p. 160 *apud* TOLEDO, 1930, p. 322).

Em 1933, no estado de São Paulo, Fernando de Azevedo criou o Código de Educação do estado, com intenção de unificar a legislação escolar, elaborado de acordo com indicações do Movimento Reconstrução Escolar. Conforme

⁵ João Toledo era professor, inspetor geral de ensino, assistente técnico do ensino normal e Diretor do Ensino no estado de São Paulo em 1932, também participou da construção do Código de Educação (VALDEMARIN, 2010).

apresentado por Buffa e Pinto (2002), o código possui um capítulo chamado “Do serviço de prédios e instalações escolares” o qual aponta que esse serviço tem a intenção de reproduzir a nova política das construções escolares, alongando a todas as classes sociais o conhecimento sobre a necessidade de que a escola deve ser um ambiente salutar e entusiástico, assim como um ambiente de educação estética e fator de nacionalização.⁶

Ribeiro (1991) criticou o modelo de ensino Escola Nova, pois acreditava que o processo de construção das sociedades se fazia de forma distinta, mesmo quando eram igualmente classificadas como comunidades urbano-industriais com bases capitalistas. O método aplicado no Brasil foi semelhante ao disseminado na região europeia e norte-americana, porém como mencionado acima, as sociedades passam por desenvolvimentos diferentes e a metodologia pode não se aplicar de forma equivalente. Pode-se concluir que o projeto Escola Nova abrigava um conjunto de ideias que demonstravam relevância do ambiente escolar para a construção da sociedade em uma época marcada pela renovação dos grupos participantes do poder (VALDEMARIN, 2010).

O método Escola Nova foi implementado durante o governo de Getúlio Vargas com intuito de reformar, massificar o ensino e ampliar o acesso à educação, para dessa maneira introduzir conceitos cívicos e morais e coordenar o conhecimento passado aos estudantes.

1.4 Novas construções escolares - 1930.

Em 1931 Anísio Teixeira, Diretor Geral de Instrução Pública do Distrito Federal (RJ) (VALDEMARIN, 2010), apontou que o principal empecilho para o acesso à educação, no Rio de Janeiro, era causado pela falta de escolas, sendo atendida apenas 45% da demanda. Em 1932 existiam 79 prédios municipais que abrigavam escolas, e de acordo com levantamento realizado pelo Serviço de Prédios e Aparelhos Escolares do Departamento de Educação, apenas 12 destes deveriam ser conservados, pois os demais não atendiam aos parâmetros mínimos de iluminação, ventilação, espaços e equipamentos (DÓREA, 2000).

⁶ A palavra nacionalização pode ser utilizada para expressar sentido de perpetuação do caráter nacional, ou, relacionada ao uso em sociologia que se refere a apropriação de uma nação a algum grupo estrangeiro ou a definição de naturalização (FVG, 1986).

Após o resultado apresentado, o Departamento de Educação providenciou a construção de 74 prédios escolares, os quais não atingiram a quantidade necessária de crianças em idade escolar. Assim, foi elaborado um plano diretor geral para edificações escolares, que pretendia auxiliar na localização e inserção dos prédios, junto a um planejamento anual de construções dividido em dois intervalos de cinco anos (DÓREA, 2000).

Seguindo as normativas do plano diretor foram construídos prédios escolares, idealizados por Anísio Teixeira e pelo arquiteto Enéas Silva, com cinco atribuições distintas, Escola Tipo Mínimo, Escola Tipo Nuclear, Escola Platoon 12 classes, Escola Platoon 16 classes e Escola Platoon 25 classes. As escolas possuíam ambientes administrativos, gabinete dentário e médico, instalações sanitárias para meninos e meninas e salas de aula, podendo alguns modelos contar com salas especiais, bibliotecas e auditórios.

O arquiteto José Mariano Filho, o qual defendia a arquitetura neocolonial para padrão de modelo escolar, apontou que estes edifícios possuíam “figurino comunista” e foram inspirados em “alguns modelos corriqueiros de escolas alemãs ou russas” (SEGAWA, 1997, p. 67).

A Escola Municipal República Argentina (Figura 2), inaugurada em 1935, é um exemplo de escola Platoon de 25 classes. A edificação, como também outras pertencentes a esse programa, foi tombada provisoriamente pela prefeitura do Rio de Janeiro, em 1990 pelo decreto nº 9.414, por representar o desenvolvimento da educação, ser um exemplar relevante da educação pública e retratar a arquitetura e a cultura carioca do período. Apesar de possuir características *Art Déco*, no decreto encontra-se equivocadamente classificada como arquitetura neocolonial.



Figura 2 - Escola Municipal Argentina, (1935), Vila Isabel/RJ.

Fonte: Autor não identificado. Disponível em:

http://www0.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas_anisio/em_republica_argentina.htm. Acesso em: 2018.

No estado de São Paulo, a Comissão de Prédios Escolares, criada pela Secretaria de Educação e Saúde, teve como objetivo sanar os problemas das construções escolares (OLIVEIRA, 2007). Seriam desenvolvidos um conjunto de normativas para servir como guia de projeto para o modelo escolar. O engenheiro arquiteto José Maria da Silva Neves participou de alguns projetos entre eles o do Grupo Escolar Visconde de Congonhas do Campo/SP (Figura 3) (SEGAWA, 1997).



Figura 3 - Grupo Escolar Visconde de Congonhas do Campo, (1936), SP.

Fonte: KOWALTOWSKI, 2013, p. 88.

Em 1936 foi publicado o livro *Novos prédios para Grupos Escolares*, com 16 artigos e intuito de orientar os novos projetos para os centros educacionais

(OLIVEIRA, 2007), baseado nos estudos elaborados pela Diretoria da Secretaria de Educação e pela Diretoria da Secretaria de Viação e Obras Públicas, por um grupo chamado Comissão Permanente, formado por profissionais de várias áreas, com contribuições de José Maria da Silva Neves Engenheiro arquiteto desta última secretaria e chefe da seção técnica de projetos de grupos escolares (BUFFA; PINTO, 2002). Nesse manual priorizavam-se aspectos a respeito da higiene e do conforto, e estabelecia uma arquitetura de baixo custo e simples. O programa contemplava salas odontológicas, médicas, espaço para educador sanitário, salas para leitura, ginásio e auditório (OLIVEIRA, 2007).

Antônio de Almeida Júnior, diretor do ensino e ex-chefe do serviço de higiene escolar, propôs para os Grupos Escolares de São Paulo um número máximo de dois mil alunos e o mínimo de 320 alunos por edificação, podendo cada sala atender 40 alunos idealizando questões de conforto do ambiente. Antônio, em certo momento cogitou o sistema Platoon, em que seriam construídos dois prédios onde as crianças fariam revezamento entre salas de aula comuns e salas especializadas (sala de jogos, biblioteca), estudando em turno integral. Porém, em razão do tamanho e ao custo das edificações, Almeida Júnior acreditava que esse sistema escolar não conseguiria atender a demanda de alunos em curto prazo de tempo (BUFFA; PINTO, 2002).

O programa adotado contava com salas de aula, medindo 6 x 8 metros, claras e bem ventiladas, como também ambientes para usos especiais como auditório, biblioteca, sala médica, sala dentária, vestiários, banheiros e espaços administrativos (direção, secretaria e sala de professores) (GOLDFARB; TINEM, 2017). Sobre as recomendações técnico construtivas, é enfatizada a importância da orientação solar no conforto ambiental da construção, priorizando-se salas de aula agrupadas horizontalmente de forma unilateral, com indicação de plantas em L, E ou Z (GOLDFARB; TINEM, 2017).

As esquadrias deveriam ser orientadas à posição mais favorável à incidência da luz, dimensões com maior altura possível e peitoril com 1,40 m, o intervalo entre as janelas deveria ser no mínimo de 30 cm para reduzir o sombreamento interno (GOLDFARB; TINEM, 2017). Também eram recomendados tipo de pisos e cores a serem utilizadas no ambiente escolar.

O conceito médico-higienista acreditava no benefício da proximidade do homem com a natureza. Foram implementados nas escolas espaços para educação sanitária, em que eram realizadas atividades de conscientização à higiene dos escolares, houve a valorização da ventilação e iluminação natural, uso de porões, recuos laterais e melhor aproveitamento do terreno (VIANA, 2011), dimensionamento adequado de sanitários e de área externa para pátio (NASCIMENTO, 2012), itens propostos para conservar a salubridade dos ambientes.

O novo método pedagógico Escola Nova, com regime seriado (divisão em séries com horários fixos), permitiu a construção de um programa de necessidades diferente do que era utilizado anteriormente, fazendo com que surgissem espaços para consultório odontológico, médico, ginásio, biblioteca, setorização de espaços administrativos, entre outros (OLIVEIRA, 2007).

Em 1936, diversos artigos publicados por Almeida Junior, junto a outros trabalhos, foram compilados para formarem o exemplar denominado “Dados essenciais para a solução do problema”. Dentro dessa obra destacam-se os estudos de Noemi Silveira Rudolfer – Por que um auditório-ginásio no prédio escolar, e de Carolina Ribeiro – Por que uma sala de leitura no prédio escolar (OLIVEIRA, 2007).

Em 1926, Fernando de Azevedo propôs o estilo neocolonial como padrão para a arquitetura escolar, pois acreditava que a brasilidade da edificação instruiria valores pátrios (FARIA FILHO; VIDAL, 2000).

O arquiteto José Maria Neves criticou o estilo neocolonial no artigo “A fachada das escolas”, comentou que as antigas fachadas tinham a intenção de transmitir as “tradições das raças”, estimulando o caráter cívico dos “futuros cidadãos brasileiros”. José Maria acreditava que a arquitetura moderna, racional e lógica, era a melhor opção para a construção das edificações escolares. Seriam empregados materiais locais, adaptados ao clima e aos costumes de cada região, surgindo assim, uma arquitetura moderna brasileira com características próprias de cada Estado (GOLDFARB; TINEM, 2017).

Fazer arquitetura não é somente construir fachadas. A arquitetura é função dos processos de construção da época. O grande arquiteto de

uma época é o seu estado social. Acima das obras, acima dos programas especiais, há o programa dos programas: a civilização de cada século, - a fé ou a incredulidade, a democracia ou a aristocracia, a severidade ou a desmoralização dos costumes (SEGAWA, 1997, p. 67).

A arquitetura moderna foi especificada pela Comissão Permanente para padrão dos edifícios escolares: “Modernismo sóbrio, discretamente sentimental, mais próximo do equilíbrio francês do que do arrojo desconcertante das edificações mexicanas” (BUFFA; PINTO, 2002), com terreno em boa localização e amplo, com espaço para jogos, ginástica e jardim, devendo comportar uma construção de até três pavimentos (GOLDFARB; TINEM, 2017).

O auditório tinha a intenção de representar o “centro da vida social, artística e recreativa da escola”. O novo sistema de ensino, qualificado como “escola progressiva”, buscava educar e integrar socialmente o aluno, através de um ambiente adequado a atividades sociais. O auditório-ginásio seria utilizado como sala de jogos, local para educação física, música, dança, festas, cinema educativo e reuniões. O espaço deveria atender diversas funções por motivos econômicos (OLIVEIRA, 2007).

A sala de leitura foi concebida para orientar adequadamente o ensino e a atividade de leitura dos alunos, introduzindo o interesse pelo estudo e por livros, o que conseqüentemente elevaria o nível cultural dos aprendizes. A biblioteca era idealizada para leitura e desenho, em cidades pequenas também atenderia como biblioteca pública (OLIVEIRA, 2007).

Nos novos prédios escolares, que vão marcar um novo período áureo para o ensino público, não foi e nem podia ser esquecida essa importantíssima dependência escolar, para que se complete a organização de um bom estabelecimento de ensino: biblioteca ou sala de leitura, centro de recreação onde os alunos possam familiarizar-se com a essência maravilhosa que os bons livros encerram (OLIVEIRA, 2007 *apud* SÃO PAULO, 1936, p. 97).

Nessa mesma época, o *hall* de entrada também é valorizado, pois passa a ser entendido como um ambiente de encontro (NASCIMENTO, 2012).

No Estado de São Paulo as escolas Godofredo Furtado, Antônio de Queiroz Telles, Gomes Cardim, José Escobar, Princesa Isabel, Marina Cintra, com projetos realizados por José Maria da Silva Neves durante os anos de 1936 a 1939 são exemplos de edificações que seguiram as recomendações da Comissão de Prédios Escolares (OLIVEIRA, 2007). Algumas dessas escolas, são consideradas símbolos do início do modernismo, do uso de novas técnicas construtivas e do novo programa pedagógico (Figura 4).⁷



Figura 4 - Escola Estadual Marina Cintra, anterior Grupo Escolar São Paulo (1939)/SP.
Fonte: Foto de Pedro Prata. Disponível em: <https://www.pedronapolitanoprata.com/escola-estadual-marina-cintra>. Acesso em: 2018.

Conforme mencionado anteriormente, cada estado seguiu as normativas elaboradas pela sua Secretaria de Obras para a construção das novas edificações escolares. Em Belém/PA, no ano de 1934, foi prescrito pela Comissão Reformadora dos Negócios Municipais o “Código de Administração Municipal”, o qual possuía diretrizes básicas sobre os padrões modernos que deveriam ser adotados nos novos edifícios públicos. Durante o período Getulista, o governador do Pará, Magalhães Barata (1930-1935; 1943-1945), aplicou-se a seguir o ideal centralizador da presidência com a modernização das cidades, introduzida através de um modelo eficaz e funcional (CHAVES, 2008). Entre 1937 e 1943, em Belém, o interventor Gama Malcher empreendeu edifícios escolares, entre eles, em 1938 o Grupo Escolar Vilhena Alves do escritório J.

⁷ A resolução nº 17 realizada pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo - CONPRESP, em fevereiro de 2018, tombou o conjunto de 10 escolas públicas projetadas por José Maria da Silva Neves (SÃO PAULO, 2018 B).

Gama Malcher (SEGAWA, 1997), em que a arquitetura representa os ideais do Estado Novo (CHAVES, 2008).

Na década de 1940 foram utilizadas plantas tipo para Instituições Escolares em Curitiba/PR. As edificações eram padronizadas, racionalistas e configuravam a política de domínio e controle do governo. Os projetos para Grupos Escolares foram concebidos em dois modelos de projetos tipos diferentes, e até 1950 foram implementados em diversas cidades do estado do Paraná. Possuíam implantação em forma de U, número de salas de aula variáveis entre quatro, seis e doze e mais duas salas para uso de diretoria e administração. Como exemplo o Colégio Estadual do Paraná (Figura 5), que iniciou suas atividades em 1944 para 1000 alunos, é considerado patrimônio histórico e foi tombado em 1994 ao nível estadual (CORREIA, 2011).



Figura 5 - Colégio Estadual do Paraná (1944), Paraná/PR.

Fonte: Foto de Antônio More. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/haus/estilo-cultura/ao-mestre-com-carinho/>. Acesso em: 2018.

As escolas padrão de São Paulo e do Rio de Janeiro, segundo Segawa (1997) não respeitaram os quesitos relacionados ao conforto ambiental, apesar da arquitetura racionalista priorizar esses aspectos.

Buffa e Pinto (2002) comparam os prédios escolares construídos na década de 1930 com as edificações de mesmo uso da República Velha e veem como principal diferença, no período de 1936 a 1938, a liberdade de implantação no terreno, sem a rigidez apresentada anteriormente. A edificação com planta distribuída de forma unilateral, permite melhor iluminação dos ambientes, porém ocasiona o encarecimento da obra.

1.4 Expansão do ensino pós 1930 - 50

No ano de 1942 foi firmado o Convênio Nacional de Ensino Primário entre a União e os estados, o documento impunha que os estados e os municípios aumentassem progressivamente as suas contribuições ao ensino primário. No mesmo ano, pelo decreto lei nº 4.958, foi criado o Fundo Nacional de Ensino Primário, instituição de grande importância por fomentar a qualidade do ensino e o fim do analfabetismo (SCHWARTZMAN, 1982).

A partir destes incentivos ocorreram mudanças positivas no ensino, no ano de 1932 existiam 27.662 escolas, já no ano de 1945 o país contava com 44.794 edificações. O número de aprovações também foi superado, em 1932 foram aceitos 978.000 alunos, enquanto no ano de 1945 passaram de 1.600.000 crianças admitidas (SCHWARTZMAN, 1982).

De 1937 a 1945 a legislação do ensino ficou a cargo do poder federal, foi somente na Constituição de 1946 que se falou novamente sobre as diretrizes e bases da educação, e permitiu-se aos estados a organização do ensino. A legislação de 1946 teve interpretações distintas entre a Comissão e os Governantes, os primeiros admitiam que a União disponibilizaria apenas diretrizes gerais, enquanto os últimos acreditavam que o estado poderia apenas escolher a quantidade de institutos ficando o restante em poder da União. A segunda interpretação proporcionaria escolas iguais tanto em Manaus e Belém, quanto em São Paulo e no Rio Grande do Sul (GANDINI, 2010).

Em 1942 a reforma Capanema do ensino secundário fez menção à valorização do patriotismo e da nacionalização, mencionando a importância da geografia nacional, educação física, moral, cívica e do “canto orfeônico de sentido patriótico” (LOURO, 1986).⁸

A reforma Capanema foi implementada em 1942 (durando até 1961) envolvendo o ensino secundário, e o ensino técnico-industrial. A educação secundária tinha intenção de contribuir na formação da personalidade e da cultura do estudante e consistia na uniformidade do currículo e da organização.

⁸ A palavra patriotismo abrange pátria, nação (união de um povo pela sua cultura), e Estado (organização jurídico-política em que se materializa a nação). Na Grécia antiga o termo era empregado para manifestar a lealdade cívico-religiosa as tradições e as entidades da cidade (FGV, 1986).

Algumas passagens referentes ao ensino secundário, anunciadas pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema, apontavam a influência do fascismo na educação durante o Estado Novo (1937-1945) (RIBEIRO, 1991; RIBEIRO, 1985).

Anísio Teixeira assumiu a Secretaria de Educação e Saúde do estado da Bahia, de 1947 até 1951, e idealizou a implementação de dez Centros Populares. Apenas o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, no bairro Liberdade em Salvador foi edificado. A empreitada contou com o auxílio dos arquitetos Diógenes Rebouças e Hélio Duarte, possui quatro escolas classe para atender 1.000 alunos e uma escola parque para atender 2.000 alunos (DÓREA, 2000).

1.5 Educação no Rio Grande do Sul

No período colonial, a educação no Rio Grande do Sul, a exemplo do restante do país, não era valorizada e poucos registros são encontrados. Em 1824, pós-independência do país, a educação elementar tornou-se gratuita, porém ainda existiam dificuldades na formação de profissionais e na permanência dos alunos nas instituições (LOURO, 1986).

O Brasil, principalmente ao Sul do país, recebeu a partir de 1822 grande massa migratória de países europeus para equalizar as tendências portuguesas adquiridas na colonização (SOUZA, 1941; RIBEIRO, 1985), auxiliar na substituição da mão de obra escrava e realizar o branqueamento da população (SOBRINHO, 2014, *apud* DREHER, 1995). O estado do Rio Grande do Sul recebeu grande quantidade de imigrantes, entre eles os alemães no ano de 1824 e italianos em 1874 (SOUZA, 1941).

Em razão da ausência de suporte governamental, surgiram, por iniciativa privada, instituições de necessidades básicas para a sociedade, como hospitais, escolas, comunidades religiosas e beneficentes. No Brasil, a maior rede de escolas particulares encontrava-se no estado do Rio Grande do Sul. Existiam aproximadamente 30 unidades escolares italianas, as quais eram orientadas pela *Itálica Domus*, órgão fascista sediado no Rio Grande do Sul, três unidades judaicas e as unidades alemãs que eram encontradas em maior número e mantinham a forte conservação do espírito germânico (SOUZA, 1941).

Em 1869, na cidade de Porto Alegre foi inaugurada a Escola Normal (Figura 6), primeira no país, com intenção de formar professores. Essa escola passou por reestruturações em 1877 e em 1881, funcionou até 1901 e após foi modificada para Colégio Distrital, o qual em 1906 passou a ser denominado, até 1929, como Escola Complementar. Essa escola contava com curso complementar (três anos, diploma aluno mestre), curso normal (dois anos, diploma professor), uma escola primária e um jardim de infância. Em 1939 passou a chamar-se Instituto de Educação General Flores da Cunha (LOURO, 1986).



Figura 6 - Escola Normal (1869), Porto Alegre/RS.

Fonte: Autor não identificado. Disponível em:

<http://eixogeometriastratamentoanalitico.blogspot.com/2013/11/instituto-de-educacao-general-flores-da.html>. Acesso em: 2018.

Em 1899 foi adotado um projeto “Typo para escola pública”, que deveria atender 60 alunos em uma construção simples com poucos ornamentos de um pavimento. No ano de 1909 o decreto nº 1.479 determinou que os colégios elementares do interior do estado deveriam contar com educação graduada e os mesmos seriam alvo de fiscalização, ocorrendo a adoção de um novo modelo de ensino (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2016).

Na cidade de Pelotas são encontrados alguns exemplares dessas instituições escolares, que seguem o padrão de projeto “Typo” adotado durante a Primeira República, são elas o Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção (1927) e o Grupo Escolar D. Antônia (década de 1920).

A imposição para acesso às escolas ocorreu durante o desenvolvimento industrial e urbano. O analfabetismo tornou-se motivo de preocupação no tempo

em que o ensino começou a ser entendido como componente de mudanças políticas na sociedade, pois as pessoas instruídas possuíam melhor discernimento ao voto e mão de obra mais qualificada (LOURO, 1986).

O Secretário do Interior e Exterior João Abbot, em 1896, apontou que a reforma do ensino público só iria iniciar de maneira verdadeira quando o ambiente escolar oferecesse entusiasmo e estímulo aos alunos a partir de bons educadores e edificações apropriadas ao uso com ambientes iluminados e amplos (LUCHESE; KREUTZ, 2012).

No contexto republicano, pós revolução industrial, a educação era compreendida como um meio para o progresso, em que seria construída uma “consciência nacional” mediada pelo estado, no qual o ensino deveria seguir critérios científicos com “ponto de vista positivo”. No Rio Grande do Sul, a ideologia política positivista foi reproduzida no setor educacional para moldar os estudantes, e, dessa maneira, formar um modelo de sociedade capitalista. Os momentos cívicos, o hino e a bandeira, utilizados nas escolas, são símbolos da estruturação do ideário político (CORSETTI, 2008).

Os colégios elementares foram criados através do decreto nº 1479 em maio de 1909, com intuito de disseminar um novo modelo educacional, o qual possuía ideário positivista (LUCHESE, 2016). Segundo Scherer (2015), a criação dessas instituições começou no Rio Grande do Sul, por meio da amplitude do atendimento ao ensino primário, uma escola positivista. Os municípios ofertavam as instalações prediais em função da demanda social.

Em 1913 o arquiteto Alfonse Dinis Hebert projetou o Colégio Elementar Fernando Gomes (Figura 7), atual Escola Técnica Estadual Senador Ernesto Dornelles, em Porto Alegre. A edificação, que atenderia uma escola primária, possuía planta em forma de H, dois pavimentos, porão e pé direito alto, passando de cinco metros. Segundo Weimer (2003), a concepção arquitetônica da escola ocorreu durante a ascensão de um período autoritário e ditatorial, em que a dimensão do prédio evidencia o poder e a força do Estado. Weimer aponta Albert

Speer, o qual apresentou a teorização da arquitetura nacional socialista, marco dos governos totalitários europeus.⁹



Figura 7 - Colégio Elementar Fernando Gomes (1913), Porto Alegre/RS.

Fonte: Autor não identificado. Disponível em:

<https://www.flickr.com/photos/fotosantigasrs/11014099786>. Acesso em: 2018.

Em 1922, Theóphilo Borges de Barros assumiu o cargo de diretor de Obras Públicas, e inspirado no projeto de Hebert propôs o programa para a Escola Complementar, conhecida nos dias de hoje como Colégio Paula Soares (Figura 08). Em 1924, essa instituição passou por reformas assessoradas pelo engenheiro João Baptista Pianca (ERMEL, 2017). Acredita-se que, no final de sua carreira, Theóphilo tenha projetado a Prefeitura de São Leopoldo (1940) (Figura 9) com a mesma arquitetura monumental utilizada durante os regimes totalitários (WEIMER, 2003).

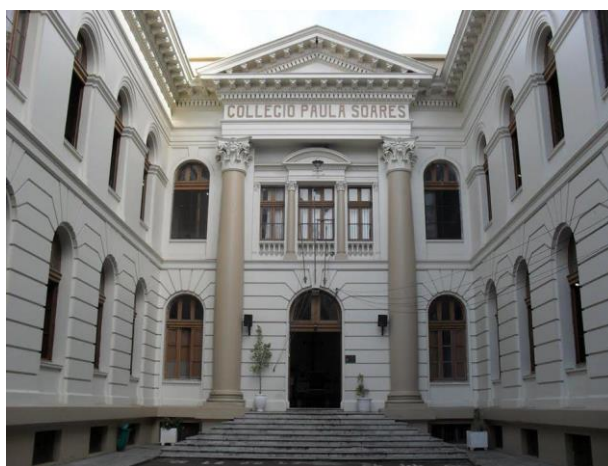


Figura 8 - Colégio Paula Soares (1922), Porto Alegre/RS.

Fonte: Autor não identificado. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Col%C3%A9gio_Estadual_Paula_Soares. Acesso em: 2019.

⁹ O arquiteto Albert Speer projetou diversas construções para o governo nazista com proporções monumentais e realizou reformas em que utilizou mobiliário no “estilo transatlântico” (SPEER, 1971).



Figura 9 - Antiga Prefeitura de São Leopoldo (1940), São Leopoldo/RS.

Fonte: Autor não identificado. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=445967&view=detalhes>. Acesso em: 2018.

Por incentivo do intendente Municipal de Caxias do Sul, Penna de Moraes, em 1914 foi realizado pela Secretaria de Obras Públicas do Estado - SOP, um projeto base, com arquitetura simples, sem divisórias entre os espaços e estruturado em madeira, para escolas rurais, com objetivo de nortear um programa exemplo para as edificações escolares (LUCHESE; KREUTZ, 2012). O estado se interessou em criar escolas públicas em zonas rurais, locais que recebiam grande massa imigratória, com orientações nacionalistas, e fechar escolas estrangeiras (LOURO, 1986).

O nacionalismo nas escolas teve forte concentração no interior do Rio Grande do Sul, em razão da quantidade de imigrantes, em sua maioria alemães. As escolas particulares ou de instituições religiosas lecionavam majoritariamente em língua estrangeira e não ensinavam a cultura brasileira, de forma que o governo brasileiro adotou medidas de repressão a essas atitudes (LOURO, 1986).

Luchese e Kreutz (2012) mostraram que o intendente de Bento Gonçalves Antônio Marques de Carvalho Junior, por correspondência enviada ao presidente do Estado Borges de Medeiros, mencionou sobre o ofício nº 1199, de 23 de maio de 1923, em que o Governo do estado pretendia construir prédios adequados para as escolas elementares.

O intendente de Bento Gonçalves (1924-28) João Baptista Pianca, engenheiro responsável pelo projeto das escolas estudadas nessa pesquisa, manifestou-se quanto a sua preocupação aos ambientes escolares, e numa tentativa de solucionar esses problemas propôs melhorias aos projetos escolares adotados pela Secretaria de Obras Públicas, em que constavam caiação interna, janelas envidraçadas e divisória entre a escola e a moradia do professor. O município de Garibaldi, próximo a Bento Gonçalves, adotou as novas plantas idealizadas por Pianca (Figura 10) (LUCHESE; KREUTZ, 2012).

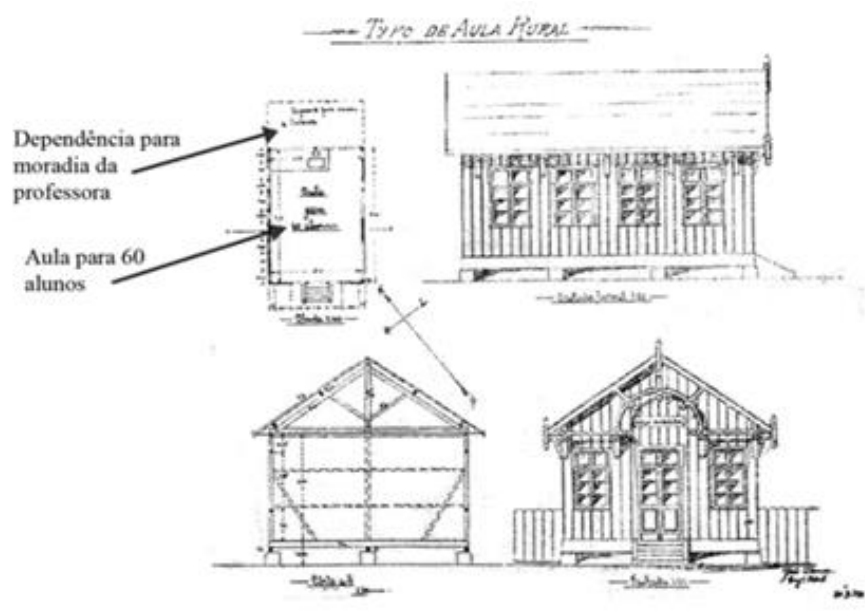


Figura 10 - Projeto para escolas isoladas (1924), Bento Gonçalves/RS.
Fonte: LUCHESE; KREUTZ, 2012, p. 58.

Em 1928, Vargas, após se candidatar às eleições, assumiu a presidência do Rio Grande do Sul. A desestabilização econômica do país em 1930, gerada pelo acúmulo e desvalorização do café, junto com a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, tornou-se a ocasião ideal para Vargas promover o golpe de Estado, em 1937, e implementar o modelo autoritário do positivismo gaúcho (WEIMER, 2006).¹⁰

A partir das ideias de Augusto Comte o Estado adotou um posicionamento político-ideológico positivista que buscou, através do pensamento científico, a modernização da sociedade pela inserção de novos conceitos morais e

¹⁰ Antes do Estado Novo a organização política em relação à estrutura do país era de províncias com presidentes, depois tornou-se estados com governadores (FORTES; WAGNER, 1963).

educacionais ao povo, podendo, dessa maneira, controlar e reorganizar a população. Essa política, de caráter intervencionista, influenciou o ensino e as edificações escolares, guiando e determinando ações para moldar os estudantes aos ideais do estado (CORSETTI, 2008).¹¹

Getúlio teve como intuito melhorar as vias de comunicação e educação para a sociedade, nomeou Osvaldo Aranha como Secretário do Interior, e a partir disso, as regiões do interior começam a ser auxiliadas através de professores qualificados e da criação de escolas complementares. Foram criadas, em 1927, escolas complementares em Pelotas, Passo Fundo, Caxias, Santa Maria, Cachoeira e Alegrete, utilizando-se como modelo a de Porto Alegre (LOURO, 1986).

Foi proposto, em 1928, um concurso para projeto de escolas, em que foram determinadas diretrizes relacionadas ao número de salas de aula e a capacidade de alunos nas instituições. O porte das edificações teria variações conforme a demanda atendida - entre 250, 300, 350, 400, 450, 500, 550, 600, 800 e 1.000 alunos. O programa de necessidades contemplava administração, biblioteca, museu didático, consultório médico e odontológico, salão de solenidades e banheiro. O projeto deveria possuir certa flexibilidade, possibilitando possíveis reformas e ampliações (ERMEL, 2017). Luchese (2016) destaca três aspectos da educação nas escolas elementares - o ambiente, os professores e as práticas pedagógicas - e enfatiza a formação do ensino religioso e cívico.

Luchese (2016) apresenta correspondência enviada por Getúlio Vargas, em 1929, à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul, em que comenta que os projetos tipo, resultados do concurso proposto no ano anterior, foram aprovados e originariam a construção de 16 escolas nas cidades de Pelotas, São Borja, Alegrete, Encruzilhada, Canguçu, Monte Negro, Uruguaiana, Caxias do Sul, Bom Jesus, Bento Gonçalves, Torres, Taquara, Júlio de Castilhos, Ijuí e Porto Alegre.

¹¹ O filósofo francês Augusto Comte, nascido em 1798, autor de clássicos como o *Curso de Filosofia Positiva* em que demonstra seu caráter evolucionista, foi mentor do positivismo e influenciou na disseminação dessa política no Brasil (MELLO, 2011).

A partir da metade da década de 1930, levando em consideração os conflitos relacionados à II Guerra Mundial e o número de imigrantes no estado, o Secretário de Educação J.P. Coelho de Souza estabeleceu uma rede de instituições públicas escolares como ferramenta de nacionalização dos imigrantes e seus descendentes (WERLE, 2014). Em seu livro intitulado **Denúncia**, J.P. Souza (1941) mencionou a possível construção de 49 escolas em zona urbana e 79 em zona rural, com tipologia padrão e capacidade para atender de 150 a 750 alunos.

Em 1930, quando surgiu o movimento Escola Nova, no âmbito nacional, com intenção de reformar a educação, priorizando qualidade, e não quantidade, em que foram inseridos novos currículos e métodos, sendo fixados conhecimentos psicológicos, biológicos e de higiene, o Ministro da Educação acreditava que para acompanhar o desenvolvimento do país e do novo governo era necessária a atualização dos educandários, adaptando-os ao renovado programa, conforme Louro (1986, p. 17) “uma escola renovada para servir a uma sociedade nova também”, existindo a ligação da escola com a democracia.

Em 1935 foi fundada a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde pública (SESP/RS), e o Conselho de Educação e Saúde Pública, no período de governo de Flores da Cunha (1935-37) e no mandato de Cordeiro de Farias (1938-43), com intenção de modernizar e organizar as instituições de ensino. Posteriormente, no governo do interventor Ernesto Dornelles (1943-45), começaram a ser construídos novos prédios para uso escolar (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2016).

Cordeiro de Farias, no final de seu mandato em 1943, apontou a construção 33 prédios escolares, nas cidades de Arroio do Meio, Bagé, Bom Jesus, Cachoeira do Sul, Camaquã, Candelária, Caxias do Sul, Encantado, Estrela, Flores da Cunha, Guaíba, Guaporé, Irai, Jaguarão, Lajeado, Novo Hamburgo, Pelotas, Porto Alegre, Nova Prata, Santa Maria, Santiago, Santo Antônio, São Francisco de Assis, São Francisco de Paula, São Gabriel, São José do Norte, São Pedro, Tapes, Torres, Tupanciretã, Veranópolis, Venâncio Aires e Viamão. Os municípios em que as escolas seriam inseridas receberiam prioridade de acordo com a densidade populacional e o maior número de escolas estrangeiras.

Entre as 33 instituições mencionadas estavam prédios novos e prédios existentes que passariam por reformas (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2016).

Com o passar dos anos ocorreram mudanças na sociedade brasileira que ocasionaram a transformação dos métodos pedagógicos, a educação se moldou para atender a essas novas necessidades, e o avanço tecnológico, que pretendia reduzir custos e otimizar as novas construções através de uma arquitetura racional. As escolas edificadas dentro desse contexto são representantes da arquitetura *Art Déco*, símbolos de um período do governo e possuem signos intrínsecos que determinam controle, poder, organização e repressão aos alunos.

2. ART DÉCO

O *Art Déco* manifestou-se na França durante o período entre guerras em que parte da população, não envolvida nos conflitos, ascendeu monetariamente e agradou-se da nova reinterpretação dos valores já reconhecidos, formando uma estética relacionada à composição clássica de base, corpo e coroamento das edificações junto a elementos alusivos à máquina, navios, aviões e outros (VIANA, 2011).

Foi em 1925 na Exposição Internacional de Arte Decorativa e Industrial Moderna, em Paris, que a expressão se difundiu (GUTIÉRREZ, 2005), posteriormente, dividiu-se em quatro fases: 1925 formação e manifestações primárias; de 1925 a 1930 apresentação ao público e disseminação; entre 1930-1940 firmamento e ápice; de 1940 a 1950 ocorrências tardias (RIO DE JANEIRO, 2001).

O *Art Déco* não é entendido como um movimento, pois não possui doutrina teórica para regulamentar a produção, é considerado pragmático e obteve pouco alcance. Porém possui unidade estilística, abrange arte e decoração e define-se como estilo internacional, industrial (tecnologia) e moderno (aviões, automóveis, rádios) (RIO DE JANEIRO, 2001).

2.1 Características

Durante o século XIX, com as mudanças ocorridas na organização das cidades europeias, em que houve restrição na liberdade de iniciativas privadas, através da delimitação dos espaços públicos e privados, o primeiro a cargo de infraestruturas e o segundo de urbanização, configura-se o arranjo da cidade pós-liberal. Nesse mesmo contexto, ocorreu o afastamento de expressões artísticas das técnicas (estrutura), em que os objetos passam a ser fabricados em série perdendo qualidade e primor (BENEVOLO, 1983).

Essas transformações fazem com que exista a busca por uma nova arquitetura, que pretendia inovar por meio de novos significados, se diferenciando dos modelos antigos, tornando a unificar trabalho científico e artístico. A utilização do aço nas construções, possibilitou novas estruturas com

edificações em altura, vãos maiores e livres. Esses avanços tecnológicos reconfiguraram a infraestrutura das cidades, com eletricidade, telefone, gás, transporte público sobre trilhos, constituindo um crescimento acelerado (BENEVOLO, 1983).

Surgem novos conceitos sanitários que pregavam que os ambientes deveriam dispor de boa circulação de ar, ter pisos e paredes revestidas, caracterizando um novo aspecto arquitetônico. Essas novas tipologias apresentavam porões e afastamentos laterais, como também o uso de curvas nas edificações. Esse cuidado com a salubridade estava diretamente ligado às melhorias na saúde física e mental da sociedade, sendo esse um dos objetivos das ações tomadas pelo governo a partir de 1930 (VIANA, 2011).

O *Art Déco* possui influência de vertentes do Art Nouveau, Cubismo, Bauhaus, Fauvismo, Expressionismo e Neoplasticismo. Os pioneiros do estilo foram, os franceses Tony Garnier e Auguste Perret, o alemão Erich Mendelsohn, o italiano Antonio Sant'Elia, o escocês Charles Mackintosh, o tcheco Adolf Loos, os holandeses Hendrik P. Berlage, Willem M. Dudok e Michael De Klerk e o norte americano Frank Lloyd Wright (RIO DE JANEIRO, 2001).

Frente ao estilo arquitetônico das vanguardas modernas, o *Art Déco* é caracterizado por apresentar composições axiais, valorização das esquinas, tripartição dos edifícios em base, corpo e coroamento, predominância de cheios sobre os vazios, varandas semi-embutidas, articulação e escalonamento de planos/volumes, contenção decorativa, integração arquitetura-interiores-design e valorização de acessos e portarias (OLIVEIRA, 2008).¹

Dentro da linguagem das vanguardas modernas o *Art Déco* é caracterizado por uma simplicidade de concepção, definido pela valorização das formas puras, simétricas e a partir do arranjo de cheios sobre os vazios (GUTIÉRREZ, 2005). Tendo em vista a busca pelas novas técnicas construtivas, métodos e programas o estilo, à época, foi considerado progressista, pois otimizava a construção (CORREIA, 2010).

¹ A expressão cheios sobre vazios refere-se à relação entre a área preenchida por paredes e os vãos livres das aberturas de portas e janelas.

Os projetos com características *Art Déco* priorizavam os conceitos de racionalidade, praticidade e originalidade, destacando plantas de espaços semicirculares para marcar as esquinas, janelas cantoneiras para diminuir a massa construída e coberturas em forma de terraços. Os elementos decorativos apresentavam-se com pouca e simplificada ornamentação (CORREIA, 2010).

O *Art Déco* possui referências à máquina através dos frisos nas fachadas que sugerem representação de velocidade, ao avião e transatlânticos por meio de elementos curvos lembrando a proa e as esquadrias introduzindo quesitos higiênicos de ventilação e iluminação. Conforme Adolf Loos, pioneiro na rejeição do uso de ornamentos, a arquitetura deveria expressar o “espírito da época”. O ornamento era algo desnecessário e deveria ser eliminado quando considerado os aspectos funcionais característicos do modernismo, para dessa maneira, chegar-se a uma estética limpa e sóbria sem traços do passado (VIANA, 2011).

A modernidade do *Art Déco* foi traduzida em edifícios de cinemas, bancos, hotéis, cafés e salões de beleza (GUTIÉRREZ, 2005). O estilo apesar de ser revelado como mais acessível e econômico, continuou sendo privilégio das camadas mais abastadas da sociedade. As construções, de acordo com cada país, absorveram diferentes adaptações, e por empregarem características internacionais, nacionais e regionais foram aceitas e disseminadas, podendo ser encontrado exemplares dessa fase em cidades menores (SILVEIRA, 2012).

2.2 Manifestações no Brasil

As novas possibilidades de conexões entre países, através de meios de transportes como navios, aviões e dirigíveis, deram início, por volta de 1921, à exploração do turismo estrangeiro no Brasil. As linhas aerodinâmicas utilizadas nestes veículos serviram como inspiração para o desenvolvimento de novas manifestações artísticas, alguns edifícios construídos neste período possuem como pontos singulares as janelas e guarda corpos com referência náutica (ROITER, 2011). Esse intercâmbio cultural estimulou o anseio pela modernização através da simplicidade e racionalidade (SILVEIRA, 2012).

O estilo, que se manifestou no Brasil a partir dos anos 1920, pode ser entendido por um conjunto de manifestações artísticas e define-se como estilo internacional. No país destacam-se exemplares desse estilo como obras sem

filiação estilística acadêmica, que são composições em ferro, obras industriais, depósitos, armazéns, silos e galpões, obras de estilo variante marajoara e pioneiras isoladas, que também podem ser denominadas protomodernas (RIO DE JANEIRO, 2001).

Silveira (2012) expôs algumas particularidades do estilo apontadas por Castriota (1998) como o emprego de volumes simplificados com formas geométricas, linhas retas e curvas, articulações de volumes puros, jogo de volumes, ornamentação geométrica, frisos horizontais e verticais para enfatizar as formas, linhas aerodinâmicas, grades basculantes, detalhes em serralheria, e existência de elementos suntuosos como o pórtico e a escadaria.

O estilo *Art Déco* se adaptou às representações idealizadas na época. No Rio de Janeiro, houve a mistura da tropicalidade brasileira de fauna, flora, do povo e do carnaval com o progresso, representado pelas linhas aerodinâmicas dos automóveis e aviões. As propriedades inseridas nos projetos *Art Déco* relacionadas com figuras indígenas de guerreiros, arco e flecha, símbolos, semideusas e animais nativos, se denominam marajoaras. Em 1926 o teórico futurista Felippo Tommaso Marinetti fez o seguinte comentário sobre as expressões cariocas “um fruto tropical que tem um suco delicioso: a velocidade dos seus automóveis” (ROITER, 2011).

Em 1930, ainda no Rio de Janeiro, ocorreu uma exposição de arte moderna e em 1931 aconteceu o Salão Nacional de artes plásticas, em que o *Art Déco* ganha notoriedade entre os artistas brasileiros (ROITER, 2011). As revistas de arquitetura, *Arquitetura e Urbanismo* – 1936/RJ e *Acrópole* – 1938/SP, divulgavam uma arquitetura versátil, desde obras tradicionalistas, casas neocoloniais e construções mais geométricas (Figura 11), porém com dominância de obras de uso coletivo com linhas modernas (SEGAWA, 1997).



Figura 11 - Residência do Snr. Gregorio Dreizin, 1940, Pacaembú/SP.

Fonte: Foto de Leon Liberman. Disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/22>. Acesso em: Maio, 2018.

A II Guerra Mundial determinou a contenção de recursos financeiros, exigindo a adaptação da sociedade às novas ideias e à uma nova arquitetura. Os problemas gerados pela guerra junto com a grande imigração europeia influenciaram na adoção do *Art Déco*, perdendo-se o ambiente colonial e adotando-se o moderno (ROITER, 2011). A racionalidade e a facilidade de construção, possibilitadas pelo *Art Déco*, propiciaram o crescimento dos pequenos bairros (GUTIÉRREZ, 2005).

A linguagem possui particularidades que podem ser observadas em diversas expressões, algumas com qualidade sóbria e cores austeras referentes às representações do estado e às elites e outras com aspectos mais simples de expressões populares, apresentando peculiaridades comuns em residências, traçado decorativo e uso de cores. Tem-se como exemplo dessa última dimensão o estudo fotográfico das fachadas nordestinas com traços *Art Déco* de autoria da fotografa Anna Mariani (Figura 12) (VIANA, 2011).



Figura 12 - Fachadas Nordestinas, pinturas e platibandas, 2017, BH.

Fonte: Foto de Anna Mariani. Disponível em: <https://revistaphilos.com/2017/01/22/pinturas-e-platibandas-por-anna-mariani/>. Acesso em: Maio, 2018.

Na década de 1930, o *Art Déco* foi empregado para representar o progresso nas cidades brasileiras, a imponência desse estilo permitiu que fosse utilizado como marca dos edifícios estatais construídos durante o Estado Novo (GUTIÉRREZ, 2005). Utilizado majoritariamente em prédios de uso coletivo, tinha como intuito representar a modernização e industrialização da sociedade (SILVEIRA, 2012). Manzo (2010), aponta que das 20 construções realizadas durante o Estado Getulista no Rio de Janeiro, onze são *Art Déco*.

Manzo (2010) cita o prédio construído para abrigar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no Rio de Janeiro, projetado em 1935 pelo arquiteto Mário Maia e mais uma equipe de profissionais, seguindo características simplificadas do *Art Déco*. O edifício é marcado pela sua horizontalidade, forma simples e ausência de ornamentos, possui planta em H e apresenta sobriedade e rigidez. As propriedades da construção representam o pensamento político de Vargas, servindo como exemplo para os demais prédios públicos construídos no estado.

Entre os anos 1930 e 1940, foi implementado um projeto de arquitetura padrão, em nível nacional, para atender à demanda das Agências de Correios e Telégrafos, sendo construídas 141 filiais em todo o país. Os projetos, idealizados por arquitetos cariocas em 1932, ocorreram por intermédio do departamento dos correios, o qual forneceu um programa funcional e fotografias do local em que seria instalado o edifício. Com predominância em lotes de esquinas, os projetos buscavam uma arquitetura funcional. Os prédios foram construídos em concreto

armado com pouca ornamentação e uso de linhas geométricas (SEGAWA, 1997).

O programa dos Correios contemplou as capitais de Belém, São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Vitória, Belo Horizonte, Curitiba e Florianópolis, além de Campo Grande no Estado de Mato Grosso, Juazeiro, Alagoinhas, Feira de Santana e Ilhéus na Bahia, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim no Espírito Santo, Friburgo e Teresópolis no Rio de Janeiro, Poços de Caldas, Cambuquira, Lambari, Caxambu e Juiz de Fora em Minas Gerais, Uruguaiana, Alegrete, Caçapava, Taquari, Piratini, Caxias do Sul e São Borja no Rio Grande do Sul (SEGAWA, 1997). Além dos prédios nas cidades de Pelotas, Rio Grande, Jaguarão e Bagé no Rio Grande do Sul, Londrina no Paraná, Franca, Mogi das Cruzes, Araraquara e Campinas em São Paulo, Teófilo Otoni em Minas Gerais, Caxias no Maranhão, Campina Grande na Paraíba, e Goiânia em Goiás.

Pode-se perceber semelhanças formais nos projetos das agências que se localizam em diferentes estados, como as filiais na cidade de Teófilo Otoni, em Minas Gerais (Figura 13), e na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Os prédios apresentam contornos geométricos, ordem, simetria, aberturas em grupos de três, frisos, e o acesso principal é destacado por saliência. A construção de Teófilo Otoni possui um elemento com forma circular que extrapola o limite da edificação no sentido horizontal e vertical. As agências possuem características similares as dos colégios estudados nesse trabalho.



Figura 13 - Fachada dos prédios dos Correios e Telégrafos (década de 30), Teófilo Otoni/MG (E), Pelotas/RS (D). Fonte: Autor não identificado. Disponível em: <http://www.teofilootoni.mg.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Quadro-III-BI-Correios-Te%C3%B3filo-Otoni-Ex2011.pdf>. Acesso em: 2018 (E); Acervo da autora, 2019 (D).

O programa do governo que tinha intuito de disseminar edificações para uso dos Correios e Telégrafos foi o “mais ambicioso projeto nacional de normalização arquitetônica oficial” (VIANA, 2011, p. 75 *apud* SEGAWA, 2002). Nos anos 1930 foram construídas edificações *Art Déco* para cinemas, emissoras de rádio e teatro por todo país. Os prédios institucionais são ferramentas que serviram como propaganda do governo, eles demonstram a política adotada através da ideia de desenvolvimento, autoridade e uniformização, sendo símbolos de uma nova era de administração brasileira (OLIVEIRA, 2008).

Esses prédios, como as demais obras públicas desse momento, possuem caráter monumental, características *Art Déco* e são representantes de uma nova fase administrativa. A arquitetura dessas edificações expressa a racionalidade, modernidade e o progresso idealizados pelo governo. A busca por uma nova identidade brasileira foi adotada com intenção de nacionalizar e restaurar a nação (VIANA, 2011).

À época ocorria uma discussão para definir-se qual arquitetura traduziria a concepção da nova nação, a arquitetura neocolonial com caráter mais tradicionalista ou a arquitetura funcional progressista. Como existia a necessidade de algo inovador e original, sem menções ao passado, ocorreu uma mescla entre linguagens arquitetônicas. Entre elas o modernismo do Ministério da Educação e Saúde (anos 1940), referências ao neoclássico na construção do Ministério da Guerra (1939), a linguagem *Art Déco* das agências dos Correios e Telégrafos (1930-40) e dos Grupos Escolares (VIANA, 2011).

A cidade do Rio de Janeiro possui grande acervo da arquitetura *Art Déco*, merecem destaque alguns edifícios como o Itaoca (1928), Castelo (1930), Raldia (1930), Nilomex (1930), Sulacap (1936), Standard (1935), e a Estação Central do Brasil (1937), projetos do arquiteto escocês Robert Prentice. Como também o prédio Itahy (1932), obra do arquiteto e engenheiro paulista Arnaldo Gladosh, o qual apresenta representações indígenas e referências brasileiras em conjunto com a arquitetura geométrica de traços aerodinâmicos (ROITER, 2011).

Entre as construções *Art Déco* do município do Rio de Janeiro encontram-se também a escola Instituto Lafayette, atual Fundação Bradesco e a Escola Municipal República Argentina, além dos edifícios públicos da Polícia Federal,

Instituto Nacional de Previdência Social, Tribunal Regional do Trabalho, Instituto Nacional de Seguridade Social e o Castelo D'Água do Maracanã (RIO DE JANEIRO, 2001).

Em São Paulo encontram-se os edifícios sede da Cia. Paulista de Estradas de Ferro (1928), Magazine Mappin e Viaduto do Chá de Elisiário da Cunha Bahiana, edifício de apartamentos Columbus (1930-32) de Rino Levi, Viaduto Boavista de Oswald Bratke e equipamentos urbanos projetados por Prestes Maia. Em Belo Horizonte os projetos de Luís Signorelli, com características suaves como a residência da Rua Bias Fortes (1927), e a sede da Prefeitura da cidade (1939) (RIO DE JANEIRO, 2001).

Em Belém, destaca-se a arquitetura comercial do bairro Reduto (pós 1915) e em 1930 a sede dos Correios e Telégrafos. Em Goiânia, projetos de edifícios (1934) do arquiteto Atílio Correa Lima. No Ceará a Coluna da Hora (1933) projetada por José Gonçalves da Justa, atualmente demolida. Em Salvador, na Bahia o projeto de Fleming Thiesen e Adalberto Szilard do Elevador Lacerda (1929), e nos anos de 1930 o edifício Oceania de Freire & Sodré. Em Curitiba, a agência de Correios e Telégrafos (1934) (RIO DE JANEIRO, 2001).

Em Florianópolis, fizeram parte desse programa do governo os prédios do Departamento de Saúde Pública, o Abrigo de Menores e o Grupo Escolar Getúlio Vargas, inaugurados em 1939, a agência dos Correios e Telégrafos (1937), e o Banco do Brasil, encontrando-se entre eles uma linguagem arquitetônica diferente, porém com a mesma mensagem de modernidade e inovação (VIANA, 2011).

No ano de 2006, a prefeitura do Rio de Janeiro determinou, através de um decreto, a preservação na área da Esplanada do Castelo, de todos os modelos de arquitetura pertencentes às décadas de 1920 a 1940. O maior conjunto *Art Déco* da América Latina encontra-se entre a formação dos prédios da Estação Central do Brasil (1937) com o Palácio Duque de Caxias (1935) antigo Ministério da Guerra (ROITER, 2011).

2.3 Manifestações no Rio Grande do Sul

O *Art Déco* possui grande expressão no Rio Grande do Sul, podendo ser representado pelos seguintes exemplares: Edifício Moinho Chaves (1922) de Theo Wiedersphan, Porto Alegre/RS, prédio da Associação Comercial (1936) de Josef Lutzenberger, Porto Alegre/RS, Igreja de São Geraldo (1938) de Vitorino Zani, Porto Alegre/RS, e a antiga prefeitura de São Leopoldo (1940) de Julius Schmidt, São Leopoldo/RS (RIO DE JANEIRO, 2001).

Foi inaugurada em 20 de setembro de 1935, no parque da Redenção em Porto Alegre, a exposição do centenário Farroupilha. Essa exposição, que durou um ano, foi planejada pelo funcionário e arquiteto da Prefeitura Municipal Christiano de la Paix Gelbert. A exibição apresentou variadas linguagens arquitetônicas e, segundo Weimer (2006), era perceptível a influência da arquitetura totalitária, notável a partir da composição monumental dos espaços abertos, nos simbolismos de caráter político e no uso cerimonial do espaço. O plano geral da exposição, produzido por Alfred Agache, contemplou questões sobre o debate político-cultural do período através da mescla arquitetônica dos espaços. Foram elaborados pavilhões com caráter nazista, pórticos monumentais, pavilhões *Art Déco* marajoara, neocoloniais, cubistas e futuristas (RIO DE JANEIRO, 2001).

Em Porto Alegre podem ser encontradas referências à arquitetura totalitária nas amplas avenidas e nas edificações monumentais projetadas pelos arquitetos Arnaldo Gladosch, Monteiro Neto, Christiano Gelbert e Fernando Corona, destacam-se ainda os prédios da Sulacap, Sul América, União, Mesbla, Chaves e Almeida, e Vera Cruz (WEIMER, 2006).

Apesar de não estimado, o quanto os imigrantes alemães contribuíram com a disseminação do modernismo na arquitetura do Rio Grande do Sul. Gunter Weimer (1989) destaca que as primeiras manifestações desta arquitetura, em Porto Alegre foram produzidas pelos arquitetos Franz Filsinger, atuando entre Karl Siegert e Julios Lohweg (SEGAWA, 1997).

Na cidade de Pelotas, a partir de 1940 até 1950 importou-se o modernismo. As edificações tinham seus elementos ornamentais suprimidos e começaram a ser marcadas pela simplicidade formal, com a inserção de linhas retas sobre as

platibandas, pequenas marquises, revestimentos lisos e arredondamento dos cantos (SCHLEE, 2003).

As primeiras manifestações do *Art Déco* podem ser representadas pelas seguintes construções: Residência do Sr. J. B. Barcelos (1934), Edifício Glória (1934), Colégio Santa Margarida (1935), agência de Correios e Telégrafos (1938), e o então prédio da Justiça Federal (Figura 14), conhecido também por antiga Alfândega (1938) (MOURA; SCHLEE, 2002).



Figura 14 - Fachada prédio Justiça Federal (1938), Pelotas/RS.

Fonte: Autor não identificado. Disponível em:

<http://www.rmgouvealeiloes.com.br/peca.asp?ID=709343>. Acesso em: 2018.

Projetado pelo arquiteto Corona em 1938, o Palácio do Comércio, que encontra-se localizado no centro da cidade de Pelotas, requer destaque por possuir uma composição simples com grandes aberturas e sistema construtivo inovador em concreto armado. Pode-se observar que a maioria dessas edificações são de uso coletivo e fizeram parte de um programa de políticas públicas que difundiu a modernidade através de prédios padronizados em volumetria e em concepção formal (GONSALES, 2015).

Segundo Montagner (2015) existem semelhanças entre as representações *Art Déco* da cidade de Pelotas com as de Porto Alegre, como a presença de linhas curvas, ausência de simetria no jogo de volumes, janelas cantoneiras, pouca ornamentação, terraços e guarda corpos metálicos. Além disso, evidenciam-se nos prédios o uso de recuos e de linhas retas, com intensa marcação horizontal.

A expressão possui relevância para a cidade de Pelotas e pode ser caracterizada como uma arquitetura de tecido, tendo influenciado na conformação das ruas (MONTAGNER, 2015). Nessa época diversas edificações requalificaram suas fachadas, mostrando a importância do *Art Déco* como emissário de simplificação e modernização (MOURA; SCHLEE, 2002).

Viana (2011 *apud* CAMPOS, 1996) mencionou que o *Art Déco* não possui consideração relevante para a historiografia nem para os órgãos de preservação, pois não foram elaborados manifestos ou ideários, e comumente essa expressão arquitetônica é tratada como uma passagem ao moderno. A autora ainda comentou que estudos desenvolvidos sobre arquitetura moderna estão fazendo com que exista um avanço sobre as convicções referentes aos valores e à preservação das expressões mais recentes. O *Art Déco* faz parte da história arquitetônica, da sociedade e do desenvolvimento das cidades, sendo importante salvaguardar essa memória.

Kümmel (2013), apresenta alguns exemplares da arquitetura *Art Déco*, localizados no centro histórico da cidade de Santa Maria/RS, com a intenção de preservar e valorizar essas representações. Entre os prédios mencionados pelo autor encontram-se o edifício Emérita (1950), Mabi (1957), Raimundo João Cauduro (1961) e Santa Maria (1967). Ainda no Rio Grande do Sul, o município de Dom Pedrito/RS teve sua caixa d'água (1935) *Art Déco* inscrita no Livro do Tombo em 23 de dezembro de 1986, na portaria 043/86, por seu valor artístico.

Foi tombado pelo IPHAN, em 2003, 22 edificações representantes da arquitetura *Art Déco* encontradas na cidade de Goiânia. A prefeitura do Rio de Janeiro, em 2014, através do decreto nº 39232, tombou de maneira provisória diversas construções com características *Art Déco* carioca localizadas no bairro flamengo e centro (RIO DE JANEIRO, 2014). No ano de 2018, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo - CONPRESP, a partir da Resolução nº 12, tombou quatro edifícios *Art Déco* que ficam localizados no bairro de Santa Cecília (SÃO PAULO, 2018 A). O Elevador Lacerda, edificado em 1869, passou por reformas e no ano de 1930 foi acrescentada em sua construção uma torre e dois elevadores no estilo *Art Déco*. O monumento, localizado na cidade de Salvador, foi tombado

pelo IPHAN nos anos 2000 por sua arquitetura e uso (FOLHA DE SÃO PAULO, 2006).

Oliveira (2008) o qual estudou em sua dissertação a arquitetura *Art Déco* em São Paulo, entre o período de 1930 a 1945 da Era Vargas, apontou que essa produção possui, além dos valores formais e estéticos, relevância por ser exemplar de acontecimentos políticos e econômicos. O trabalho analisou cinco obras institucionais, para depois destacar a relação da linguagem com algumas particularidades da arquitetura fascista.

3. ORIGEM DAS ESCOLAS PADRÃO DE 1940

3.1 Nacionalização

Os imigrantes alemães chegaram ao Brasil atraídos pela campanha imigratória do século XIX e pela oportunidade de conseguirem usufruto de terras. Pela falta de subsídios e de interesse do governo, esses imigrantes desenvolveram suas escolas por conta própria, onde colonos lecionavam em alemão, e muitas vezes dividiam seu espaço com uma igreja de religião católica ou evangélica (KIPPER, 1979).

A imigração alemã no Rio Grande do Sul concentrou-se nos municípios de São Leopoldo, Novo Hamburgo, Taquara, Cachoeira, São Sebastião do Caí, Estrela, Lajeado, Arroio do Meio, Candelária, José Bonifácio, Passo Fundo, Cruz Alta, Ijuí, Santa Rosa, Santa Cruz, Palmeira e São Lourenço. O descaso do governo brasileiro, que iniciou já na chegada dos imigrantes, fez com que eles mantivessem seus hábitos culturais, facilitando a adesão às células nazistas durante a II Guerra Mundial (PY, 1942).

O mapa organizacional da América do Sul, realizado na cidade Alemã de Leipzig pelo Instituto de Estudos Estrangeiros *Grenz-und Ausland-deutschum*, dividiu os estados e cidades brasileiras de acordo com a população alemã. O estado do Rio Grande do Sul possuía grande representatividade e entre as cidades que apresentavam a maioria alemã encontram-se, Cerro Azul, Teutônia, Montenegro, Marcelino Ramos, Agudo, Cerro Branco, Igrejinha, entre outras, além daquelas já mencionadas anteriormente (PY, 1942).

J.P. Coelho de Souza, Secretário de educação do estado do Rio Grande do Sul (1937-1945), classificou os imigrantes alemães em três grupos: Os que incorporaram a nacionalidade brasileira; os que mantiveram as tradições alemãs; e aqueles que se vincularam ao partido nazista (SOUZA, 1941).

Conforme tabela apresentada por Weimer (2003), em que as classes de trabalhadores arquitetos, construtores, engenheiros e outros profissionais relacionados à construção civil, foram classificadas de acordo com suas origens étnicas, os operários de origem alemã representavam 51,84%, enquanto os

brasileiros equivaliam a 16,42%. A colonização alemã passou a ser motivo de preocupação, pois em 1941 estimou-se que estes povoadores estavam ocupando quase um terço do território gaúcho (SOUZA, 1941).

3.2 Escolas estrangeiras no Rio Grande do Sul

O Consulado Alemão de Porto Alegre financiou a implementação e a conservação de algumas escolas particulares, essas instituições acabaram tendo forte adesão à campanha nacional socialista. Com o objetivo de dominar estado, sociedade e igreja, posteriormente também se vincularam ao partido nazista as sociedades recreativas, esportivas e beneficentes (PY, 1942).

A Sociedade Evangélica Alemã ajudava os imigrantes com auxílio de verbas que propiciaram a implementação de comunidades em Rio Grande, Pelotas e Ijuí. Com esta colaboração a cidade de Novo Hamburgo edificou uma escola, para 132 alunos, e tinha pretensões de construir uma igreja (PY, 1942).

O Ginásio Protestante Alemão Brasileiro, localizado em São Leopoldo, foi fundado com o auxílio do Sínodo Riograndense, instituição que colaborou com a construção e assistência de diversas escolas municipais pelo estado. O educandário tinha como intenção transmitir uma educação fundamentada na base alemã protestante, conforme apresentado por Py (1942) em trecho extraído do calendário para alemães evangélicos residentes no Brasil, edição de 1938.

Bernardo Maahs, diretor escolar da comunidade evangélica de Iraí, declarou que as escolas alemãs tinham intenção da germanização dos estudantes através da conservação das tradições alemãs e do nacional socialismo (PY, 1942).

Somente quem, pela educação e pela escola, aprende a conhecer as grandezas culturais, econômicas e, sobretudo, políticas da própria pátria, pode adquirir e adquirirá, certamente, aquele orgulho íntimo de pertencer a um tal povo. Trecho da bíblia nazista - a "Minha Luta", de Hitler, apontado por Py (1942, p. 259).

Uma das maneiras estabelecida para barrar a infiltração de regimes totalitários estrangeiros foi a nacionalização do ensino no país (SCHWARTZMAN, 1982; RIBEIRO 1985). Os decretos nº 7212 (8 de abril de 1938) e nº 7247 (23 de abril de 1938), para nacionalização do ensino, determinaram que todas as instituições de ensino particulares deveriam ser

registradas e não poderiam utilizar a língua estrangeira para instrução dos alunos por mais de uma hora diária, tendo como consequência o fechamento das mesmas (A.H.RS, 1939).

Em relatório de dez de fevereiro de 1939, apresentado ao Secretário de educação J. P. Coelho de Souza, pelo diretor da seção administrativa encarregado dos serviços atinentes à nacionalização do ensino, relata-se sobre a autonomia dos imigrantes em estabelecer suas próprias escolas e igrejas, principalmente nas colônias, locais em que eram transferidos seus hábitos culturais e utilizada a língua pátria. Até 1938 a maioria dos educandários lecionavam em língua estrangeira (A.H.RS, 1939).

De origem italiana, encontravam-se cinco escolas em Porto Alegre e três no interior do Estado (Pelotas, Caxias do Sul e Santa Maria), as quais apresentaram questões ideológicas estrangeiras aos estudantes. Nessas instituições cerca de 90% dos professores não falavam português, as paredes possuíam imagens de Mussolini, era disseminada propaganda política e os alunos cumprimentavam seus mestres com saudações fascistas. As escolas subordinadas à *Itálica Domus* não aceitaram as medidas prescritas pela Secretaria de Educação, pois segundo o diretor da seção administrativa não seria interessante para eles manterem escolas que não profeririam suas ideologias (A.H.RS, 1939).

Os colégios alemães não foram adversos às prescrições da Secretaria de Educação. Porém, em julho de 1938 foi feita inspeção nas escolas coloniais de origem alemã no interior de Santa Cruz, Candelária, Santa Rosa, São Luiz Gonzaga, Palmeira e Santo Ângelo, e conforme o inspetor “as crianças conversam, estudam, brincam, cantam e rezam em alemão” (A.H.RS, 1939, p. 6).

As escolas foram interesse de debates realizados em congresso partidário na Alemanha, onde as crianças seriam doutrinadas com ideias do partido nacional socialista em 1.500 escolas alemãs espalhadas pelo Brasil. Os alemães demonstravam preocupação com novos decretos, para inibição do nazismo, e, concomitantemente, o fechamento das escolas particulares rurais fundadas por imigrantes alemães (PY, 1942).

Aurélio Py (1942) apresentou memorial endereçado ao Secretário do interior do Rio Grande do Sul Miguel Tostes, em que Franz Metzler, em fevereiro de 1938, comentou que as escolas rurais, implementadas pelos estrangeiros, apesar de terem instruído muitas crianças eram ridicularizadas por serem construções simples com professores que possuíam pouca instrução. Os meios de nacionalização que estavam sendo propostos iriam prejudicar os imigrantes e deveriam ser consideradas as trajetórias das escolas existentes antes delas serem transformadas em institutos modelos.

A instrução da língua pátria foi bem-sucedida em escolas particulares em Santa Cruz, Estrela e Lajeado, porém não é o uso da língua que define a índole patriótica, e também deveriam ser considerados os investimentos em infraestrutura de estradas para permitirem o intercâmbio com moradores do interior, e assim, facilitar o aprendizado do idioma (PY, 1942).

Mais de 56 professores foram contratados para ensinar português, história, geografia, civismo e fiscalizar se estavam sendo cumpridas as medidas de nacionalização em colégios particulares. Os docentes denunciaram o não cumprimento das medidas, se sobrepondo a língua alemã ao uso da língua portuguesa, e os mestres continuavam ensinando história, geografia, religião e gramática estrangeira (A.H.RS, 1939).

Motivado por ações de desrespeito aos inspetores e professores brasileiros nas escolas de origem alemã, foi necessário um posicionamento mais enérgico do Estado, o qual proibiu o uso de língua estrangeira sob condenação de fechamento da edificação escolar. Com o fechamento destas instituições particulares seria necessária a criação de novas escolas públicas (A.H.RS, 1939).

3.3 Ascensão do partido nacional socialista no Rio Grande do Sul

O partido nacional socialista dos trabalhadores alemães (N.S.D.A.P. - Sozialistische Deutsche Arbeiterpartei), no Brasil, atraiu seguidores que acreditavam nos ideais pregados pelo governo da época em seu país de origem. Os imigrantes denominavam-se teuto-brasileiros, utilizavam símbolos e reverências ideológicas, como também faziam parte de associações políticas, participando de passeatas e concentrações (SOUZA, 1941).

Um grupo da N.S.D.A.P. foi estabelecido em 1937, atuando até 1938 na Rua Coronel Brito em Santa Cruz do Sul, no qual jovens alemães filiados ao partido partilhavam e distribuíam informações sobre a guerra como também propaganda nacional socialista para captarem novos sócios (KIPPER, 1979). “A compreensão da ideia do estado deve ser alcançada pela escola, logo, com o começo do uso da razão (educação cívica)” (Do programa do N.S.D.A.P.) (PY, 1942, p. 258).

A união das sociedades alemãs (V.D.V. - Verband Deutscher Vereine) auxiliava o contato dos imigrantes com a sua origem, através de conselhos, jornais, revistas, livros e discursos do partido nacional socialista. Os imigrantes alemães e os teuto-brasileiros que eram contrários aos ideais do partido nazista eram perseguidos pela Gestapo (Geheime Staats Polizei) (PY, 1942).

O círculo da juventude teuto-brasileira (Deutsche Brasilianischer Jugending - D.B.J.), filiada à Juventude Hitlerista na Alemanha, apoiava as convicções do nacional socialismo, e por estes motivos o interventor do estado Osvaldo Cordeiro de Farias, junto com Coelho de Souza, adotou medidas repressivas à propagandas do partido nazista e idealizou a criação de escolas nacionais (PY, 1942).

Em inquérito policial apresentado por Py (1942) realizado no ano de 1939 em Porto Alegre pelo titular Plínio Brasil Milano e inspetor Ewaldo Walter Bergmann com declaração do teuto-brasileiro Armínio Hufnagel, tem-se que em 1935, foram recrutados em torno de 100 rapazes brasileiros para participar de um Congresso Mundial da Juventude Hitlerista, sendo 20 jovens da juventude teuto-brasileira do Rio Grande do Sul e os demais do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.

O evento durou 14 dias e contou com 2.500 moços. Eram realizadas preparações cívicas, exercícios de campanha, instrução militar, jogos, marchas e conferências sobre o partido nacional socialista. Algumas escolas foram convidadas para recepcionarem os jovens teuto-brasileiros que retornavam para Porto Alegre de navio que foram recebidos com exaltação (PY, 1942).

Erwin Werner Becker filiado a D.B.J, fez forte publicidade no interior, resultando novos núcleos de células nazistas em Novo Hamburgo, Cachoeira,

Ijuí, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Panambi (New-Wuerttemberg) e Santa Cruz. No final do ano de 1936, aconteceu um grande acampamento, com 400 jovens da D.B.J, em Panambi. E em 1937, efetuou-se uma excursão para a Alemanha com intuito de doutrinar os descendentes alemães. As atividades da D.B.J. foram proibidas em maio de 1938, iniciando então, sua atuação clandestina (PY, 1942).

Em 1939 o Consulado Alemão de Porto Alegre iniciou o recrutamento de imigrantes alemães para participarem do exército nazista. O alistamento não era obrigatório, porém foram emitidas cartas na Alemanha endereçadas para o Rio Grande do Sul notificando as pessoas sobre o não alistamento (PY, 1942).

Alguns membros filiados ao partido nacional socialista no Rio Grande do Sul, realizavam denúncias contra teuto-brasileiros que estavam em desacordo com os ideais do partido alemão. Py (1942) exhibe notícia do Jornal Correio do Povo, de 17 de maio de 1933, a qual relata que um conjunto de nazistas anunciava confronto aos opositores de Hitler, e estes inimigos seriam denunciados ao governo do Terceiro Reich.

3.4 Movimento nacionalista

Getúlio Vargas, em 1930, expôs suas ideias sobre o problema do povoamento em sua plataforma de candidato à Presidência da República. Com relação à imigração acreditava que os imigrantes deveriam passar a acatar um critério étnico. Em 1934 foram tomadas medidas restritivas sobre a imigração e estabelecida a medida de cotas, tendo como parâmetro o número de estrangeiros de cada país firmados no Brasil no decorrer dos últimos 50 anos (SCHWARTZMAN, 1982; RIBEIRO 1985).

Foi implementada, por volta de 1937, a medida de nacionalização do ensino primário em estados com grande número de imigrantes, devido ao fato de algumas escolas ensinarem a língua e os ideais estrangeiros. A nacionalização aconteceu principalmente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. O governo, entre os anos de 1938 e 1940, investiu na construção de 166 prédios escolares. No estado do Rio Grande do Sul existiu uma corporação que administrava, fiscalizava e organizava o sistema escolar estrangeiro, formando seus próprios professores. A forte atuação do Governo

obteve sucesso na remoção dos agentes motivadores da desnacionalização (SCHWARTZMAN, 1982).

As ações de nacionalização dos imigrantes aconteceram em todo o Brasil, sendo afetados no Rio de Janeiro o Clube Germânica e o Hospital Alemão. Em Santa Catarina houve a proibição de publicações em língua alemã na imprensa. No Rio Grande do Sul foi fechada uma rede de escolas, entre elas o internato de Elsenau na atual cidade de Panambi (PY, 1942).

Em 1938 o presidente Getúlio Vargas, para impedir as investidas de regimes totalitários do eixo Roma-Berlim-Tóquio (fascista, nazista e nipônica) em imigrantes, atuais habitantes do Brasil, proibiu, através de lei, qualquer atividade política, associações, propaganda partidária e insígnias de origem estrangeira. Segundo apresentado por Schwartzman (1982, p. 348), o presidente fez o seguinte comunicado em 1940: “O governo não poderia permitir que elementos estranhos, vindos de fora, procurassem perturbar a tranquilidade das populações coloniais, tentando arrastá-las e organizá-las para o exercício de atividades contrárias aos interesses da Pátria”.

A legislação de 1938 designou que “o estado brasileiro se reserva o direito de restringir ou suspender por motivos econômicos ou sociais a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens; e que o estado brasileiro entende que, admitido no país, o imigrante, deve submeter-se, irrestritamente, ao império das leis brasileiras tendentes a promover a sua incorporação à comunidade nacional” (SCHWARTZMAN, 1982, p. 346).

O governo do estado do Rio Grande do Sul, em oito de abril de 1938, iniciou a campanha de nacionalização do ensino privado através de ações educativas, caravanas nacionalistas e aperfeiçoamento do currículo escolar. Na época, existiam 2.418 escolas particulares registradas no estado, sendo 241 unidades fechadas após mudança de administração, junto com monitoria de fiscais (SOUZA, 1941).

O decreto nº 7.614, de 12 de dezembro de 1938 imposto por J.P. Coelho de Souza, Secretário de Educação, e Osvaldo Cordeiro de Farias, interventor do estado do Rio Grande do Sul, instruiu que o ensino primário deveria ser ministrado, exclusivamente, em português, não seria permitido o uso de língua

estrangeira, exceto para alunos do curso elementar ou secundário, e não deveria existir nenhuma relação ou menção à governos estrangeiros.

Py (1942) expôs a declaração do Secretário do Interior, em que as escolas rurais deveriam seguir as seguintes normativas para não terem suas atividades encerradas: lecionar no idioma do país; educar os jovens de acordo com o espírito brasileiro; não permitir propaganda partidária que fossem opostas ao regime constitucional do país.

Em 1938, foi proibido o uso da língua estrangeira, ocorrendo proibição total em locais públicos ou privados até 1943, como também o impedimento da posse de panos, tecidos e livros em idioma estrangeiro, sendo esses itens recolhidos e confiscados (KIPPER, 1979). Para minimizar a quantidade de propagandas e a atuação de células nazistas, os professores estrangeiros deveriam realizar testes de história, geografia e português do Brasil, não poderiam ser filiados a partidos políticos e deveriam estar morando no país há mais de cinco anos (PY, 1942).

Para atender à demanda de ensino com qualidade e princípios nacionalistas, seriam construídos 49 prédios escolares com capacidade variável entre 200 e 750 alunos, em zona urbana, e 79 prédios com capacidade para 150 alunos, em zona rural que contariam com projeto padrão. Adotou-se, neste mesmo período, medidas de nacionalização sentimental, em que estudantes do interior do estado poderiam passar sete dias no palácio do governo ou com famílias tradicionalistas da capital, para conhecerem a identidade brasileira sob outra perspectiva, durante a Semana da Pátria (SOUZA, 1941).

A Administração Pública, no dia dez de novembro de 1941, decretou uma lei em que foram proibidas as atividades políticas alemãs no Brasil, logo baniu-se o uso da cruz suástica e qualquer tipo de referência ao partido alemão. Estas medidas protecionistas foram tomadas com intuito de proteger a nação brasileira de possíveis problemas relacionados à segregação étnica (SOUZA, 1941).

Em parte, o problema da ascensão do partido nazista foi gerado pelo descaso do governo brasileiro. A existência de simpatizantes teuto-brasileiros ao partido, fez com que o governo tomasse como providência emergencial a nacionalização dos imigrantes, fortemente inserida através das escolas. A

política adotada não tinha característica punitiva, visto que não se combatia a cultura alemã e sim a ideologia partidária do nacional socialismo, o qual estava se impondo sobre a brasilidade.

Weimer (2005) citou os livros **A 5ª coluna no Brasil e a conspiração nazi no Rio Grande do Sul** do chefe de polícia do estado, o tenente coronel Aurélio da Silva Py e **Denúncia** do Secretário de Educação José Conceição Pereira Coelho de Souza, de forma crítica, pois acreditava que estas obras generalizavam que todos os teuto-brasileiros deveriam ser vistos como nazistas disfarçados, causando o sentimento de desconforto e medo para esses imigrantes.

A situação gerava insegurança à população teuto-brasileira, fazendo com que aparecessem oportunistas, principalmente nas áreas rurais onde existiam pessoas mais humildes, os quais cobravam taxa inexistentes, faziam ameaças e fichavam pessoas como nazistas. Ocorreu também a apreensão de armas e rádios, e muitas vezes era imposta a compra de imagens de Getúlio Vargas, por preços exorbitantes, para serem exibidas nas paredes de salões de baile, igrejas, escolas e residências (KIPPER, 1979).

3.4 Ideologia e representação

A arquitetura é instrumento de comunicação e possui significados subjetivos, prédios com características monumentais que expressam consciência de autoridade e poder e são comumente utilizados por regimes políticos, religiosos e econômicos. Essa relação de representação pode ser observada nas construções das pirâmides de Gizé, Grécia Clássica, Roma, catedrais góticas e palácios renascentistas em que utilizaram a escala, formas, materiais, entre outros, como elementos para materialização de significados (MANZO, 2010).

Em 1931 a Itália fascista adotou uma reinterpretação do estilo clássico, porém mais sintetizado e de fácil replicação, como arquitetura marco do momento político, a qual iria disseminar a ideologia nacionalista (FRAMPTON, 2003).

Os regimes totalitários europeus definiram que a arte greco-romana deveria ser considerada como premissa para as demais manifestações artísticas.

Porém, por requerer muitos detalhes não conseguiria atender a demanda construtiva para os novos prédios governamentais, fazendo com que, fosse adotada uma linguagem arquitetônica conservadora com simplicidade formal (WEIMER, 1998).

Paralelamente, nos Estados Unidos foi adotada uma política intervencionista também de caráter autoritário, a chamada *New Deal*, que utilizou uma arquitetura monumental com formas curvas, tons claros e decorativismos, denominada *Art Déco*. A monumentalidade, utilizada nas edificações desses regimes autoritários, é uma forma de representar a centralização do poder e a autoridade política (WEIMER, 1998).

O Governo autoritário brasileiro, durante o Estado Novo, contava com a centralização do poder - na esfera federal - para sustentar o novo modelo de desenvolvimento pretendido para o país. Este novo modelo tinha anseios modernizadores e causou o enfraquecimento da autonomia das esferas estaduais e municipais (REZENDE, 2012; RIBEIRO 1985).

De 1934 a 1937 o Brasil fortaleceu as relações com a Alemanha por questões de interesse político. Getúlio Vargas expôs seu apoio ao nazifascismo (RIBEIRO, 1985) aliando-se às ofensivas políticas internacionais: “Sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquadas entraram em declínio” (RIBEIRO, 1991, p. 116 *apud* BASBAUM). Entretanto com o estopim da II Guerra Vargas acabou filiando-se aos Estados Unidos, por vantagens econômicas (WEIMER, 1998; RIBEIRO, 1985).

O governo ditatorial teve como modelo de desenvolvimento o caráter modernizador por intermédio da monumentalidade, semelhante ao implementado por Mussolini. O ministro Gustavo Capanema, da Secretaria de Educação e Saúde, apoiado nas políticas governamentais, aproveitava o desenvolvimento cultural artístico e arquitetônico para firmar a ideia de progresso e transmitir a influência da República (CHAVES, 2008).

A uniformização dos prédios dos Correios e Telégrafos, projetos de autoria do arquiteto Archimedes Memória, é um exemplo da esperteza política de Getúlio Vargas em marcar a ideologia política e o poder do governo através da padronização das construções públicas (CHAVES, 2008). A propaganda política

efetuada pelo governo brasileiro possuiu inspiração nos regimes nazifascistas (REZENDE, 2012 *apud* PANDOLFI, 1999).¹

O governo autoritário buscou o progresso do país, de maneira centralizada, e as instituições escolares serviam como meio de doutrinação. "Modernidade e autoritarismo foram dois movimentos que fizeram parte de mesmo processo" (REZENDE, 2012, p. 228). A edificação escolar, além de transmitir valores culturais da sociedade, influencia diretamente e simbolicamente os seus usuários, de forma a induzir um determinado comportamento (ELALI, 2003). O ambiente atua na percepção e nas sensações dos usuários, assim, os comportamentos do homem são influenciados pelos sentimentos absorvidos no local em que ele se encontra (AZEVEDO; BASTOS; BLOWER, 2007 *apud* TUAN, 1983).

As instituições escolares são marcos do desenvolvimento, da facilidade ao acesso à educação e da influência exercida pelo governo (AZEVEDO; BASTOS; BLOWER, 2007). As características pedagógicas e urbanísticas implementadas em prédios de uso educacional tinham relações diretas com valores da fase política e com as mudanças que o governo pretendia realizar na sociedade (ELALI, 2003, p. 311 *apud* POL E MORALES, 1991).

Conforme o boletim do centro de pesquisas e orientações educacionais de 1947 no Rio Grande do Sul, no primeiro comunicado sobre a semana da pátria, as tradições do país deveriam ser passadas para as crianças na idade escolar através das inspirações cívicas. As crianças deveriam conhecer as tradições locais, criar uma atitude de respeito pelas tradições do país, desenvolver o sentimento de amor pátrio, ressaltar atitudes morais e cívicas de brasileiros, formar atitudes de apreciação dos valores nacionais, reforçar o sentimento da unidade nacional, proporcionar o conhecimento de nossos recursos, nossas possibilidades e realizações, dos costumes e das tradições do país (SEC, 1947).

Neste mesmo boletim, no item diretrizes sobre o trabalho, indica-se que o ensino sobre a história do país deve ser contado de forma verídica, porém com

¹ A palavra poder, de forma geral, pode ser utilizada para representar a capacidade de agir e produzir certo acontecimento, como também, para expressar o sentido social de influência (pai-filho, governo-cidadãos) sobre o comportamento de alguém (FGV, 1986; BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010).

ênfase aos acontecimentos positivos para evitar-se a falta de compreensão, por parte das crianças, perante as circunstâncias da época, o que poderia levar a formação de um mau juízo ante os sujeitos (SEC, 1947).

Os símbolos e marcos utilizados durante o governo autoritário seguramente influenciaram no comportamento social. As escolas tinham de seguir prescrições estipuladas pela presidência a exemplo de momentos cívicos, enaltecer o nacionalismo e a exaltação ao Estado Novo. O que, posteriormente, traria dificuldade em desmanchar esse modelo (LOURO, 1986).

No Brasil, a política adotada para construção de marcos ideológicos, representantes de poder, progresso e nacionalismo, foi executada através da padronização das construções públicas. Eram realizados projetos padrão com plantas semelhantes e pequenas variações nas fachadas como exemplificado com os prédios dos Correios e das instituições escolares. Nos anos 1930 a arquitetura institucional representava os ideais do governo e tinha intenção de moldar a nova nação.

4. PROJETOS IMPLEMENTADOS PELO ENGENHEIRO JOÃO BAPTISTA PIANCA NO RIO GRANDE DO SUL

João Baptista Pianca, descendente de italianos, nasceu em Porto Alegre no dia 14 de julho de 1893, formou-se em Engenharia Civil em 1915 na então Escola de Engenharia de Porto Alegre, que posteriormente se integrou à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e, quatro anos após, começou a trabalhar na Secretaria de Obras Públicas de Porto Alegre. Durante o serviço público contribuiu com projetos escolares para o interior do estado. Nos anos de 1930, desenvolveu projetos para grupos escolares, dentro da linha do monumentalismo autoritário, que seriam implementados em todo o estado do Rio Grande do Sul (WEIMER, 2004).

No ano de 1915 o engenheiro supervisionou a reforma do Colégio Elementar de Cachoeira, em 1918 realizou o projeto de dois pavilhões para ampliação do Colégio Elementar Souza Lobo, em Porto Alegre/RS. No ano de 1920, realizou e fiscalizou o projeto para instalações hidrossanitárias do Colégio Elementar de São Gabriel/RS, e em 1924 assessorou reformas na Escola Complementar de Porto Alegre/RS (ERMEL, 2017).

Pianca, no ano de 1920, iniciou sua carreira acadêmica como professor da Escola de Engenharia, e a exerceu até sua aposentadoria em 1960 ministrando disciplinas de arquitetura, dentre elas desenho arquitetônico e construções de alvenaria e madeira. No período de 1924 a 1928 afastou-se dessas atividades, pois foi nomeado Intendente de Bento Gonçalves (WEIMER, 2003). Em 1952, ocupou o cargo de primeiro Diretor da recém-criada Faculdade de Arquitetura, em 1959 escreveu o **Manual do Construtor**, obra utilizada como importante referência nas faculdades de engenharia e arquitetura (LERSCH, 2014).

4.1 Projetos escolares entre 1930-50

Conforme mencionado anteriormente, em 1928 foi realizado um concurso para projetos de prédios escolares. No programa arquitetônico foi exigido espaços para sala de leitura, administração, consultório médico e odontológico, sanitários e salão para eventos. A demanda atendida deveria ser entre 250 a

1000 alunos. Não se sabe de maneira precisa a quantidade final de escolas implementadas durante essa etapa.

Em pesquisa realizada na Mapoteca da Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul foram encontradas plantas de autoria de Pianca, que envolvem o desenvolvimento de projetos escolares dos anos de 1937 a 1945.

Na visita à SOP, realizada no mês de maio de 2018, foram coletados documentos digitalizados referentes a pranchas escaneadas de projetos arquitetônicos e complementares de obras escolares no Rio Grande do Sul, sem data definida, e foram fotografadas pranchas desenhadas a mão, em estado de conservação precário, relativas a outros projetos escolares também sem período de data delineado. Segue abaixo relato parcial do material descoberto pertinente à pesquisa realizada:

- 1) Foram encontradas duas pranchas que apresentam versões distintas para o projeto arquitetônico do Colégio Elementar de Jacuhy, na cidade de Cachoeira do Sul. Uma do mês de setembro (Figura 15) e a outra do mês de outubro (Figura 16), ambas de 1937, com projeto número 76, desenho número um.

A primeira opção de edificação, possui capacidade para 200 alunos, um único pavimento e conta com quatro salas de aulas, de 51 m² cada, dois banheiros para estudantes, uma sala para trabalhos manuais, um museu didático, um ambiente atendendo sala de leitura e diretoria, dois quartos, uma sala de jantar, uma cozinha, uma despensa e um banheiro privativo. A planta simétrica em formato de U foi dividida ortogonalmente pelo *hall* de entrada e longitudinalmente pela circulação. A fachada com linhas retas remete ao estilo *Art Déco*, possui cobertura aparente e no ponto central destaca-se um mastro para hasteamento de bandeira. A edificação encontra-se elevada em relação ao nível do solo e possui diferenciação de volumes, destacando o acesso principal.

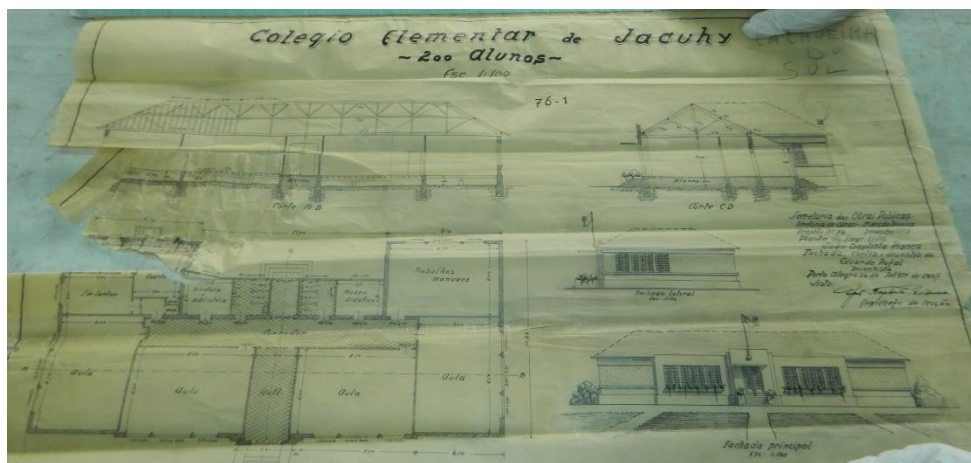


Figura 15 - Projeto para 200 alunos, Colégio Elementar Jacuhy/RS, setembro 1937.
Fonte: Acervo da Mapoteca da Diretoria de Obras Públicas/RS. Acesso em: Maio, 2018.

A segunda opção de construção, do mês de outubro de 1937, ainda com proposta térrea, porém sem especificar a quantidade de alunos. O projeto possui espaço para cinco salas de aula com 51 m² cada, dois banheiros e uma sala para diretoria. A planta não apresenta simetria e quando comparada à primeira é reduzida. Percebe-se através de sua planta baixa que há subtração em sua volumetria retangular. A fachada possui marcação da base em pedra com porões, telhado aparente, esquadrias em grupo de três, frisos, floreiras, características mais conservadoras e remetentes ao período colonial. Mais uma vez pode-se notar a elevação da edificação em relação ao nível do solo, entretanto não há tanto destaque ao acesso quando comparada com a proposta anterior.

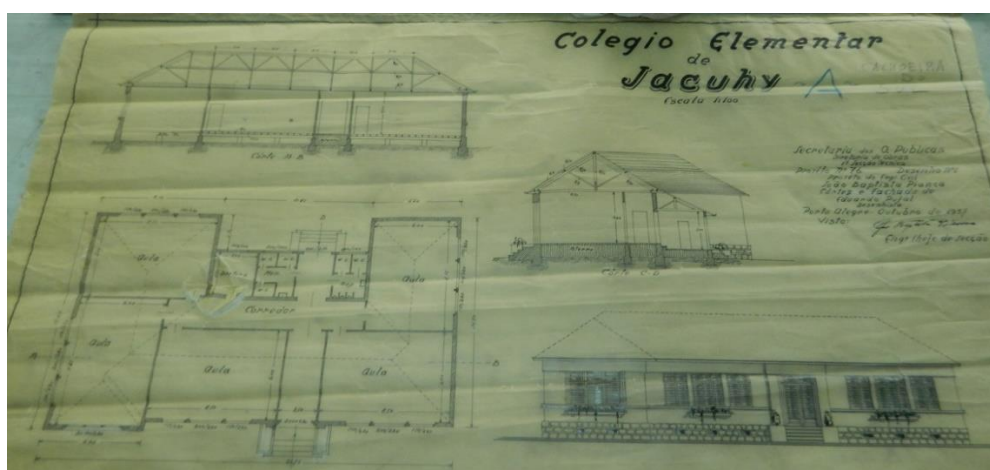


Figura 16 - Projeto Colégio Elementar Jacuhy/RS, outubro 1937.
Fonte: Acervo da Mapoteca da Diretoria de Obras Públicas/RS. Acesso em: Maio, 2018.

Quando comparados os dois projetos, nota-se que as principais diferenças entre as plantas acontecem pelos ambientes projetados para moradia dos professores, pela simetria e pela fachada. Os prédios escolares construídos anteriores ao ano de 1937 contavam com espaço para dormitório, pois os professores moravam nas escolas, mostrando a influência da tipologia residencial no projeto. As fachadas, pela diferenciação entre os estilos adotados, transmitem sensações diferentes. A com traços *Art Déco* possui mais rigidez e seriedade, enquanto a outra passa a impressão de algo mais acolhedor, mostrando a dubiedade entre planta e fachada, pois a primeira que conta com espaço para dormitórios, sendo considerada mais antiquada possui a fachada com representações da arquitetura mais atual para a época.

- 2) Encontrou-se, também o projeto arquitetônico para o Colégio Elementar de São Jerônimo (Figura 17), na cidade de São Jerônimo, do mês de junho de 1938, com projeto número 98, desenho número cinco. O programa, que apresenta aspectos mais elaborados em relação aos primeiros projetos encontrados, foi composto por dois pavimentos e capacidade para 500 alunos. O primeiro pavimento possui cinco salas de aula de áreas distintas entre si, um museu, uma diretoria, dois banheiros para estudantes, uma sala de jantar, uma cozinha, dois dormitórios e um banheiro privativo. O segundo piso apresenta cinco salas de aula com área aproximada de 55 m² cada, uma sala para trabalhos manuais, uma sala médica, uma sala para leitura e dois banheiros para estudantes. As fachadas não foram encontradas, porém a partir do corte pode-se dizer que a cobertura é um terraço sem telhado aparente e pela planta baixa visualiza-se diferenciação de volumes destacando o acesso principal. O projeto apresenta planta simétrica, elevação da edificação em relação ao nível do solo e a circulação marca a horizontalidade adotada em projeto.

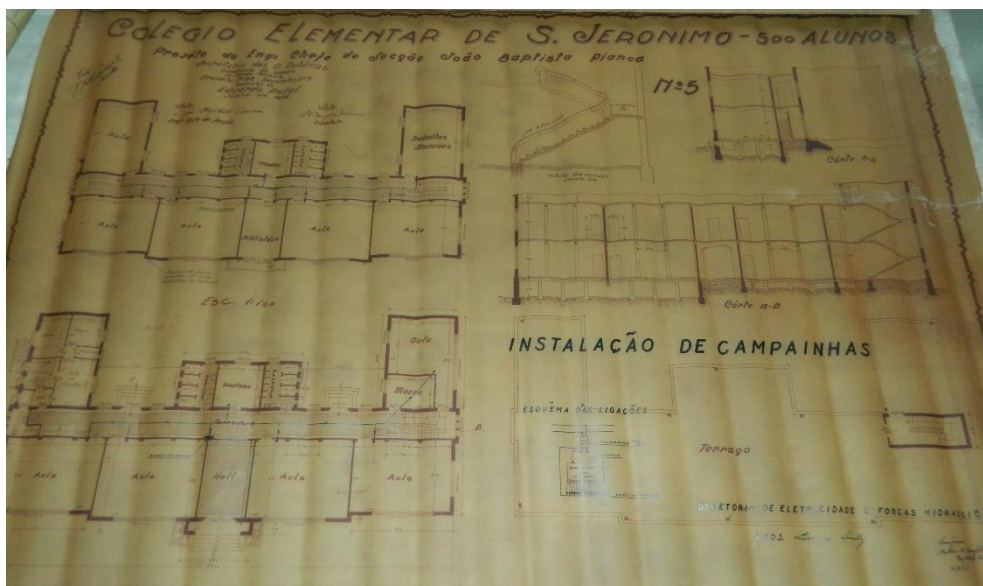


Figura 17 - Projeto para 500 alunos, Colégio Elementar de S. Jerônimo/RS, junho 1938.
Fonte: Acervo da Mapoteca da Diretoria de Obras Públicas/RS. Acesso em: Maio, 2018.

Através de pesquisa *online* foi encontrada a Escola Estadual de Ensino Fundamental Barão de Jacuí (Figura 18), localizada na cidade de São Jerônimo. O prédio em que a escola se encontra, construído em madeira, foi inaugurado em 1945, possui cinco salas de aula e no ano de 2017 atendia 140 alunos.



Figura 18 - Escola Estadual de Ensino Fundamental Barão de Jacuí. São Jerônimo/RS. Fonte: Autor não identificado. Disponível em: <https://www.facebook.com/escolabaraodojacui/photos/a.533583960022620/533585753355774/?type=1&theater>. Acesso em: Janeiro, 2019.

- 3) Descobriu-se uma planta de porão de um Tipo de colégio para 500 alunos (Figura 19). Essa planta foi fornecida em meio digital tendo como nome do arquivo “Colégio Juca Batista (Porto Alegre)001”. A prancha não contém informações de data, nem de localização, porém a partir da nomeação dada pela SOP entendeu-se que esse projeto é da Escola

Estadual de Educação Fundamental Matias de Albuquerque, localizada na Avenida Juca Batista, nº 3450, na cidade de Porto Alegre/RS. Entretanto quando comparada a planta analisada com a fachada da edificação (Figura 20) percebe-se que elas não são equivalentes.

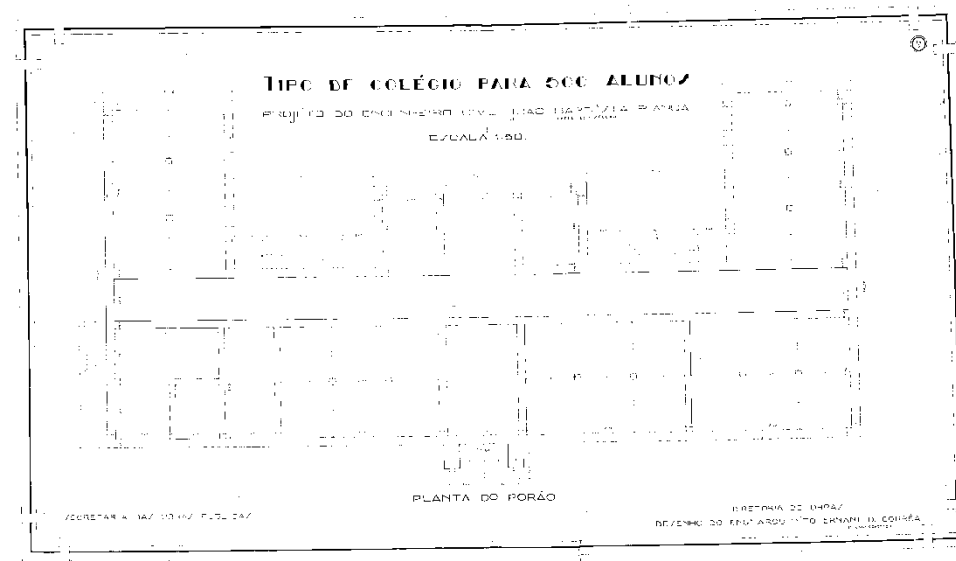


Figura 19 - Projeto padrão para 500 alunos.

Fonte: Acervo da Mapoteca da Diretoria de Obras Públicas/RS. Acesso em: Maio, 2018.



Figura 20 - Escola Estadual de Educação Fundamental Matias de Albuquerque (1941). Porto Alegre/RS. Fonte: Autor não identificado. Disponível em: <http://eeefmatiasdealbuquerque.blogspot.com/2012/05/historico-da-escola-normal-0-21-false.html>. Acesso em Maio, 2018.

A Escola Estadual de Educação Fundamental Matias de Albuquerque, apresentada na Figura 20, iniciou suas atividades em 1934 e em 1941 foi relocada para um novo prédio funcionando até os dias atuais. Foram encontrados, em pesquisa *online*, outros prédios semelhantes ao dessa

instituição como a Escola Cândida Fortes Brandão em Cachoeira do Sul/RS (1941), Escola Henri Duplan em Charqueadas/RS (Estado Novo), Escola Boca do Monte em Santa Maria/RS, Grupo Escolar Ajuricaba em Ajuricaba/RS (1937), a Escola Estadual de Educação Fundamental José de Oliveira Neto em Ararica/RS, a Escola Estadual de Ensino Médio José Joaquim de Andrade em Barão do Triunfo/RS (Figura 21).

Percebe-se que as fachadas dessas escolas têm semelhança com a proposta para o Colégio Elementar Jacuhy, projeto de Pianca em 1937. Apesar de ainda não ter sido encontrado o nome do arquiteto responsável pelas edificações, acredita-se que elas tenham sido idealizadas por Pianca, pela semelhança formal e pelo período em que foram construídas.



Figura 21 - Prédios Escolares/RS.
Fonte: Montagem da autora. Janeiro, 2019.

- 4) Retomando a planta de porão apresentada na Figura 19, acredita-se que seja do Colégio Elementar de Bento Gonçalves (Figura 22), construído nos anos de 1930. Dessa instituição se teve acesso ao projeto hidrossanitário, sem identificação de data, e ao projeto para reforma do sistema de iluminação, de outubro de 1951 (Figura 23). O projeto é proposto com um porão e mais dois pavimentos, com planta simétrica em forma de U, circulação horizontal e elevação da edificação em relação ao nível do solo. A fachada plana em estilo neoclássico apresenta colunas e frontão, um brasão do Rio Grande do Sul e a frase em latim *Labor Omnia Vincit*, os quais demarcam o acesso principal.

pavimento conta com cinco salas de aula, tendo uma área ampliada, dois sanitários e uma sala de direção. No segundo piso existem cinco salas de aula, dois sanitários e uma sala de leitura. A planta do projeto hidrossanitário retrata duas salas de aula do primeiro pavimento com usos diferentes, uma como sala dentária e outra dividida em qutaro espaços, sendo um utilizado cozinha e os demais remetem a espaços para moradia de professor.

Em pesquisa *online* foram encontradas outras escolas com essas mesmas semelhanças, entre elas o Grupo Escolar General Osório (1934-36), em Osório/RS, a Escola Rodolfo Von Ihering (1936), localizada em Taquara/RS, o Instituto Estadual de Educação Bernardino Ângelo (1936), em Dom Pedrito/RS, a Escola Estadual Padre Efrem (1936), em Vacaria/RS, o Colégio Elementar do Dr. Osmarino (1936), em Santa Vitória do Palmar/RS, conhecido atualmente como escola Manoel Vicente do Amaral, e o Instituto Estadual de Educação Ponche Verde, em Piratini/RS (Figura 24).

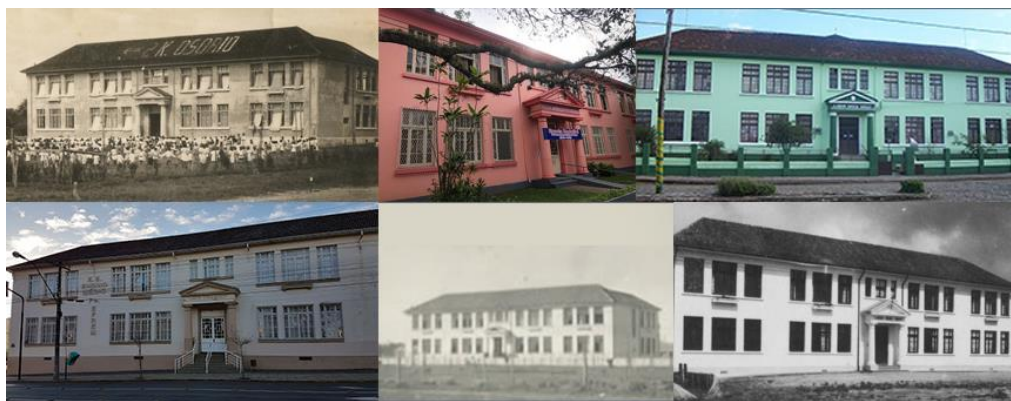


Figura 24 - Prédios Escolares/RS.
Fonte: Montagem da autora. Janeiro, 2019.

A seguir dá-se continuidade ao relato dos materiais encontrados na visita mencionada, o qual apresenta os projetos escolares que são foco dessa pesquisa.

- 5) Do Colégio Elementar de Cachoeira (Figura 25), localizado na cidade de Cachoeira do Sul, para 750 alunos, foram encontrados os projetos de instalação de águas (arquivo nº 169 e nº 1700) e instalações de esgoto (arquivo nº 1703), ambos de setembro de 1940. Também constam as

plantas hidrossanitárias, elétricas, fundações e alicerces, sem descrição de data, para o mesmo colégio, porém com capacidade de 1000 alunos. A edificação foi finalizada em 1944 e no ano de 2017 contava com 1.150 alunos matriculados. Atualmente denomina-se Instituto Estadual de Educação João Neves da Fontoura (Figura 26).

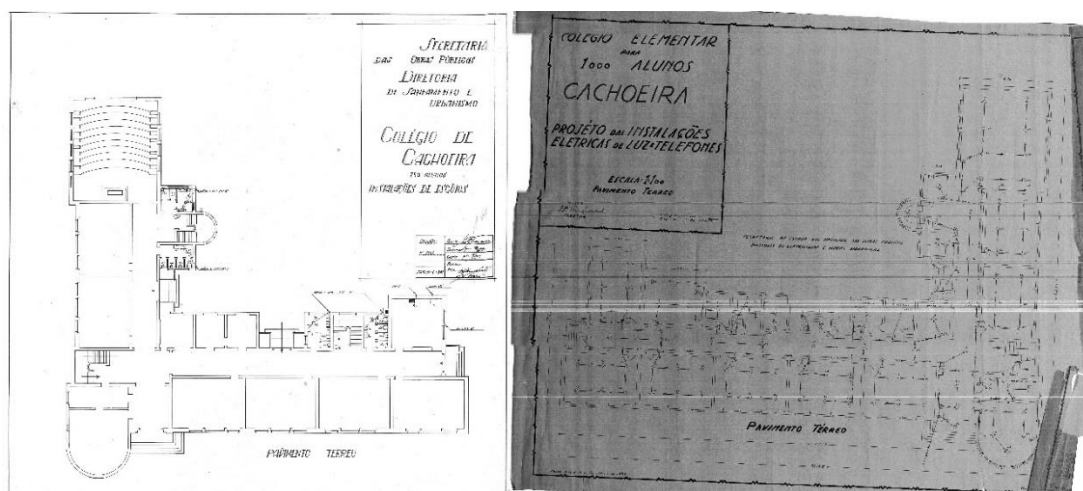


Figura 25 - Planta pavimento térreo, 750/1000 alunos I.E.E. João Neves da Fontoura. Cachoeira do Sul/RS

Fonte: Acervo da Mapoteca da Diretoria de Obras Públicas/RS. Acesso em: Maio, 2018.



Figura 26 - I.E.E. João Neves da Fontoura. Cachoeira do Sul/RS.

Fonte: Autor não identificado. Disponível em: <http://novotempo.com/ntsul/videos/instituto-joao-neves-resgata-historia-do-magisterio/>. Acesso em: Janeiro, 2019.

Comparando a planta baixa do pavimento térreo para as duas quantidades de alunos junto à edificação existente, percebe-se que o modelo adotado foi o para 750 alunos.

O projeto em forma de L foi dividido em três pavimentos com porão. O primeiro pavimento possui seis salas de aula, uma sala de leitura, um auditório, quatro banheiros, um vestiário, uma secretaria, uma diretoria, uma merenda e um almoxarifado. O segundo pavimento conta com cinco salas de aula, uma sala para trabalhos manuais para rapazes, um gabinete médico/dentário, uma sala para educadora sanitária, quatro banheiros, um vestiário, uma secretaria, uma diretoria e um terraço. No terceiro pavimento encontram-se cinco salas de aula, uma sala para trabalhos manuais para meninas, um gabinete de física e química, quatro banheiros, um vestiário, uma secretaria e três terraços. Há dois porões na edificação, um grande abaixo do auditório e o outro dividido em seis ambientes.¹

Os projetos apresentados abaixo (Figuras 27 e 28) com planta de porão, pavimento térreo, segundo e terceiro pavimentos, junto com fachada principal (Figura 29), apesar de uma das imagens apresentar o nome “Cachoeira” são para um Tipo de Colégio para 750 alunos. Logo compreende-se que esses projetos foram aplicados tanto no colégio I.E.E. João Neves da Fontoura como em outras escolas em demais municipalidades.

¹ O Curso de Higiene e Saúde Pública, criado em 1929, tinha como intuito a formação de educadoras sanitárias, as quais tornavam-se capacitadas para informar e ensinar questões referentes a higiene e saúde pública, ficando reconhecidas pela relação de ligação entre o Estado e os cidadãos (ALVES, 2011).

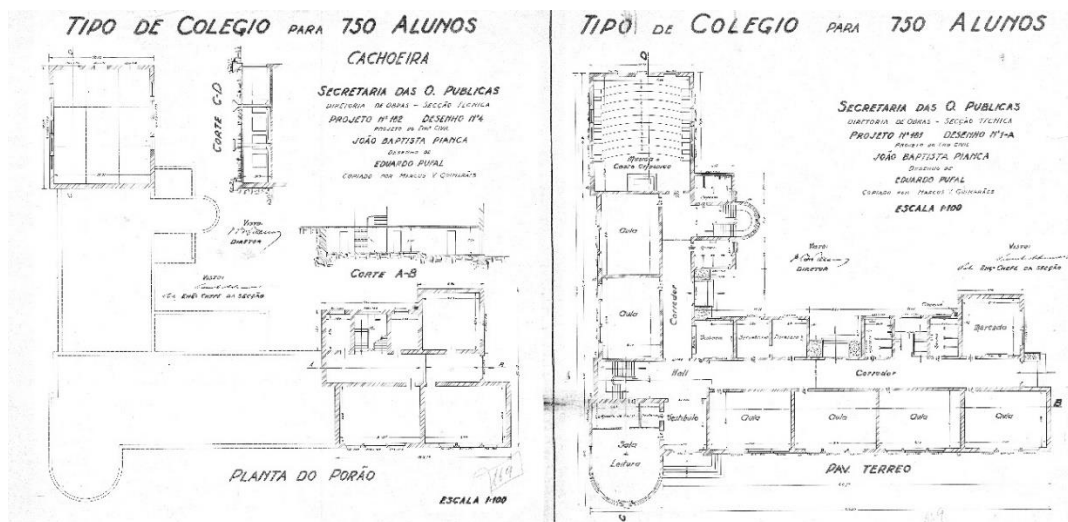


Figura 27 - Planta de porão e 1º pavimento de Tipo de Colégio para 750 alunos.
Fonte: Acervo da Mapoteca da Diretoria de Obras Públicas/RS. Acesso em: Maio, 2018.

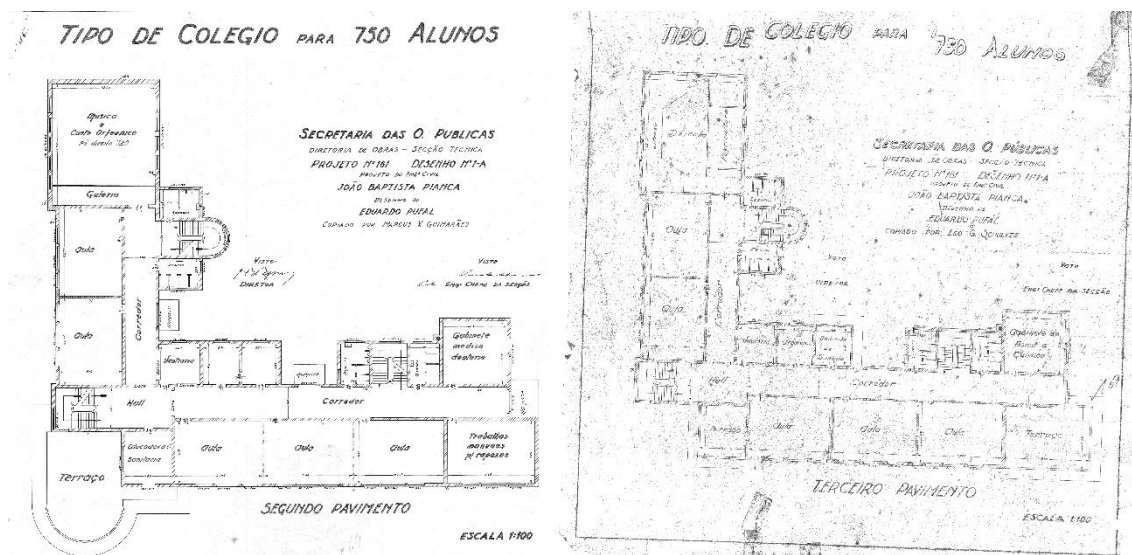


Figura 28 - Planta de 2º e 3º pavimentos de Tipo de Colégio para 750 alunos.
Fonte: Acervo da Mapoteca da Diretoria de Obras Públicas/RS. Acesso em: Maio, 2018.



Figura 29 - Fachada principal de Tipo de Colégio para 750 alunos.

Fonte: Acervo da Mapoteca da Diretoria de Obras Públicas/RS. Acesso em: Maio, 2018.

- 6) Foram identificadas duas plantas de instalações de águas para o Colégio de Bagé para 750 alunos, uma de agosto de 1940 (arquivo nº 1686) (Figura 30) e outra de setembro de 1940 (arquivo nº 1698). Também foi encontrado, para a mesma escola, o projeto para esgotos de janeiro de 1941 (arquivo nº 1701). A planta mostra o segundo pavimento da edificação, o qual possui cinco salas de aula, quatro banheiros, uma sala para trabalhos manuais para rapazes, um gabinete médico dentário, uma sala para educadora sanitária, um mezanino do auditório, um vestiário, uma sala de diretoria, uma sala para secretaria e um terraço.

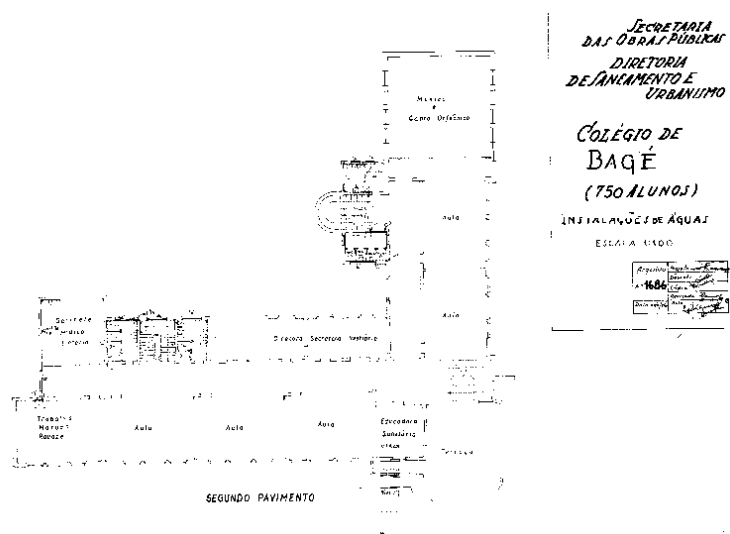


Figura 30 - Instalações de águas para o Colégio de Bagé para 750 alunos, 1940.

Fonte: Acervo da Mapoteca da Diretoria de Obras Públicas/RS. Acesso em: Maio, 2018.

A instituição atualmente é conhecida como Escola Estadual Silveira Martins (Figura 31) foi construída pela empresa de engenharia Barcelos & Cia e inaugurada em agosto de 1942. Na tese de Ermel (2017) a autora comenta que foi encontrado na Mapoteca da SOP um projeto do engenheiro João Baptista Pianca, do ano de 1938, para o Colégio Elementar de Bagé para 1000 alunos, com três pavimentos, entretanto o projeto não foi encontrado.



Figura 31 - Escola Estadual Silveira Martins para 750 alunos - 1942. Bagé/RS.

Fonte: Autor não identificado Disponível em:

<http://www.jornalfolhadosul.com.br/noticia/2014/07/17/escola-silveira-martins>. Acesso em: Janeiro, 2019.

- 7) Foi localizado o projeto de instalações elétricas (Figura 32), de dezembro de 1938, denominado como tipo de Colégio Progressivo para 350 alunos Guaíba. Descobriu-se, também, as plantas de situação, projetos de fundações e alicerces, os quais não constam datas, projeto para rede de esgotos (arquivo nº 1537) de março de 1939, todos para o Colégio Elementar de Guaíba. Tem-se, ainda, um estudo de poços para abastecimento de água (arquivo nº 1657) para o Grupo Escolar de Guaíba, de junho de 1940. Das plantas encontradas, para essa escola, escolheu-se expor somente a primeira, pois mostra os dois pavimentos, a nomenclatura de colégio progressivo e apresenta de maneira clara a data do projeto. Apesar dos documentos analisados possuírem datas diferentes e apresentarem de maneira distinta o nome da cidade, têm como base o mesmo projeto arquitetônico.

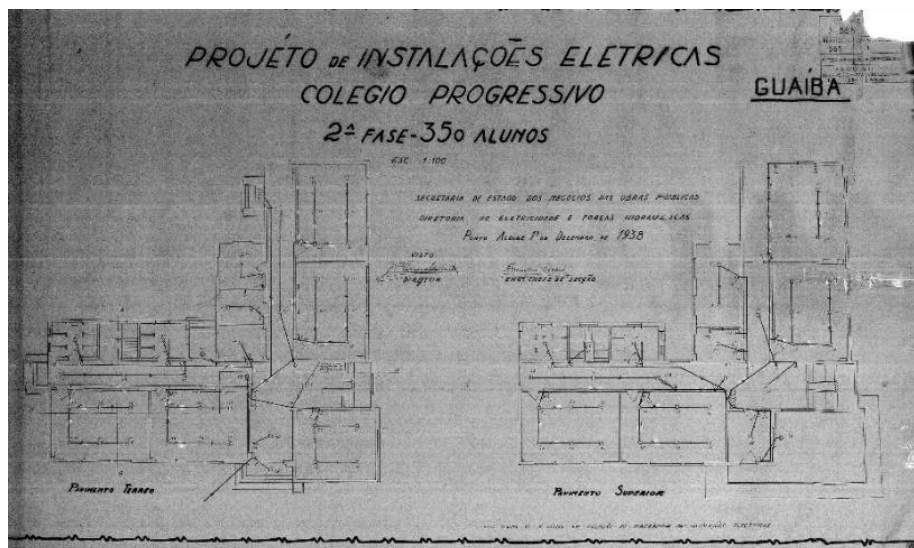


Figura 32 - Projeto de instalações elétricas para Colégio Progressivo de 350 alunos. Guaíba/RS. Fonte: Acervo da Mapoteca da Diretoria de Obras Públicas/RS. Acesso em: Maio, 2018.

Em verificação posterior à visita, percebe-se que através do projeto elétrico podemos identificar que os ambientes foram organizados em dois pavimentos com implantação em L para atender 350 alunos. A partir da semelhança entre os outros projetos encontrados, supõe-se que no primeiro piso existam três salas de aula, uma sala para trabalhos manuais, sala de leitura, dois banheiros e três ambientes, podendo dois serem administrativos e um utilizado como cozinha. E no segundo pavimento há quatro salas de aula, dois banheiros, uma sala de diretoria e mais dois ambientes que podem ser para laboratório ou educadora sanitária e consultório médico-dentário.

Ainda referente a cidade de Guaíba, foi encontrado o projeto de instalações elétricas para um pavilhão de educação física (Figura 33) do tipo progressivo para 350 alunos, que não possui data. Pode-se observar a rigidez na simetria, o uso de linhas retas, a ausência de elementos decorativos, a elevação ao nível do solo, imponência, todas características do estilo *Art Déco* utilizado como marco do governo Vargas.

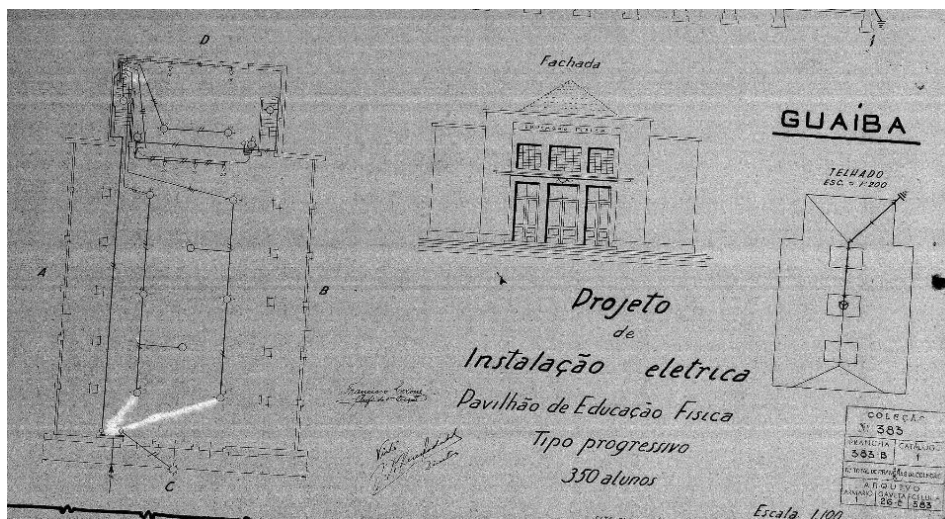


Figura 33 - Projeto de instalações elétricas para Pavilhão de Educação Física Tipo Progressivo para 350 alunos. Guaíba/RS.

Fonte: Acervo da Mapoteca da Diretoria de Obras Públicas/RS. Acesso em: Maio, 2018.

Atualmente o colégio de Guaíba chama-se Instituto Estadual de Educação Gomes Jardim (Figura 34) e teve sua construção finalizada em 1941. A escola já recebeu diversas denominações, em sua fundação, em 1926, era conhecida como Grupo Escolar Guaíba, em 1939 passou a chamar-se Grupo Escolar Gomes Jardim, sofrendo uma última mudança no ano 2000.



Figura 34 - Instituto Estadual de Educação Gomes Jardim. Guaíba/RS

Fonte: Autor não identificado. Disponível em: <http://atcprsb.blogspot.com.br/2009/01/um-pouco-da-historia-do-instituto.html>.

Acesso em: Maio, 2018.

- 8) Foi identificado um projeto para rede de esgotos externos, (arquivo II nº 1598) de setembro de 1939, para o Colégio Elementar de Estrela para 350 alunos. Sabe-se que a edificação iniciou suas atividades em 1941, e é conhecida atualmente como Escola Estadual de Ensino Fundamental de Estrela (Figura 35), situada em Estrela/RS.



Figura 35 - Escola Estadual de Ensino Fundamental de Estrela. Estrela/RS.

Fonte: Autor não identificado. Disponível em: <http://aepan.blogspot.com/2010/03/escola-estadual-de-educacao-basica.html>.

Acesso em: Janeiro, 2019.

- 9) Descobriu-se um projeto arquitetônico de um modelo para Colégio de 250 alunos (Figura 36), de setembro de 1943, o qual foi organizado em dois pavimentos. No primeiro piso encontram-se duas salas de aula, uma sala de trabalhos manuais, sala de leitura, dois banheiros, um vestiário e dois ambientes que não foram identificados seus usos, porém um possui pia e geladeira remetendo à cozinha e o outro supõe-se ser para coordenação escolar. O segundo pavimento conta com três salas de aula, um museu didático, um gabinete médico/dentário, dois banheiros, uma sala de diretoria e um terraço. A planta tem forma retangular com subtrações de volumes e um eixo marcante de circulação horizontal e vertical. Baseado na forma das edificações encontradas acredita-se que a configuração adotada de retângulo com volumes subtraídos foi utilizada em razão da baixa demanda, caso houvesse ampliação do programa e do número de alunos da instituição suspeita-se que a planta em L teria sido escolhida. Percebe-se a ausência de especificação de local de implementação do projeto.

Também foi encontrada uma planta com projeto hidrossanitário (arquivo nº 804) para tipo de colégio para 250 alunos, Grupo Escolar de Soledade de dezembro de 1943, a qual é retratada em dois pavimentos e possui organização equivalente ao modelo comentado acima - atualmente denomina-se Instituto Estadual de Educação Maurício Cardoso.

Ressalta-se que esse mesmo projeto pode ter sido implementado em outras localidades.

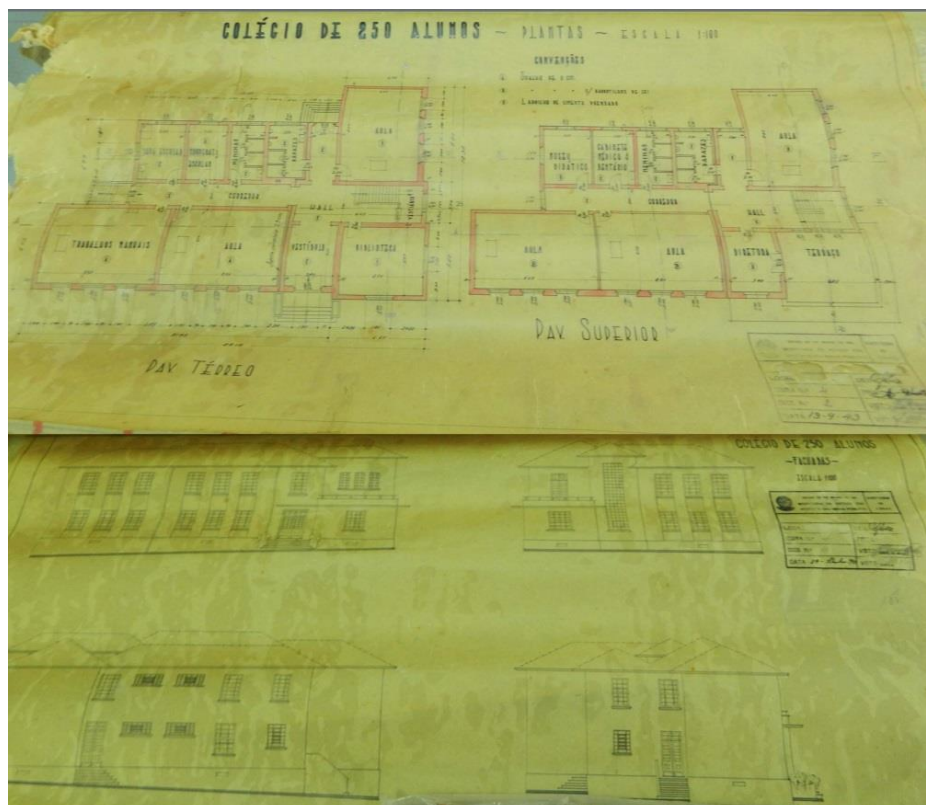


Figura 36 - Plantas de 1º e 2º pavimentos e fachadas de Colégio para 250 alunos.
Fonte: Acervo da Mapoteca da Diretoria de Obras Públicas/RS. Acesso em: Maio, 2018.

- 10) Foi identificada uma prancha com projeto para esgotos externos do Colégio Elemental de Alfredo Chaves, para 200 alunos. A edificação, localizada no município de Veranópolis, que antigamente denominava-se Alfredo Chaves, foi construída nos anos 1940 e atualmente denomina-se Escola Municipal de Ensino Fundamental Felipe dos Santos (Figura 37).



Figura 37 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Felipe dos Santos. Veranópolis/RS.

Fonte: Foto de Elício Parisi. Disponível em:

<http://anamarlazzarotto.blogspot.com/2013/04/retomando-uma-historia.html>.

Acesso em: Janeiro, 2019.

- 11) Descobriu-se a planta da primeira fase do projeto de instalações elétricas para Tipo de Colégio Progressivo, com capacidade para 200 alunos, em Nova Prata, sem especificação de data. Posterior à visita, a partir de busca *online*, averiguou-se que a escola possui semelhanças formais com as demais analisadas. Atualmente é conhecida como Escola Estadual de Ensino Fundamental Reinaldo Cherubini.
- 12) Foi localizado um projeto deteriorado para rede de água e esgotos, de setembro de 1942, para o Grupo Escolar Brasil, em Panambi (Pindorama). Até o momento não foi localizada a edificação mencionada em planta.
- 13) Foram encontradas as plantas de fundações (Figura 38), de fevereiro de 1939, e a planta de situação e muros de vedação, de julho de 1940 para o Colégio Navegantes. Essa escola, não foi localizada. Pode-se notar que o padrão adotado é o mesmo dos outros prédios, com planta em L, e também seria implementado um projeto para pavilhão de educação física.

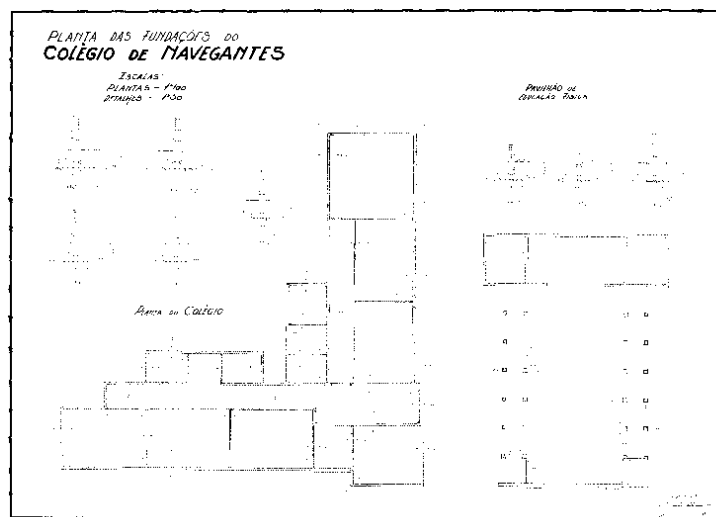


Figura 38 - Planta de fundações para o Colégio Navegantes, fevereiro de 1939.
Fonte: Acervo da Mapoteca da Diretoria de Obras Públicas/RS. Acesso em: Maio, 2018.

A planta de fundações, exibida acima, retrata uma edificação semelhante ao prédio encontrado na planta elétrica (Figura 39), para um pavilhão de educação física Tipo progressivo para 500 alunos de dezembro de 1938. A fachada desse pavilhão é idêntica à imagem apresentada anteriormente na figura 33. Dessa maneira, podemos compreender que os ginásios de educação física também utilizavam um projeto padrão que era ampliado de acordo com o número de alunos.

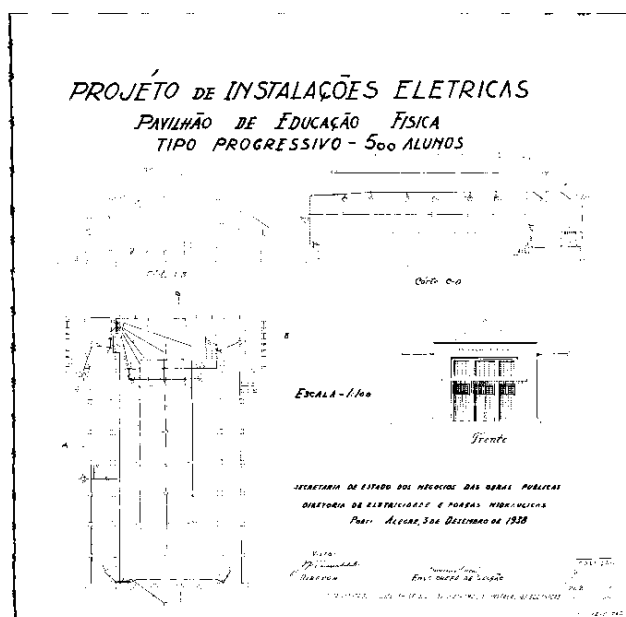


Figura 39 - Planta elétrica para um pavilhão de educação física tipo progressivo para 500 alunos, dezembro de 1938.
Fonte: Acervo da Mapoteca da Diretoria de Obras Públicas/RS. Acesso em: Maio, 2018.

As plantas apresentadas da década de 1940 não apresentam espaço para moradia dos professores e contam com os novos ambientes propostos para auditório, sala de leitura, consultório médico-dentário e maior número de salas administrativas decorrentes do novo método pedagógico Escola Nova e das prescrições médico sanitárias.

Tendo em vista a visita realizada na SOP e os documentos encontrados relatados nos itens 1 a 13 chega-se à conclusão que os projetos têm uma semelhança formal expressiva de acordo com o número de alunos, que houve uma evolução dos projetos de acordo com as datas de apresentação e que apesar de não ter sido encontrado o projeto arquitetônico de todas as instituições presume-se que o programa adotado e o projetista sejam os mesmos para todas as escolas.

Conforme mencionado anteriormente, o Secretário de Educação J.P. Coelho de Souza, em seu livro **Denúncia** publicado em 1941, coloca que seriam construídas 49 escolas de tipologia padrão com capacidade para atender de 150 a 750 alunos. Essas Instituições seriam implementadas em distintas cidades do estado de acordo com a necessidade e demanda.

Osvaldo Cordeiro de Farias, em 1943, aponta a construção de 33 novos prédios escolares e as cidades em que eles seriam implementados. Dos municípios mencionados não foram encontradas instituições pertencentes ao padrão pesquisado nas cidades de Torres, Encantado e Novo Hamburgo.

Até o momento foram encontradas 39 edificações com o mesmo padrão proposto nos projetos de Pianca. Essas edificações foram classificadas em uma tabela (Tabela 1) de acordo com a capacidade de alunos. O esquema exibe imagem, localização, ano de construção, e número de alunos. Essas escolas foram descobertas a partir do material da SOP, juntamente com pesquisa *online* e bibliográfica.

Tabela 1: Escolas padrão - Classificação de acordo com o número de alunos.

Imagem	Nome	Localização	Ano de construção	Nº Alunos na inauguração
01 	Escola Estadual de Educação Fundamental Irmãos Andradas	Canguçu/RS	1942-1950	200
02 	Escola Estadual de Ensino Fundamental Marques de Souza	São José do Norte/RS	1940	200
03 	Escola Estadual de Ensino Médio Professora Gregória de Mendonça	Santo Antônio da Patrulha/RS	-	200
04 	Escola Municipal de Ensino Fundamental Felipe dos Santos	Veranópolis/RS (antiga Alfredo Chaves)	1942	200

05		Instituto Estadual de Educação Visconde de Taunay	Irai/RS	-	200
06		Escola Estadual de Ensino Médio Frei Caneca	Flores da Cunha/RS	-	200
07		Escola Estadual de Ensino Médio Guia Lopes	Candelária/ RS	1929	200
08		Escola Estadual de Ensino Fundamental Reinaldo Cherubini	Nova Prata/RS	-	200
09		Escola Estadual de Ensino Fundamental Guararapes	Arroio do Meio/RS	-	200
10		Instituto Estadual de Educação Maurício Cardoso	Soledade/RS	1953	250

11		Escola Estadual de Educação Cruzeiro do Sul	São Lourenço do Sul/RS	1948	250
12		Instituto Estadual de Educação Gomes Jardim	Guaíba/RS	1941	350
13		Escola Estadual de Ensino Médio de Estrela	Estrela/RS	1941	350
14		Escola Estadual de Ensino Médio Felipe Camarão	São Sebastião do Caí/RS	1944-1946	350
15		Instituto Estadual de Educação Cel. Patrício Vieira Rodrigues	Tapes/RS	1940	350
16		Colégio Estadual Sete de Setembro	Camaquã/RS	-	350

17		Escola Estadual Monte das Tabocas	Venâncio Aires/RS	1940-1945	350
18		Escola Estadual de Ensino Médio Setembrina	Viamão/RS	1940	350
19		Escola Básica Estadual Cícero Barreto	Santa Maria/RS	-	350
20		Grupo Escolar Conde Afonso Celso	Bom Jesus/RS	1939-1943	350
21		Escola Estadual de Educação Básica Tito Ferrari	São Pedro do Sul/RS	1939-1946	350
22		Escola Estadual de Educação Salgado Filho - Bloco B	São Francisco de Assis/RS	-	350
23		Escola Estadual de E. F. Fernandes Vieira	Lajeado/RS	-	350

24		Colégio Henrique Emílio Meyer	Caxias do Sul/RS	1939-1940	350
25		Escola Couto de Magalhães	Arroio dos Ratos/RS	1942-1943	500
26		Escola Joaquim Caetano	Jaguarão/RS	1941-1942	500
27		Colégio Estadual Apolinário Porto Alegre	Santiago/RS	1940	500
28		Escola Estadual Normal 1º de Maio	Porto Alegre/RS	1939-1941	500
29		Instituto Estadual de Educação Menna Barreto	São Gabriel/RS	-	500

30		Escola Estadual de Ensino Médio Visconde de Mauá	Butiá/RS	1942	500
31		Instituto Estadual de Educação Assis Brasil	Pelotas/RS	1942	750
32		Escola Estadual Silveira Martins	Bagé/RS	1942	750
33		Instituto Estadual de Educação João Neves da Fontoura	Cachoeira do Sul/RS	1944	750
34		Escola Estadual de Ensino Fundamental Castro Alves	São Jerônimo/RS	-	Não identificado
35		Escola Estadual de Ensino Fundamental Marçal Pacheco	Rosário do Sul/RS	1944-1949	Não identificado

36		Escola Antônio Francisco da Costa Lisboa	São Francisco de Paula/RS	1944	Não identificado
37		Escola Estadual de 1º Grau Licínio Cardoso	Lavras do Sul/RS	-	Não identificado
38		Escola Estadual de Ensino Médio Joaquim Nabuco	Tupanciretã/ RS	-	Não identificado
39		Escola Estadual de Ensino Médio Bandeirante	Guaporé/RS	1940	Não identificado

Fonte: Esquema da autora, 2019.

É pertinente ressaltar que foram encontradas, durante a pesquisa, duas escolas que possuem certa semelhança com o padrão estudado, entretanto, também apresentam características peculiares que as demais não guardam, justificando, assim, sua ausência na tabela classificatória.

A primeira delas, Escola Estadual de Ensino Fundamental Visconde de São Leopoldo (Figura 40), localizada na cidade de São Leopoldo/RS foi implementada desde a sua inauguração com dois pavimentos no volume curvo que marca a esquina, enquanto os modelos característicos do projeto padrão estudado dispõem apenas um.

Essa instituição começou a atuar em 1913 denominada como Colégio Elementar de São Leopoldo. O prédio teve o início da sua construção em 1944, e na sua inauguração, em 1946, contou com a presença de autoridades locais e regionais. Localizada em lote de esquina, a edificação de três pavimentos, conta com porão ventilado, uso de linhas geométricas, ausência de ornamentos, ritmo nas esquadrias, e organização de salas de aula entorno de um corredor central. Em 1966 a edificação foi reformada, e foi acrescentado um terceiro pavimento no volume curvo. Dessa maneira a escola configura o uso de uma nova arquitetura com um novo programa escolar, seguindo os preceitos apresentados nos edifícios escolares do estado de São Paulo (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2016).



Figura 40 - Escola Estadual de Ensino Fundamental Visconde de São Leopoldo, anterior a 1966, São Leopoldo /RS.

Fonte: Autor não identificado. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=445990&view=detalhes>. Acesso em: Janeiro, 2019.

A segunda instituição, Escola Vasconcelos Jardim (Figura 41), localizada em General Câmara/RS, conta com apenas um pavimento diferenciando-se das demais que possuem no mínimo dois pavimentos. Até o momento não foram encontradas informações a respeito do projetista responsável, construtor e ano de inauguração. Sabe-se que no ano de 2012 o prédio da escola encontrava-se abandonado, pois passou a atender em outra edificação.



Figura 41 - Vasconcelos Jardim, General Câmara/RS.

Fonte: Foto de Pedro Teixeira. Disponível em:

<http://eusabiaetusabias.blogspot.com/2012/12/general-camara.html>. Acesso em: Maio, 2018.

Relacionado ao Instituto I.E.E. Assis Brasil em Pelotas, apesar da escola ter sido classificada por alguns autores como pertencentes à classificação de 1000 alunos, a edificação não é fiel a essa categoria, pois o número de salas de aula condiz com 750 alunos. A figura 42, apresentada abaixo, conta em seu lado esquerdo, no sentido vertical, com uma fileira de salas de aula a mais quando comparada ao prédio existente.



Figura 42 - Tipo de Colégio para 1000 alunos, Instituto Estadual de Educação Assis Brasil. Pelotas/RS.

Fonte: SCHLEE, 2003, p. 139.

A partir dos projetos encontrados e apresentados nesse capítulo foi estabelecido um esquema temporal que demonstra a evolução dos projetos para instituições públicas escolares no estado do Rio Grande do Sul (Figura 43).

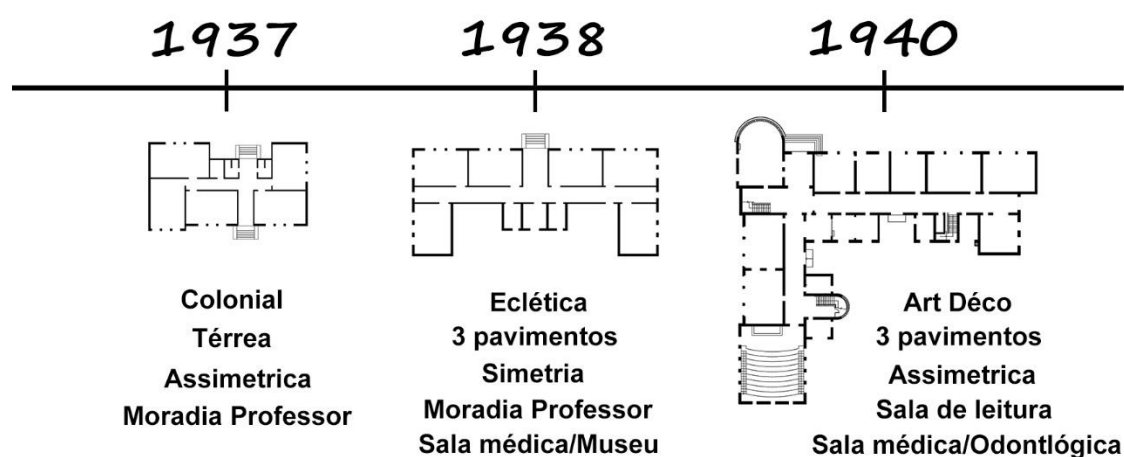


Figura 43 - Esquema temporal 1937-1940, Rio Grande do Sul.
Fonte: Montagem da autora, 2020.

O mapa abaixo, que mostra as escolas mencionadas na Tabela 1, sobrepostas ao território do Rio Grande do Sul demarcado por áreas de imigração (RÜCKERT, 2013) demonstra a quantidade significativa de instituições de ensino em cidades povoadas por alemães e italianos (Figura 44).

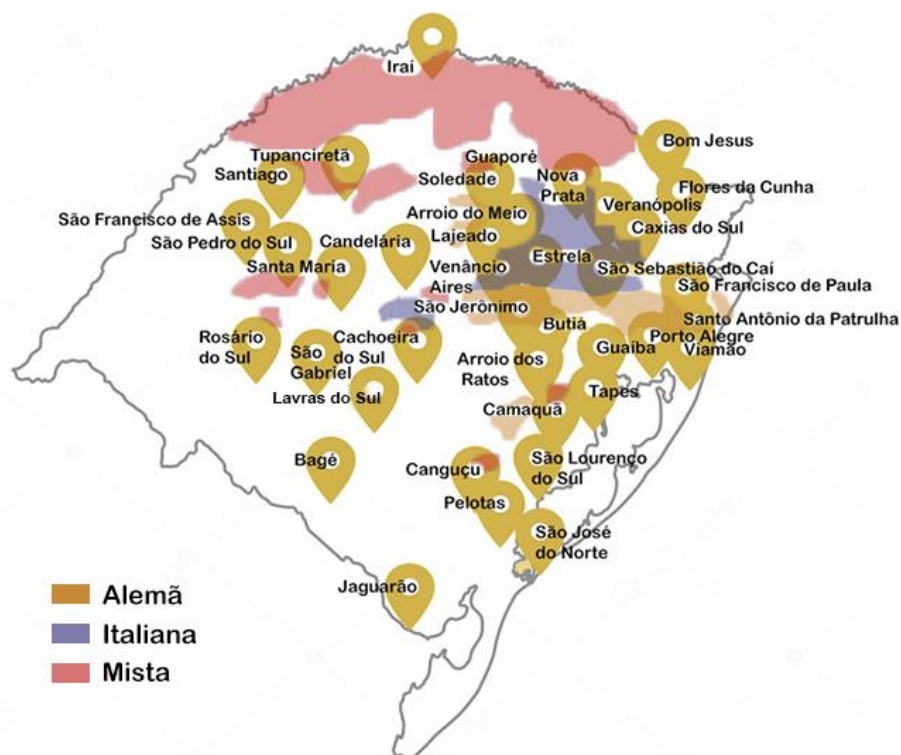


Figura 44 - Mapa do Rio Grande do Sul com localização das escolas padrão.
Fonte: Montagem da autora, 2020.

5. A escola padrão e a arquitetura *Art Déco*

5.1 Escolas da República Velha x Escolas do Estado Novo

O programa escolar antes de 1930, baseado em modelos franceses, foi idealizado com ambientes para salas de aula, algumas salas para uso administrativo e em alguns casos, moradia para professor. As Escolas Normais, pós-1930, por sua vez, possuíam um programa mais complexo com sala de leitura, anfiteatros e laboratórios.

Os projetos escolares da República Velha eram marcados pela separação em alas por sexo, rígida simetria, porões para adaptações ao terreno, escadarias para acesso ao prédio, ornamentação das fachadas, pátio localizado no eixo do prédio. A partir de 1894 começaram a surgir anexos localizados aos fundos ou nas laterais do terreno para ginásios e construções para sanitários desligadas do edifício (CORRÊA; MELLO; NEVES, 1991; KOWALTOWSKI, 2013).

O Grupo Escolar Modelo da Luz (Figura 45), localizado em São Paulo, foi construído em 1897 com três pavimentos, 12 salas de aula retangulares, janelas amplas voltadas para duas fachadas, porão, arquitetura imponente e eclética, exemplificando as características citadas acima (KOWALTOWSKI, 2013).

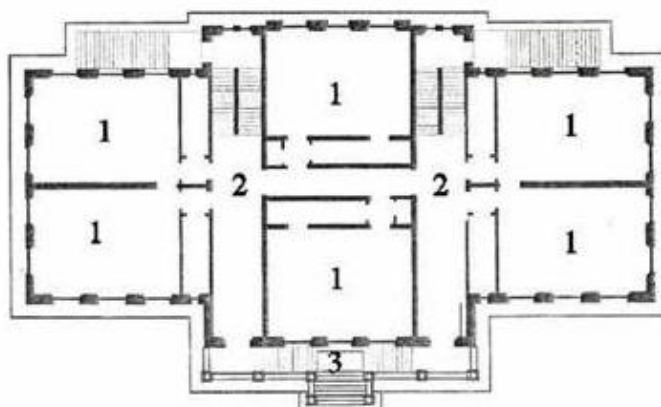


Figura 45 - Planta baixa pavimento térreo da Escola Modelo da Luz (1897), São Paulo.
Fonte: Autor não identificado. Disponível em: <https://germinai.wordpress.com/textos-classicos-sobre-educacao/linha-historica-da-arquitetura-escolar-do-brasil/>. Acesso em: Fevereiro, 2019.

A partir de 1930, com o surgimento do movimento Escola Nova, o programa escolar foi ampliado, surgem novas necessidades e a composição perde a rigidez e passa a apresentar uma planta com forma mais “orgânica”. Os

ambientes começam a ser especificados em projeto e dependendo do uso ganham destaque pela forma e diferenciação de volumes e alturas. Começam a ser valorizados quesitos higienistas e, dessa maneira, a circulação por corredores compridos é determinada por salas de aula que ocupam apenas um dos seus lados (unilateral) configurando plantas em forma de L, E ou Z aproveitando melhor o terreno.

As escolas dessa época contam com salas de aula, auditório, sala de leitura, laboratórios, consultório médico e dentário, ginásio com vestiários, divisão entre os espaços administrativos, refeitório e banheiros. As plantas são assimétricas, as fachadas possuem ritmo com padrão linear através da repetição das esquadrias, e características *Art Déco*, as quais inserem o vocabulário moderno e representam o progresso das cidades. A estrutura das edificações é mista em concreto armado e alvenaria.

O prédio para o colégio Gomes Cardim (Figura 46), localizado em São Paulo, projetado por José Maria da Silva Neves é um exemplo da aplicação dos novos conceitos pedagógicos e da transformação no programa e na arquitetura das instituições escolares. A planta em L, conta com salas de aula unilaterais, o volume circular marca o acesso principal e no segundo pavimento abriga a sala de leitura, o ginásio e um galpão aos fundos do terreno configuram o pátio fechado (OLIVEIRA, 2007).

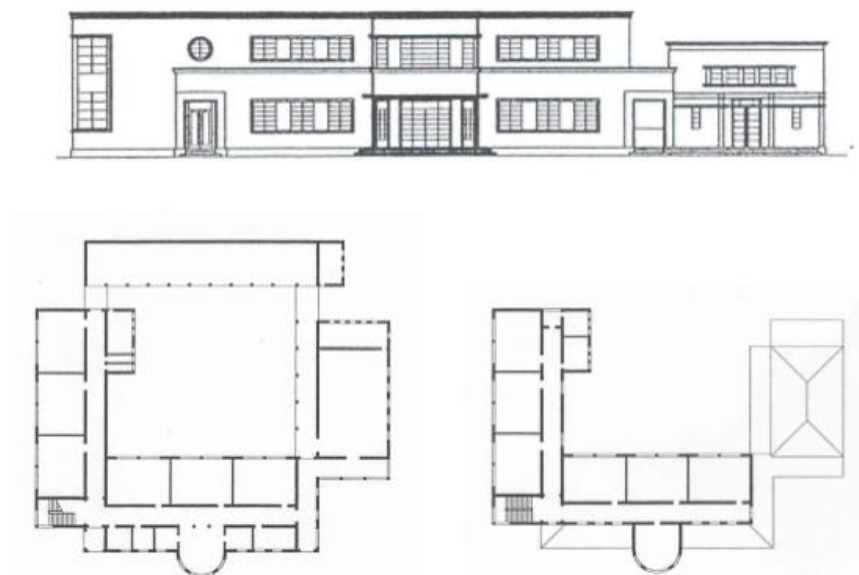


Figura 46 - Fachada principal e plantas do 1º e 2º pavimento da Escola Gomes Cardim (1937), SP.

Fonte: OLIVEIRA, 2007. Acesso em: Abril, 2018.

Pode-se perceber que o Grupo Escolar possui seu acesso principal marcado, com destaque monumental, é elevado do solo, tem simetria e ornamentação. Já a escola dos anos de 1930, tem demarcada a sala de leitura, é pouco elevada do solo, possui uma implantação que se adequa mais do terreno, apresenta diferenciação volumétrica e conta com pouca ornamentação.

5.2 Classificação das escolas do Estado Novo no Rio Grande do Sul

A partir da bibliografia e dos projetos encontrados na SOP esclareceu-se que as escolas com projetos padrão, localizadas no Rio Grande do Sul, foram idealizadas com variações de acordo com o número de alunos, atendendo o mínimo de 200 e o máximo de 750 alunos por edificação. Dessa maneira, foi fundamental a classificação dos prédios através da quantidade de estudantes para que foram dimensionados.

A identificação das edificações foi realizada após coleta de informações, com auxílio das ferramentas: pesquisa *online* de imagens antigas e imagens atuais; Google *Street View*; Google *Maps*; plantas coletadas na SOP; desenho de poligonais no programa AutoCAD; tabela no programa Excel, para posteriormente serem feitas comparações entre os dados recolhidos das 39 escolas.

Tomando como base as plantas encontradas na SOP e as diretrizes paulistas para a mesma época (OLIVEIRA, 2007), foi considerado que cada sala de aula atendia a 50 alunos, e em alguns casos uma das salas seria utilizada para trabalhos manuais. Foram identificados cinco grupos com variações de 200, 250, 350, 500 e 750 alunos, sendo escolhido de cada conjunto um prédio para ser analisado.¹

A partir dos dados de quantidades de salas de aulas e salas de uso específico foi montada a Tabela 2, que apresenta a divisão dos grupos classificados pelos números de alunos, assim como a escola representante do grupo que teve uma análise mais aprofundada. Não encontram-se nessa Tabela

¹ Segundo Oliveira (2007) o código de Obras de 1929 da cidade de São Paulo estabelecia que a dimensão ocupada por cada aluno em uma sala de aula poderia variar entre 1,35 m², em classes isoladas, a 1,00 m², em classes duplas.

seis edificações apresentadas na Tabela 1, pois não foi possível classificá-las em um dos grupos pela falta de informações.

Tabela 2: Classificação de escolas por número de alunos.

Grupo	Nº de escolas	Nº de Alunos	Salas de aula		Salas de uso específico		Escola representante do grupo	Cidade
			Fachada 1	Fachada 2	Fachada 1	Fachada 2		
1	9	200	4	0	0	0	Escola E. E. F. Marques de Souza	São José do Norte
2	2	250	3	2	1	0	Escola E. E. Cruzeiro do Sul	São Lourenço do Sul
3	13	350	3	4	1	0	Inst. E. E. Gomes Jardim	Guaíba
4	6	500	5	5	1	1	Escola Joaquim Caetano	Jaguarão
5	3	750	10	5	2	1	Inst. E. E. Assis Brasil	Pelotas

Fonte: Esquema da autora, 2019.

No processo de classificação observou-se que 18 prédios haviam passado por ampliações, descaracterizando sua forma inicial e dificultando a catalogação. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Felipe dos Santos em Veranópolis (Figura 47) é um dos casos. O volume marcado em azul, na fachada principal, aponta a nova construção e evidencia o problema causado por intervenções que, neste exemplo, a nosso entender, ocorreram de maneira equivocada.



Figura 47 - Escola Felipe dos Santos, 1976, Veranópolis/RS.

Fonte: Foto de Elígio Parisi, editada pela autora.

Disponível em: <http://anamarlazzarotto.blogspot.com/2013/04/retomando-uma-historia.html>.

Acesso em: Janeiro, 2019.

5.3 Projeto padrão

5.3.1 Contextualização das cinco escolas

5.3.1.1 Grupo 1 - 200 alunos - E.E.F. Marques de Souza, São José do Norte

A escola Marques de Souza (Figura 48) encontra-se no centro de São José do Norte/RS, entre as ruas Marechal Floriano e Almirante Tamandaré. A obra iniciou em 2 de agosto de 1939 e foi finalizada em 14 de outubro de 1940 sob coordenação do construtor Julio Besozzi. Em sua inauguração estavam presentes o Secretário de Educação J.P. Coelho de Souza, o Secretário de Obras Públicas Antônio Meireles Leite, o prefeito da cidade e representantes da imprensa.



Figura 48 - Escola Marques de Souza.

Fonte: Acervo da autora (2019).

A escola fica a aproximadamente três quadras do desembarque da balsa de acesso à cidade, da igreja e da praça principal, estando inserida na área demarcada pelo IPHAE (inscrição nº 138), como centro turístico em 2014. O entorno da escola é caracterizado pela predominância de propriedades de uso misto, com um e dois pavimentos. As ruas são amplas, revestidas com pedras de granito paralelepípedo, e a Rua Marechal Floriano conta com canteiro central arborizado (Figura 49).

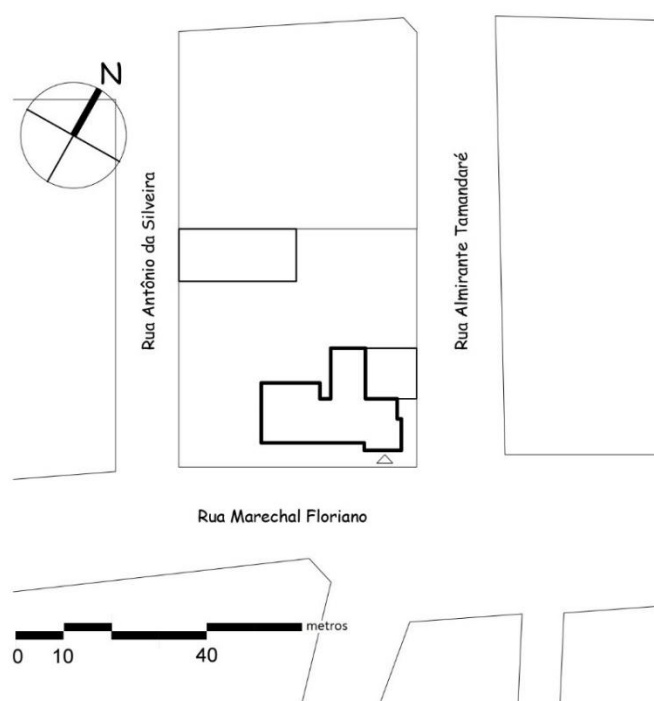


Figura 49 - Implantação da escola Marques de Souza.
Fonte: Esquema da autora (2019).

O programa, idealizado em dois pavimentos, comporta quatro salas de aula, com área de 56 m² cada e voltadas em maioria para posição solar Sudeste, banheiros, sala de leitura, gabinete médico e dentário, salas administrativas e acredita-se que uma sala atendia como museu didático.

O aumento na demanda de alunos, recorrente com o passar dos anos, provocou a necessidade de obras de reforma e ampliação do prédio. No ano de 1977 foi construído ao fundo do terreno um espaço com duas salas de aula, oficina e sala de leitura para atender à demanda. Em 1993 a instituição passou por mais manutenções e ampliações, e durante um desses reparos foi construído

um volume anexo à construção original para uso de auditório, em alvenaria, com telhado aparente de fibrocimento e esquadrias de alumínio.

Apesar das intervenções, atualmente, a escola ainda preserva características originais como janelas e portas de madeira pintadas, cobertura original com telhado de cerâmica semiencoberta por platibanda, estandartes, terraço, piso de madeira nas salas de aula, piso de ladrilho hidráulico no *hall* e circulações (Figura 50). No ano de 2017, a escola funcionava em três turnos atendendo educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos, contava com uma equipe de 47 professores, 10 funcionários e 600 alunos matriculados.



Figura 50 - Imagens internas da escola Marques de Souza, circulação, entrepiso e sala de aula. Fonte: Acervo da autora (2019).

5.3.1.2 Grupo 2 - 250 alunos - E.E. Cruzeiro do Sul, São Lourenço do Sul

O Grupo Escolar São Lourenço do Sul foi fundado em 1926, passou por três diferentes prédios, e instalou-se na atual edificação em maio de 1948. Hoje denominada como Escola Estadual Cruzeiro do Sul, situa-se no centro da cidade de São Lourenço do Sul/RS, na esquina entre a Rua XV de Novembro e a Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 398 (Figura 51). A execução da obra ficou a cargo do construtor Julio Besozzi e em sua apresentação contou com a presença de autoridades locais.



Figura 51 - Escola Cruzeiro do Sul.
Fonte: Acervo da autora (2019).

A escola encontra-se em uma região privilegiada, no centro da cidade em frente à praça principal, seu entorno é marcado por propriedades de uso misto, com predominância do residencial, de edificações com um e dois pavimentos. A Avenida Marechal Floriano Peixoto possui ampla faixa trafegável com leito asfaltado, enquanto a Rua XV de Novembro é revestida com pedras de granito na forma de paralelepípedo (Figura 52).



Figura 52 - Implantação escola Cruzeiro do Sul.
Fonte: Esquema da autora (2019).

O programa do educandário, dividido em dois pavimentos, foi previsto com cinco salas de aula com 53 m² cada, voltadas em predominância para posição solar Leste, uma sala para trabalhos manuais, banheiros, sala de leitura, gabinete médico e dentário, museu didático e duas salas administrativas. Edificada com estrutura de concreto armado possui amplos vãos, janela vertical na escadaria e terraço. As salas de aula contam com janelas do tipo guilhotina, portas com bandeira e piso em madeira. Alguns ambientes possuem esquadrias em ferro e piso de ladrilho hidráulico (Figura 53).

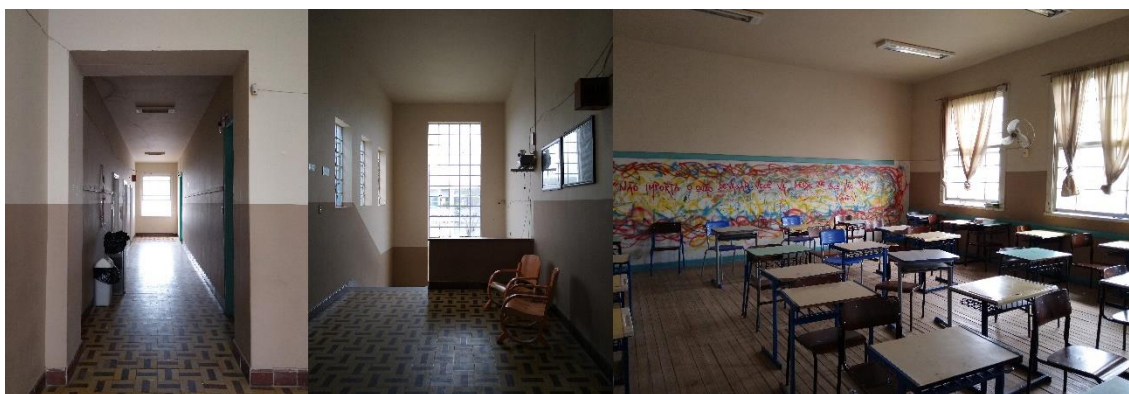


Figura 53 - Imagens internas da escola Cruzeiro do Sul, circulação, entrepiso e sala de aula.
Fonte: Acervo da autora (2019).

A cobertura com telhado cerâmico aparente, o maior espaçamento entre as janelas da sala de leitura, as janelas em grupos de três com mesma medida, e o estandarte em solo, se diferenciam se comparadas às demais escolas objetos dessa análise.

Foram construídos novos espaços ao fundo do terreno, distantes da construção original, para atenderem como salas de aula, refeitório e laboratórios. No ano de 2016 a escola contava com aproximadamente 1000 alunos, e apoio de 11 funcionários e 45 professores. Para a comemoração de seu aniversário, nesse mesmo ano, houve o lançamento do livro **Escola cruzeiro do Sul: 90 anos de história** o qual apresenta as memórias dos alunos e ex-alunos em forma de poesias. São relatados fatos que marcaram a instituição, entre eles o prédio escolar “[...] Tua história se retrata em tua bruta estrutura, paredes, muros que com certeza escondem muita cultura [...]” (Drose, 2016, p. 40).

5.3.1.3 Grupo 3 - 350 alunos - I.E.E. Gomes Jardim, Guaíba

O Grupo Escolar Pedras Brancas iniciou suas atividades no ano de 1926, e a partir de 1939 passou a denominar-se Grupo Escolar Gomes Jardim. A obra da edificação realizada pela empresa Haessler & Woebcke foi entregue em setembro de 1941 (Figura 54). Localiza-se na esquina das Ruas Dr. Montauri com Cônego Estanislau Scherer, nº 289, no centro da cidade de Guaíba/RS.



Figura 54 - Escola Gomes Jardim.
Fonte: Acervo da autora (2019).

O terreno em que se encontra a instituição possui bastante vegetação, de grande a pequeno porte. No entorno predominam construções com um ou dois pavimentos com maioria de uso comercial. A Rua Dr. Montauri é asfaltada e ampla, apresentado forte fluxo de veículos (Figura 55). Fica aproximadamente a três quadras do rio Guaíba e a três quadras da igreja Nossa Senhora do Livramento e da Casa de Gomes Jardim.

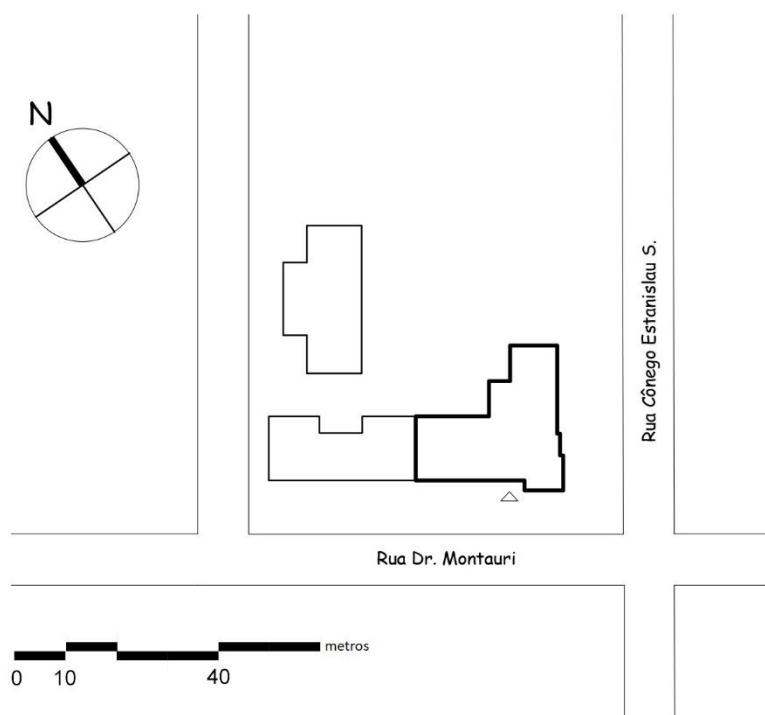


Figura 55 - Implantação escola Gomes Jardim.
Fonte: Esquema da autora (2019).

O projeto, com dois pavimentos, conta com salas de aula voltadas para posição solar Sudeste e Sudoeste, sala de leitura, sala médica, banheiros, sala para direção, secretaria e merenda. A escola já passou por intervenções e atualmente possui diversas descaracterizações. As circulações contam com piso de ladrilho hidráulico, as salas de aula possuem piso com tábuas de madeira e forro de PVC (Figura 56).



Figura 56 - Imagens internas da escola Gomes Jardim, circulação, entropiso e sala de aula.
Fonte: Acervo da autora (2019).

Para atender à demanda de alunos, foi construído um volume anexo ao prédio original, com oito salas de aula. O terraço foi fechado com paredes de

alvenaria para tornar-se uma sala de aula e no ano de 2017 voltou ao seu uso original. Um dos acessos ao pátio foi fechado para abrigar a sala da diretoria. As quatro salas de aula do primeiro pavimento foram integradas e formaram um ambiente para sala de leitura e outro para administração.

Após observação de fotografia antiga pode-se concluir que apesar de atualmente a escola contar com telhado cerâmico aparente acredita-se que ele foi alterado durante uma reforma e era parcialmente encoberto por platibanda. No final do ano de 2019 a edificação apresentava problemas de infiltração e estava sendo discutida a possibilidade de também colocarem telhado cerâmico no volume da escada.

5.3.1.4 Grupo 4 - 500 alunos - E. Joaquim Caetano, Jaguarão

A instituição passou a atender a comunidade no ano de 1913. Em março de 1941 teve as obras de seu atual prédio concluídas (Figura 57), com auxílio do construtor Gaspar Scangarelli, efetivando seu funcionamento a partir de 1942. A edificação encontra-se na esquina entre a Rua Vinte e Quatro de Maio e a Av. Vinte e Sete de Janeiro, no bairro centro da cidade de Jaguarão, em frente à praça Comendador Azevedo.



Figura 57 - Escola Joaquim Caetano.
Fonte: Acervo da autora (2019).

A escola tem seu acesso principal voltado a uma edificação de três pavimentos que abrigava anteriormente o antigo Cine Regente (1958). A fachada lateral encontra-se em frente à praça Comendador Azevedo, seu entorno é caracterizado por edificações com um e dois pavimentos, de uso misto. As ruas são revestidas com paralelepípedo, contando a Rua Vinte e Quatro de Maio com canteiro central arborizado (Figura 58).

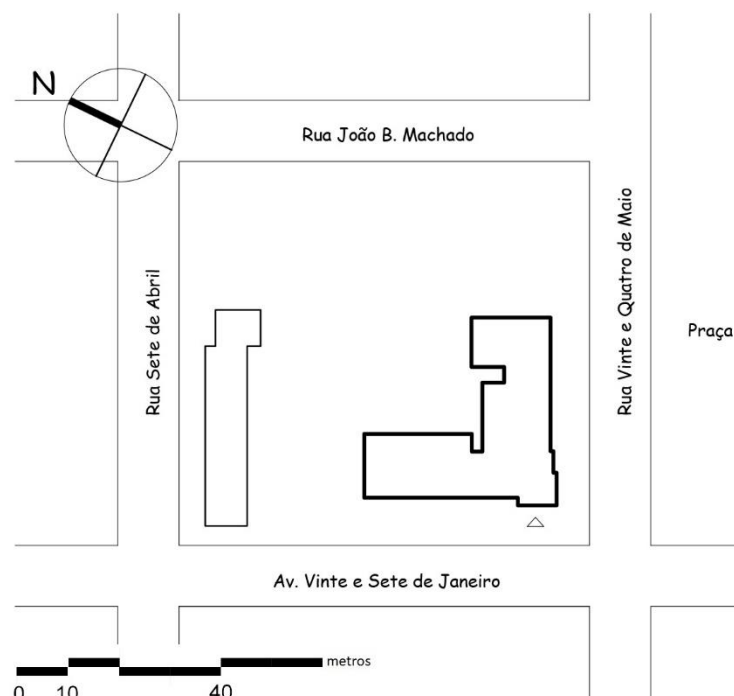


Figura 58 - Implantação da escola Joaquim Caetano.
Fonte: Esquema da autora (2019).

O prédio possui esquadrias de madeira pintadas, telhado cerâmico semicoberto por platibanda, espaço para hastear bandeira no ponto mais alto da edificação, salas de aula, medindo 51 m² cada e voltadas para posição solar Sudeste e Sudoeste, com piso em madeira e demais ambientes com revestimento de ladrilho hidráulico. Como destaque, diferenciando-se das demais escolas, existem floreiras no volume que marca a esquina e há ainda a presença de dois terraços, um voltado para o pátio interno e o outro voltado para a rua.

A edificação passou por reformas no ano de 2000, em que foi construído um bloco independente da construção original para abrigar três salas de aula,

refeitório e cozinha, e internamente adaptou-se o ambiente do auditório, o qual teve suas escadas demolidas junto com o palco em madeira, para atender como sala de aula. Em 2018 a instituição possuía 366 alunos matriculados, oito funcionários e 30 professores.

5.3.1.5 Grupo 5 - 750 alunos – I.E.E. Assis Brasil, Pelotas

Em 1929 foi fundada a Escola Complementar de Pelotas, e a partir de março de 1942 instalou-se no novo prédio, passando a denominar-se Instituto Estadual de Educação Assis Brasil (Figura 59), executado pela construtora Haessler & Woebcke. A instituição localiza-se em um terreno de esquina entre as Ruas Gonçalves Chaves e Antônio dos Anjos no centro da cidade de Pelotas. Para sua implementação contou com o apoio do Intendente Municipal Dr. João Py Crespo, do Secretário do Interior Dr. Osvaldo Aranha e do Presidente do Governo Estadual Getúlio Dorneles Vargas.



Figura 59 - Escola Assis Brasil.
Fonte: Acervo da autora (2020).

Inserida em uma região valorizada da cidade conta com entorno caracterizado em sua maioria por moradias de um a dois pavimentos, com alguns edifícios residenciais de maior altura, atendendo algumas dessas edificações ao uso comercial. O passeio público é amplo, com vegetações constantes pela Rua Gonçalves Chaves, e ambas as ruas possuem seus leitos asfaltados. Próximo ao terreno da escola encontra-se a antiga fábrica F. C. Lang & Cia (1864) e conforme o III Plano Diretor da cidade de Pelotas a escola está dentro de uma área de Focos Especiais de Interesse Cultural (FEICs) (Figura 60).



Figura 60 - Implantação da escola Assis Brasil.
Fonte: Esquema da autora (2019).

O programa para 750 alunos foi disposto em três pavimentos, com estrutura de vigas e lajes em concreto armado, possui características como esquadrias em madeira pintadas, janelas em grupos de três, terraço, estandarte, telhado cerâmico semicoberto por platibanda, salas de aula com 53 m² cada sendo maioria voltadas para posição solar Sudoeste (Figura 61). Diferenciando-se das demais escolas o volume da sala de leitura possui forma circular com

floreira abaixo das esquadrias e o auditório, avança o alinhamento da edificação e possui janelas escalonadas.



Figura 61 - Imagens internas da escola Assis Brasil, circulação, entrepiso e sala de aula.
Fonte: Acervo da autora (2020).

O projeto original previa que o primeiro pavimento atendesse jardim de infância, vestiários, banheiros, secretaria, direção, portaria, auditório, sala de leitura, e algumas salas do ensino primário. O segundo pavimento contasse com salas para o ensino primário, sala de ciências, vestiários, banheiros e terraços, que posteriormente foram fechados para servirem como salas de aula. O terceiro pavimento com salas de aula em forma de anfiteatro, espaço destinado à formação de professores, museu, vestiários, banheiros e terraço onde era hasteada a bandeira Nacional.

Em 1942 o instituto iniciou suas atividades com 90 alunos matriculados, em 1954 esse número passou a 1.523 alunos com 105 professores e foram construídas uma quadra de tênis, um pavilhão de educação física e um espaço em madeira que comportava entre uma e duas salas de aula. A crescente demanda de alunos fez com que no ano de 1975 ocorressem restaurações e ampliações, sendo edificadas oito salas de aula, remodelação do auditório, e alteração do acesso principal para a Rua Antônio dos Anjos.

Destacando-se pela quantidade de alunos matriculados e grande área construída, a escola em 1979 completou seu cinquentenário com comemorações através de passeatas e desfiles com carros alegóricos. No ano de 1980 foi anexado ao prédio original um bloco de dois pavimentos com 14 salas de aula, lanchonete, saguões e espaços para recreação. No ano de 2016 a instituição atendia em três turnos 2.166 estudantes e contava com o auxílio de 173 professores e 34 funcionários.

5.4 Análise do projeto padrão

Os aspectos subjetivos de ordem social, psicológica, física e da paisagem cultural, influenciam no programa, na escolha da técnica construtiva, na economia, nos princípios e metodologia de projeto, sendo então estes representados por meio da forma, função, escala e linguagem. Tendo como suposição que essas categorias foram utilizadas e impressas nas edificações escolares estudadas neste trabalho, optou-se em abordar de maneira enfática os símbolos materializados a partir das questões ideológicas oficiais.

Um projeto arquitetônico é idealizado através de um conjunto de circunstâncias, algumas relacionadas a questões objetivas como função ao qual irá atender um programa de necessidades específico, e outras a aspectos subjetivos de cunho psicológico e social. Segundo Waisman (1985) para uma análise criteriosa que atenda a resultados reais deve-se levar em consideração a relação entre os diferentes objetos - conceitos, elementos físicos, atividades, entre outros - para assim alcançar as conexões e significados das partes na formação do todo.

Conforme as ideias de Tedeschi (1978), na análise de uma obra arquitetônica devem ser consideradas as questões referentes ao espaço físico - terreno, entorno e clima; programa de necessidades e, conseqüentemente, a determinação de suas dimensões e formas; aspectos ativos de circulações e interações locais -, como também, as relações psicológicas entre o espaço e o homem, traduzindo-se na aplicação das cores, layout de objetos e interferências causadas por ruídos. A cultura social é reproduzida na arquitetura de maneira simbólica através das formas e das tipologias.

Panofsky (1979) coloca que os significados podem ser separados em três grupos. Os dois primeiros abarcam questões fenomenológicas e são divididos em primário - significados factuais (formas visíveis) e expressionais (aspectos sensíveis), e secundário - determinados por ações práticas inteligíveis. O terceiro tema abrange os signos intrínsecos, os quais estão relacionados à personalidade, a questões sociais e culturais. Quando essas representações são observadas, descobertas e interpretadas, por meio de métodos históricos, psicológicos ou críticos, é denominada como interpretação iconológica.

São as combinações de fatores técnicos, construtivos, de uso e sociais, que quando representadas no objeto edificado determinam seus diferentes significados. Dessa maneira “Não se pode estabelecer de maneira fixa e normativa quais são os fatores que possuem maior importância no projeto” (TEDESCHI, 1978, pg. 19). Devendo-se adotar um exame crítico, distinto para cada caso, atentando para as diferentes circunstâncias que influenciaram o projetista e sua obra.

A partir da leitura dos autores Ching (2013), Clark e Pause (1987), Martínez (2000), Waisman (1985) e Tedeschi (1978), percebeu-se que muitas categorias de análise que esses autores utilizam interligam-se, são dependentes e fundamentais na constituição espacial final do projeto. Compreendendo que Waisman (1985) e Tedeschi (1978) abordam a intenção do ato de projetar e a influência mútua entre comunidade, ambiente e arquiteto, enquanto Ching (2013), Clark e Pause (1987) e Martínez (2000), tratam do elemento final já constituído, criou-se uma metodologia própria dividida em dois principais tópicos: 1) Intenções (análise do subjetivo), e 2) Materialização (transição do subjetivo ao objetivo).

Assim, pretende-se aclarar a atuação de particularidades sociais, culturais e políticas na formação e percepção do arquiteto, sendo esses fatores determinantes na configuração do projeto arquitetônico, podendo dessa forma elucidar a conformação das escolas padrão como ferramentas de controle e nacionalização durante o governo de Vargas.

5.4.1 Intenções – Aspectos subjetivos

5.4.1.1 Uso social, psicológico e físico

O momento político, histórico e social influencia diretamente na concepção de um projeto arquitetônico, que sofre variações de acordo com as características culturais e econômicas tanto de seu projetista quanto da comunidade local em que está sendo inserido. O arquiteto tem o poder de induzir o comportamento através de uma edificação, manifestando o sentido de controle, podendo ocasionar a perda de autonomia da população e da arte (TEDESCHI, 1978). Dessa maneira, fica a cargo do arquiteto fazer a melhor aplicação de elementos disponíveis, deixando claro, que essa decisão

influenciará nas atitudes sociais. Portanto, existe interferência, de forma direta ou indireta, da sociedade no arquiteto, como também a relação inversa do arquiteto na sociedade.

O indivíduo exerce influência em um ambiente através de seus atos, os quais variam de acordo com sua atividade profissional, o meio em que se encontra inserido e seus valores éticos e morais. O saber técnico, relacionado à profissão arquiteto, pode converter as necessidades abstratas da sociedade em elementos sólidos, que considerando as situações históricas, nem sempre abrangem todos os grupos e valores sociais de forma adequada (WAISMAN, 1985). O arquiteto busca exprimir sentidos e significados através das formas adotadas em um projeto, dedicando-se em reunir nessa composição valores de caráter estético (TEDESCHI, 1978).

Um prédio sempre é idealizado por alguém, seja uma única pessoa ou uma instituição, que possui suas próprias intenções diversas. A tipologia dessa construção é resultado dessas intenções e também irá variar de acordo com o uso e o público. As edificações são marcadas por simbologias e, quando ocorrem durante um Estado totalitário tornam-se exemplares ideológicos (WAISMAN, 1985). Identifica-se, em um Estado totalitário, que a vontade do Estado se torna mais relevante do que os valores humanos. Percebe-se que apesar da intenção do indivíduo, principalmente as intenções de um arquiteto, o meio pode restringir suas ações, provocando uma “arquitetura comprometida”.²

Sabe-se, pela análise histórica, que as escolas padrão foram idealizadas e edificadas durante um governo autoritário que tinha como intuito nacionalizar os imigrantes através da educação. Acredita-se que as edificações foram projetadas com referências simbólicas a esses acontecimentos, com intenção de controlar e organizar a população.

A relação entre arquitetura e ideologia não é frequentemente discutida. Ideologia pode ser entendida como a orientação e convicção política, ou ainda como parâmetros para organização social. A comunicação entre esses dois

² Waisman (1985, pg. 19) acredita que projetistas sofrem influências morais e políticas, fazendo com que as obras referenciadas nesses ideais se tornem representantes de uma “arquitetura comprometida”.

fatores é estabelecida na forma de uma representação, de uma marca (WAISMAN, 1985). Dessa maneira, uma construção idealizada dentro desse conceito irá influenciar de forma real e concreta nas atitudes humanas.

Através de símbolos ideológicos, disseminados pelas construções, identifica-se as relações das atividades e os seus resultados como meios de “comunicação” (WAISMAN, 1985). O arquiteto transforma um ideal em algo palpável, mas suas intenções só se revelam quando analisadas de maneira crítica e criteriosa.

A partir da ideia de Foucault (2018, pg. 137) que “a disciplina é uma anatomia política do detalhe”, percebe-se nas escolas padrão que alguns sinais foram inseridos de maneira sintética na vida do homem para atuar em seu inconsciente registrando comportamentos e reações de ordem e padronização. São dessas particularidades, encontradas nos detalhes, que a pedagogia e a educação se apropriaram com intenção de adestrar o comportamento.

É importante observar que o símbolo só terá o significado intencional do autor para quem vive aquele cotidiano, tendo significados distintos para observadores diferentes. A importância do símbolo é potencializada pelo local em que é impresso. Nas escolas observa-se, por exemplo, a presença de um espaço voltado ao culto do patriotismo, com a bandeira nacional, o terraço utilizado em momentos cívicos e a valorização no posicionamento da sala de leitura.

Uma forma - ou um espaço - torna-se representante de um período histórico e cultural e é criada através da relação entre a sociedade e o artista, gerando um produto que irá caracterizar, configurar e inclusive condicionar o comportamento de um grupo de pessoas podendo se tornar, inclusive, um marco representativo (TEDESCHI, 1978). “ É a forma arquitetônica que expressa o seu conteúdo, o seu significado” (STROETER, 1986, pg. 46).

As relações sociais geram necessidades que devem ser atendidas no programa arquitetônico. No caso das escolas padrão a inserção de salas médicas e de leitura foram adotadas respondendo ao conceito higienista e à valorização da educação. Uma tipologia arquitetônica será determinada pelas necessidades de uma sociedade, sofrendo variações com o passar dos anos

para adaptar-se às mudanças coletivas. A tipologia atende a essas questões, reforçando as características-mensagens e imprimindo na sociedade novos costumes.

Essas solicitações funcionais podem ser manifestadas na arquitetura. A sociedade adota um novo comportamento que será decodificado, através de meios técnicos e intelectuais, e atendido por uma nova tipologia funcional. Essa nova tipologia representa, dessa maneira, uma nova linguagem funcional e formal, a qual será decodificada pela sociedade e poderá ser aceita, adaptada ou rejeitada. Caso seja aprovada, essa mensagem servirá como base para as futuras formulações.

Podemos observar nas escolas padrão que, ao serem entendidas como um símbolo de progresso para a época, apresentavam uma boa qualidade nas construções, espaços amplos, setorização de ambientes em diferentes zonas funcionais e sobreposição de pavimentos, fornecendo uma boa estrutura espacial para os alunos. Se compararmos às edificações escolares daquela fase com suas ampliações contemporâneas perceberemos um expressivo antagonismo, pois se nota a falta de planejamento e qualidade de projeto. Como exemplo podemos citar as péssimas condições do espaço para novas salas de aula realizado em umas das ampliações da escola Marques de Souza, em São José do Norte (Figura 62).



Figura 62 - Ampliações do colégio Marques de Souza.
Fonte: Acervo da autora (2019).

Conforme Fourquet e Murard (1978), os equipamentos coletivos são idealizados com intenção de permitir o acesso da população à infraestrutura sanitária, transportes, educação, hospitais, cultura, lazer, atividades físicas e espaços verdes, atuando na uniformização e ordenação. Esses aparelhos públicos possuem simbologias incorporadas que representam e configuram os

ideais do governo e da cidade, sendo essas instituições - entre elas as de ensino - utilizadas como ferramentas de controle e poder.

As escolas, inicialmente estruturadas por igrejas católicas, a partir do século XII, admitem interferências do Estado, sendo o ensino padronizado, e posteriormente tornando-se ferramenta do Estado. A educação deve normalizar, uniformizar, instaurar o amor à pátria e a um ofício, atuando de maneira ideológica. Os professores devem monitorar as crianças para seguirem os horários, os conteúdos e a uma organização. Essas construções estão ligadas historicamente à organização e controle social, criando-se assim, meios que atuam com códigos, restrições e exclusões na configuração da ordem social (FOURQUET; MURARD, 1978).

Os edifícios, além de atenderem às necessidades de seus usuários através de espaços físicos, podem transmitir sensações de proteção, aconchego, podendo ser associadas, da mesma forma, a questões sociais e psicológicas. Além das diretrizes físicas determinadas pelo uso, as dimensões adotadas em projeto também consideram questões sociais e econômicas, particularidades culturais e psicológicas (TEDESCHI, 1978; STROETER, 1986).

A organização dos ambientes das escolas são referências à ordem. A união de dois eixos, que configuram uma planta em L, facilita a vigilância dos estudantes. A imponência e a robustez dos prédios exibem o poder e progresso do Estado, remetendo ao comportamento de respeito à hierarquia. Tedeschi (1978), aponta que através de um aspecto físico há uma abordagem psicológica e emocional. Nas escolas estudadas, a robustez da edificação, acrescida da ideia de progresso, levam a um pensamento de proteção que intrinsecamente traz a noção de controle.

A partir da referência teórica de Foucault (2018) é possível perceber que a arquitetura dessas construções foi proposta para controlar, observar e interferir na percepção do ser humano. Dentro da ideia de domínio comportamental estão o controle da saúde, competência, qualificação, obediência, moralidade e política. Dessa maneira, o condicionamento disciplinar pode ser compreendido como um meio para se estabelecer autoridade e poder com intenção de moldar a sociedade.

5.4.1.2 Território

O entorno em que é inserido um projeto pode qualificar e configurar significados de forma direta no processo projetual. A partir do momento em que uma nova construção é inserida em um contexto passa a existir um diálogo singular entre eles, o qual poderá ser lido através de aspectos formais, funcionais, de escala e de implantação (WAISMAN, 1985). Esse novo território deve ser levado em consideração pelo projetista (TEDESCHI, 1978).

A paisagem cultural está relacionada ao período histórico, o qual é fator determinante de características culturais de uma sociedade. Com o passar dos anos ocorrem mudanças no diálogo entre edificação e entorno, as quais são transmitidas através de elementos físicos do ambiente construído e seus conceitos. A arquitetura se modifica de acordo com as necessidades socioculturais, contribuindo na alteração de um comportamento e na transição moral da sociedade e do ambiente (WAISMAN, 1985; STROETER, 1986).

A inserção de obras de arquitetura em uma paisagem com uma determinada configuração arquitetônica anterior, faz com que exista a contraposição entre o edifício e o seu entorno (TEDESCHI, 1978). A forma funciona como um meio de comunicação, parte do diálogo entre edifício e contexto, manipulando as ações sociais. As edificações incorporam símbolos, sustentados em representações históricas, com intenção de determinar comportamentos na sociedade (WAISMAN, 1985).

Pode-se observar essa contraposição entre os prédios das escolas estudadas e seu entorno, em que foi inserido o *Art Déco* como uma novidade linguística e construtiva, moderna e tecnológica, que possibilitou a conformação de um prédio imponente que representava poder e mudança, assim como também era fator de desenvolvimento e valorização para a região. O uso de uma nova arquitetura, com uma nova tipologia, é o resultado da busca de novos valores. A forma, entendida como um símbolo, representada pelo modelo-padrão adotado pelo Estado, transmite poder pela monumentalidade e qualidade das construções.

São os aspectos e diretrizes, de ordem funcional, técnica ou estética, que estabelecem e diferenciam uma construção comum de uma obra arquitetônica.

Dependendo da região em que é inserida, a edificação pontua diferentes características sociais e culturais, as quais normalmente são estabelecidas por instituições e sistemas (WAISMAN, 1985). O bairro e o entorno em que se encontra o lote é caracterizador social e estão relacionados a aspectos psicológicos de abrigo e serenidade (TEDESCHI, 1978).

Quando observada a planta de situação do instituto Assis Brasil, por exemplo, pode-se notar que o lote da escola é maior (Figura 63), quando comparado aos lotes vizinhos. A edificação se impõem, se confrontada com as construções do entorno (maioria residências de até dois pavimentos) (Figura 64, 65), percebendo-se uma relação de contraste, monumentalidade e hierarquia. A mesma circunstância pode ser percebida na escola Marques de Souza em São José do Norte, em que uma edificação foi inserida em um entorno com poucas construções.

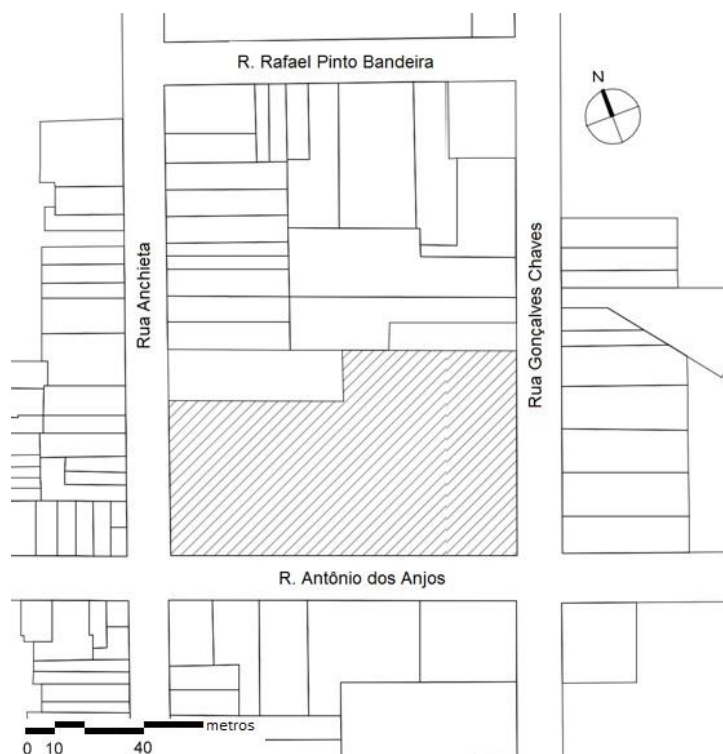


Figura 63 - Planta de situação Instituto Assis Brasil.

Fonte: Acervo da autora (2019).



Figura 64 - Entorno do Instituto Assis Brasil.
Fonte: Acervo da autora (2019).

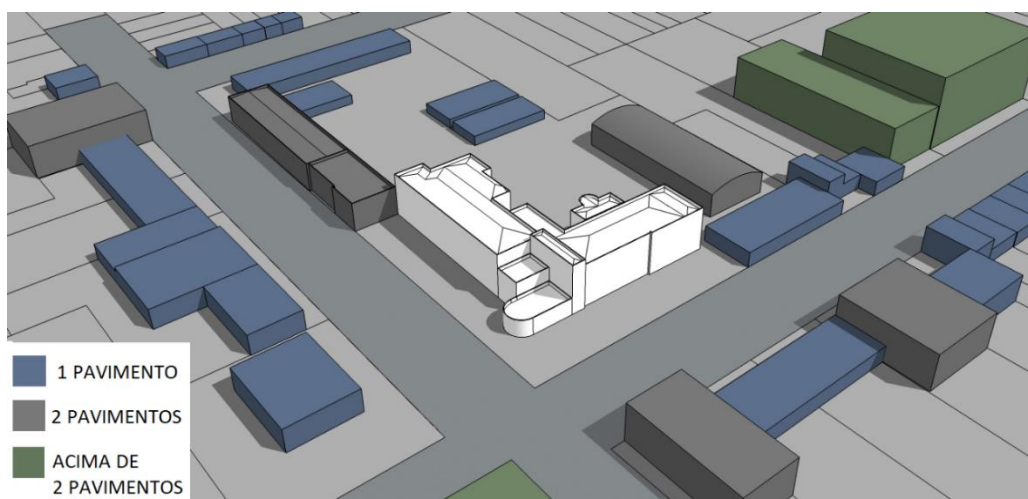


Figura 65 - Representação 3D do entorno do Instituto Assis Brasil.
Fonte: Acervo da autora (2019).

A região em que foram inseridos os prédios é parâmetro de valorização e importância, tanto relacionado à educação como ao poder do Estado. A maioria das escolas foi implantada em terrenos de esquina, posicionados em locais centrais e prestigiados nas cidades. Nos municípios de São Lourenço do Sul e Jaguarão, ficam em frente a praças, em Pelotas localiza-se em uma região central e nobre que na época encontrava-se em desenvolvimento.

Para compreender um objeto é necessário observar o seu entorno, o que permitirá entender as relações desse conjunto. Sabendo que os modos de pensar e agir de uma comunidade são estipulados através de seus valores, e que a união de um objeto e seu entorno é denominada como unidade cultural, percebemos que a mudança das características que formam essa unidade, quando apresenta mesclas entre diferentes unidades e reproduções de signos, pode expressar uma ideologia através da arquitetura e da inserção de novos valores (WAISMAN, 1985).

Podemos considerar que o espaço em que foi localizada a escola já possuía expressões identitárias, representando uma cultura local. No momento

em que há inserção da escola padrão, com características diferentes das edificações de seu entorno, acontece uma ruptura temporal, espacial, técnica, arquitetônica e tipológica, interferindo naquela cultura do lugar. Como apontado por Stroeter (1986), o entorno irá absorver as novas expressões formais, caracterizando a arquitetura como uma forma de linguagem.

O terreno pode estabelecer diretrizes para o projeto. Sua forma e posição determinam características funcionais e representativas. O relevo e a paisagem, por exemplo, podem ser motivos para a integração entre lote e construção definindo a forma. Porém, a compreensão racionalista entende que o terreno em si deve ser apenas um plano de apoio (TEDESCHI, 1978). As instituições analisadas adotaram lotes localizados em esquinas, independentemente do tipo de relevo, posição solar, entorno e existência de vegetação. Isso pode ser entendido como uma atitude racionalista coerente com a ideia de projeto padrão onde o enfoque está no edifício e não são desejadas interações com o terreno. O porão apresentado em algumas instituições pode ser percebido como uma adaptação aos desníveis do lote.

Percebe-se que, por pertencerem a um programa estadual de escolas padrão, os projetos analisados não foram idealizados de acordo com as condicionantes de um terreno pré-estabelecido, ocorrendo o oposto, em que o lote foi escolhido em conformidade com o projeto. A Figura 66 apresenta a implantação das escolas analisadas. As partes preenchidas em azul representam os prédios originais, e as demais partes indicam as construções anexas, que ocorreram posteriormente. Evidencia-se que as edificações, inclusive dentro do mesmo grupo de classificação, não apresentam a mesma orientação em relação a posição solar Norte.

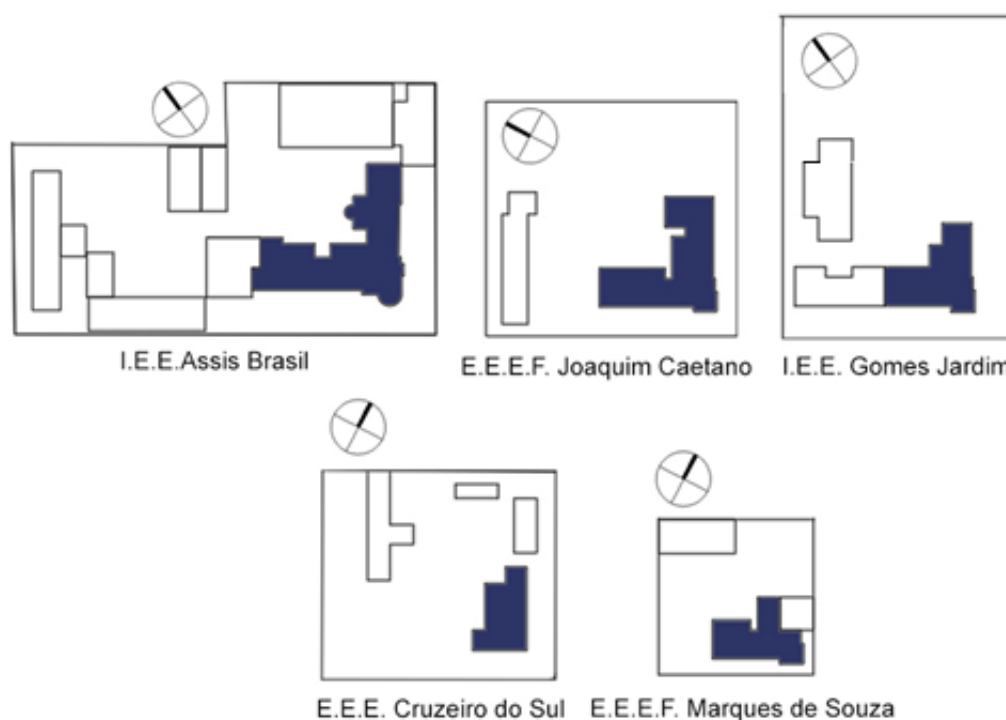


Figura 66 - Implantação das escolas.
Fonte: Esquema da autora (2019).

Como o programa buscava economia e agilidade das construções em vários municípios distantes entre si, há a possibilidade de que o arquiteto responsável pelos projetos não conhecesse pessoalmente o espaço em que seria construída a escola. Isso era possível devido à utilização de lotes planos e amplos, que não influenciavam diretamente na tipologia da edificação, exceto a determinação das esquinas.

Através de um padrão projetual as edificações escolares, principalmente nos casos apresentados neste trabalho, tornam-se marcos de fácil identificação, mostrando desta forma a eficiência do projeto padrão em tornar a arquitetura referência de identidade cultural para a sociedade. O que em determinado momento foi ruptura, passa, após um certo tempo, a se constituir como a nova identidade.

5.4.2 Materialização – Transição do subjetivo ao objetivo

Como o objetivo desse estudo é a identificação de símbolos e a abordagem da materialização de questões ideológicas nas escolas gaúchas do Estado Novo, se faz relevante a apresentação dos elementos de arquitetura

como linguagem, composição, eixos, volumetrias, entre outros, para embasar os argumentos apresentados.

5.4.2.1 Programa - construção e organização

O projeto é formado por tomadas de decisões sequenciais, as quais estão fundamentadas na historiografia e no operar científico do projetista. Cada organização funcional irá influenciar o indivíduo usuário de uma maneira diferente, e, de acordo com cada caso será eleita uma solução distinta pelo autor do projeto, que é motivada pela sua criatividade e ideologia. As intenções impressas em ambientes internos podem ser transmitidas pelos espaços externos, comunicando e estimulando comportamentos sociais e culturais (WAISMAN, 1985).

A função de um espaço e as atividades que serão exercidas nele interferem na forma, na área, nas condições de iluminação, ventilação, acústica e no mobiliário que deverão contemplar o ambiente. É estabelecida uma relação de proximidade entre zonas, de acordo com seus diferentes usos, configurando, através dessas relações de proximidade e conforto, a forma do edifício. O programa arquitetônico para uma edificação escolar leva em consideração o caráter cultural e ideológico, devendo atentar para as necessidades dos estudantes em ler, fazer tarefas, aprender (TEDESCHI, 1978).

As necessidades sociais, estabelecidas por um grupo com determinado comportamento, são decodificadas e representadas no projeto arquitetônico (WAISMAN, 1985). No caso das escolas, em que não houve participação da comunidade na formação do projeto, percebe-se que suas características foram impostas pelo governo.

Los intereses creados desarrollan y modelan las necesidades y los modos de satisfacción de la sociedad, para que puedan servir a la reproducción de dichos intereses... los individuos quieren y desean 'espontáneamente' lo que se pretende que quieran y deseen, em beneficio del sistema establecido (WAISMAN, 1985, pg. 142).

Símbolos impostos, ainda que de maneira indireta, podem determinar um comportamento condicionado. O governo adota medidas, que muitas vezes a população desconhece, que são introduzidas por meio de simbologias que se

entrelaçam ao cotidiano tornando-se comuns e, dessa maneira, são acolhidas e abraçadas pela sociedade. As escolas com projeto padrão foram concebidas em um contexto político-social, em que se buscava um novo modelo de comportamento para a sociedade, indicando a importância do Estado.

O programa de necessidades das instituições escolares analisadas contou com salas de aula, espaços administrativos (direção, secretaria e sala de professores), sala de leitura, museu didático, salão de solenidades, auditório, consultório médico e odontológico, vestiários e sanitários. As escolas dessa época possuíam como inovação projetual os ambientes de auditório, sala de leitura, setorização dos espaços administrativos e consultórios, oriundos do pensamento pedagógico do período.

O programa funcional dessas escolas era semelhante, variando o número de salas de aulas e as dimensões de alguns espaços, como auditório, sala de professores e laboratórios, de acordo com a quantidade de usuários (Tabela 3). O número de pavimentos de cada construção dependia da quantidade de alunos, e conseqüentemente, do número necessário de ambientes idealizados.

Tabela 3: Comparação entre os espaços existentes.

	I.E.E.A.B.	E.E.E.F.J. C.S.	I.E.G.J.	E.E.C. do S.	E.E.E.F. M.S.
Cidade	Pelotas	Jaguarão	Guaíba	São Lourenço do Sul	São José do Norte
Número de alunos	750	500	350	250	200
Número de Pavimentos	03	02	02	02	02
Número de Escadas	03	02	02	01	01
Salas administrativas ou apoio	13	09	08	05	07
Salas de aula	16	10	07	05	04

	I.E.E.A.B.	E.E.E.F.J. C.S.	I.E.G.J.	E.E.C. do S.	E.E.E.F. M.S.
Sanitários	12	04	01	04	02
Refeitório	01	01	01	01	01
Auditório	01	01	-	-	-
Sala de leitura	01	01	01	01	01
Terraço	02	02	01	01	01

Fonte: Esquema da autora, 2019.

Nas escolas Joaquim Caetano da Silva, Gomes Jardim, Cruzeiro do Sul e Marques de Souza o programa foi dividido em dois pavimentos, enquanto no instituto Assis Brasil em três. É possível identificar três grupos dentro do programa geral: serviço (banheiros, refeitório, salas administrativas e de professores), salas de aula e espaços para uso específico (sala de leitura, auditório e salas multiuso).

Em cada ala, os elementos de composição-volumes foram organizados em torno de um eixo linear de circulação que, centralizado, organiza, de um lado, os elementos regulares (salas de aula) e, do outro, os elementos irregulares (sanitários e salas de apoio). Essa consideração corrobora a ideia de Martínez (2000) que indica que as circulações definem a estrutura básica da forma. Os corredores orientam os usuários do espaço e através de suas dimensões delimitam sua importância e controlam a configuração espacial de um local (CHING, 2013), permitindo efeitos de continuidade espacial. Os eixos principais da circulação conduzem ao pátio, auditório e as escadas que dão acesso aos pavimentos superiores, exceto nos casos que não há auditório na escola.³

³ A organização espacial, a proximidade entre ambientes e a atribuição do conjunto configuram os elementos de composição. De acordo com o uso serão determinadas as necessidades de cada espaço, os quais podem ser classificados como regulares que adotam um padrão formal semelhante e irregulares, em geral ambientes “servidores” de dimensões variadas muito ligadas à sua função específica (Martínez, 2000).

Em todas as edificações, os espaços para sala de leitura encontram-se na aresta do terreno, ao lado do acesso principal, evidenciando a importância desse ambiente. Os auditórios situam-se em uma das pontas das alas, os ambientes de serviço encontram-se, em sua maioria, voltados para o interior do lote, e as salas de aulas voltadas para o exterior. Nota-se que a edificação apresenta regularidade voltada para o exterior e as irregularidades direcionadas ao interior do terreno. A escola Gomes Jardim, Cruzeiro do Sul e Marques de Souza apresentam essas mesmas características, porém não possuem auditório (Figuras 67).

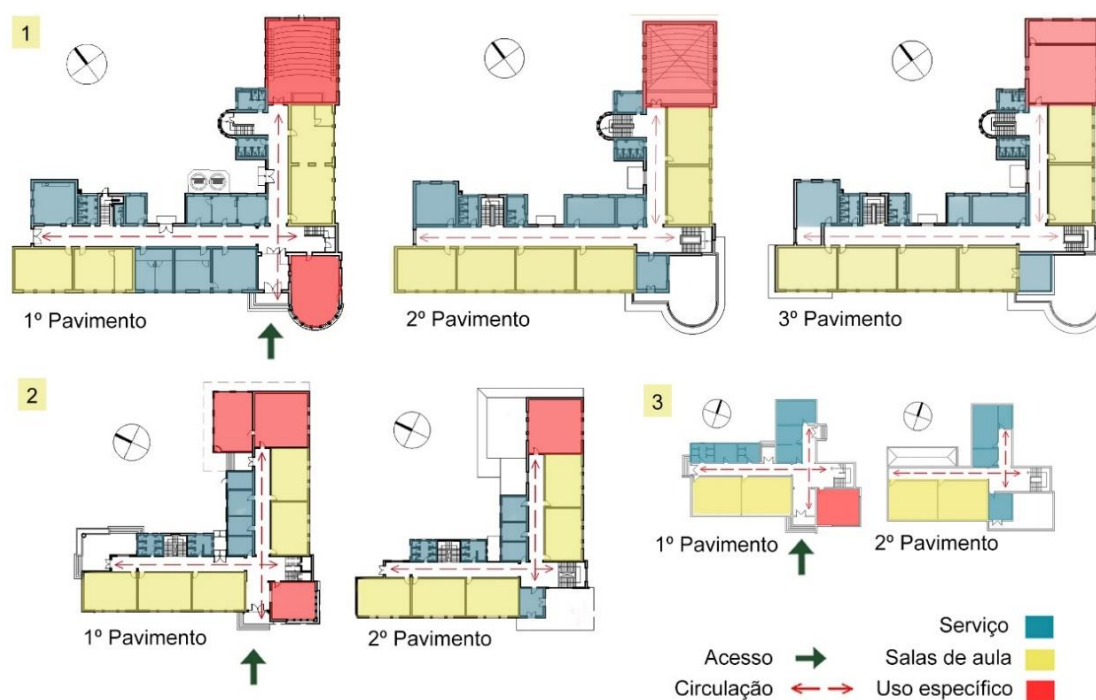


Figura 67 - Planta baixa dos colégios 1) Assis Brasil, 2) Joaquim Caetano e 3) Marques de Souza. Fonte: Esquema da autora (2019).

5.4.2.2 Técnica e economia

A crescente demanda por ensino, sua massificação, e a necessidade de obras rápidas acarretaram na implementação de projetos padrão, baseados em um modelo prefixado, que possuem elementos de composição e de arquitetura consolidados, como é o caso das instituições que estão sendo analisadas neste trabalho.

O processo de produção de uma obra de arquitetura se relaciona com a economia e consequentemente com ideologias políticas. As edificações são normatizadas, e se tratando de obras públicas, são influenciadas pelo Estado e

por seus ideais, dessa forma configurando a produção arquitetônica (WAISMAN, 1985). As construções atentam para a racionalização e redução de custos, muitas vezes através da réplica de projetos, levando em consideração a quantidade ao invés da qualidade (TEDESCHI, 1978).

O conceito de padrão arquitetônico, surge entre 1907 e 1914, com a sistematização de projetos e a ideia de normatização da arquitetura. Percebe-se a relação da arquitetura com a indústria mediante a aplicação dos novos materiais, fabricação em massa de objetos, construção de residências, normatizações técnicas e padronização dos métodos. Conforme afirmado por Muthesius em 1912: “Como qualquer uma das artes, a arquitetura tende à normatização” (RAMÓN; PEREIRA, 2010).

Conforme a declaração dos membros do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - CIAM, em 1928, no documento de *La Sarraz*, a racionalização e a padronização influenciam nos métodos de trabalhos, na concepção arquitetônica e na execução, e essas são as estratégias mais eficazes de produção. Os procedimentos buscam a facilidade e agilidade nos métodos de trabalho, para dessa maneira, reduzir custos com mão-de-obra e otimizar tempo (FRAMPTON, 2003).

A reprodução de construções iguais indica a massificação da sociedade, a qual passa a ser vista sem suas individualidades, como também pode ser interpretado um caráter ideológico, que aliena o homem em relação às suas necessidades, à arquitetura e às instituições públicas. A serialização das edificações atendeu às inovações tecnológicas e às ideologias de aspectos políticos, sociais, éticos e estéticos (WAISMAN, 1985).

A racionalização, obtida através das produções em série e das simplificações de projetos e materiais, caracterizou as novas construções, as quais passam a possuir forma padronizada e modulada. A réplica, obtida por meio desses métodos, estabelece uma arquitetura homogênea com pouca expressão, reduzindo a diversidade das cidades fadando-as à monotonia (TEDESCHI, 1978).

Os elementos de composição e de arquitetura são muito semelhantes nas edificações analisadas, tendo acréscimos e pequenas variações de acordo com

a quantidade de usuários, percebendo-se dessa forma a repetição de um projeto modelo, que foi replicado em diversas cidades do estado. Através da reprodução dessas instituições escolares pode-se observar a intenção de uniformizar comportamentos e consequentemente de diminuir a liberdade.⁴

Apesar do projeto padrão não levar em consideração as condicionantes do terreno e um adequado posicionamento solar, ele constituiu-se de forma rápida, com baixo custo, atendendo às necessidades do momento e à demanda de alunos. Para a época eram consideradas construções imponentes, que se destacavam do seu entorno. O racionalismo assumiu a simplificação da forma, reduzindo os elementos de arquitetura para atender apenas ao estritamente necessário. Os processos foram otimizados e modulados, possibilitando ampliações e ampla reprodução, vinculando-se o projeto grandemente a aspectos sócio-econômico-tecnológicos (WAISMAN, 1985).

Por outro lado, a ideia de projeto padrão pode ser analisada a partir do conceito de tipo. Segundo Mahfuz (1995) o tipo pode ser compreendido como o cerne da forma, o fator primário que permite variações formais infinitas. A criação de um novo produto arquitetônico, a partir do método tipológico, consiste em tomar como base um tipo previamente estabelecido, explicado pela similaridade entre a estrutura e a função, e aplicá-lo ao novo artefato arquitetônico.

Um tipo é estabelecido através de um processo histórico, relacionado à origem e comportamento da sociedade, ao meio ambiente e a objetos artísticos, sofrendo adaptações de acordo com novas necessidades. O tipo serve como referência para novas representações, podendo apresentar estas poucas semelhanças entre si. O modelo deve ser repetido exatamente como é (afinidade formal). “ No modelo tudo é preciso e dado, no tipo tudo é mais ou menos vago” (QUATREMÉRE DE QUINCY, 1985, p. 274).

A partir de uma estrutura tipológica, o processo de projeto envolve a disposição dos elementos de composição e dos elementos de arquitetura. Os elementos de arquitetura são objetos tangíveis de natureza definida que podem ser adquiridos, como esquadrias, paredes, estruturas e aparatos. Já os

⁴ Os elementos de composição, de caráter conceitual, são determinados pelos elementos de arquitetura, de natureza material (Martínez, 2000).

elementos de composição são conceituais, como um ambiente de determinadas dimensões que sofre variações segundo usos estabelecidos. Os elementos de composição são limites espaciais criados pelos elementos de arquitetura (MARTÍNEZ, 2000).

Numa matriz tipológica, a disposição dos elementos de composição é mais rígida e a dos elementos de arquitetura, mais flexível, estipulados de acordo com um conjunto prefixado. Tendo-se assim a estabilidade dos fatores, pode-se dizer que este conjunto é um projeto modelo, o qual teve esgotado seu processo projetual (MARTÍNEZ, 2000).

A admissão de uma tipologia indica a posição que o projetista adotou inclinando-se ideologicamente para questões sociais e não apenas funcionais, podendo observar-se a interpretação do mesmo sob o contexto social e suas relações. A característica tipológica é determinada através da vinculação entre pontos formais e funcionais, e é nesse caso que *“función, forma y contenido se encuentran y coinciden”* (WAISMAN, 1985, pg. 107).

As escolas do Estado Novo seguiram um projeto padrão para tentar atender à demanda do Estado com um projeto de qualidade que também tencionava sinalizar à nacionalização. Nesse caso em específico, em que era adotada uma escola por cidade, apesar do projeto padrão, não é observada monotonia pela repetição, pois as escolas são marcantes na paisagem das cidades, possuem plantas modulares, são imponentes e robustas, mostrando que o padrão adotado reduziu custos sem perder qualidade.

As técnicas construtivas, soluções funcionais, o programa e o terreno são fatores que podem permitir a redução dos custos, assim como a quantidade de esquadrias, a existência de escadas e terraços (TEDESCHI, 1978). A estrutura de uma construção pode variar em material e tecnologia se adaptando às necessidades do programa arquitetônico e sua tipologia (WAISMAN, 1985).

As escolas padrão estudadas também contaram com uma mudança de tecnologia que representava progresso, referenciando-se em meios de transporte, propiciando a construção modulada e replicada. O concreto armado, como os demais elementos, foi utilizado pensando no conforto e qualidade do

ambiente escolar, determinando o sentido psicológico de progresso, poder e autoridade.

5.4.2.3 Partido e desenvolvimento geral do projeto

O partido de projeto irá organizar elementos relacionados às séries tipológicas, teorias, ideologias, programa - advindos de solicitações sociais -, de acordo com o juízo do projetista, baseado na historiografia, em sua trajetória acadêmica e profissional. As interações sociais geram valores culturais que são representados e transmitidos por gerações. O arquiteto interpreta essas convicções e as materializa em uma obra através de símbolos e signos referenciados em arquiteturas e culturas históricas (WAISMAN, 1985).

As teorias arquitetônicas explicam a materialização de questões culturais e ideológicas que as edificações conseguem realizar. Quando essas teorias se tornam objeto de reflexão e interpretação, são enquadradas em uma posição e uma escala de valores, em que se pretende decodificar os significados intrínsecos das mesmas. Esses significados podem ser desvendados através da análise das relações entre os objetos (WAISMAN, 1985).

A sistematização dos estudantes em séries, classes, filas, com graduação de acordo com suas aptidões é considerada uma divisão organizacional que permitiu à escola tornar-se uma “máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar”. Os espaços escolares dispostos de forma a atenderem essa organização transfiguram-se em ambientes funcionais e hierárquicos. A disposição dos espaços pode estar ligada ao sentido de clausura quando seguem um sistema regrado de ordem e posicionamentos, movimento contínuo, separação em pequenos grupos e controle visual (FOUCAULT, 2018, p.144).

As escolas *Art Déco*, possuem uma estratégia de projeto voltada para atender ao novo método Escola Nova, contam com espaços diferenciados organizados em uma planta em forma de L, podendo relacionar essa implantação e outros elementos a uma característica de manifestação da posição do arquiteto frente às necessidades do Estado à época, seja como ferramenta de nacionalização, controle ou progresso.

Através da comparação entre o partido adotado nas escolas da Primeira República e nas construídas durante o Estado Novo, pode-se entender a importância das relações socioculturais no projeto de arquitetura. As primeiras seguem uma planta simétrica, com setorização em alas femininas e masculinas, possuem robustez e presença de ornamentos na fachada. A segunda, que utilizou um novo método de ensino, conta com planta em L, divisão entre espaços de serviço, ensino e administrativos. As escolas continuam denotando imponência, porém as de arquitetura *Art Déco* contam com elementos mais simples, assim como fazem analogias ao progresso tecnológico por referências aos meios de transporte.

As escolas apresentam solidez, gerada por seu volume mais opaco e pouco permeável e porão para minimizar a umidade e adaptar-se a desníveis do lote. Esses atributos podem ser adotados com a intenção de proteção em relação ao clima, porém nem sempre esses prédios estão voltados para a melhor posição solar, podendo-se refutar a primeira ideia e relacionar esses aspectos a intenções de enclausuramento e controle dos estudantes.

Quando uma construção tem poucas aberturas para o espaço externo, causa sensação de proteção, pois seus vãos serão obrigatoriamente voltadas para algum pátio interno. Isso resulta em um ambiente tranquilo, com poucos ruídos. É a intenção do projetista e a localização adotada para o terreno, que influenciam nos visuais que a edificação tem perante um observador externo (TEDESCHI, 1978).

As escolas com projeto padrão possuem as salas de aula voltadas para o espaço externo (rua), reduzindo a privacidade e o silêncio, essencial em um local de ensino. Essa prática expõe o aluno, tal qual a uma vitrine, exibindo o controle exercido pela instituição aos estudantes, servindo de modelo à comunidade por seu comportamento.

Compreendendo que não foram adotados quesitos que levem em consideração a posição solar, deduz-se que a organização espacial, o posicionamento das salas de aula e de suas aberturas, foram idealizadas de forma a exibir a disciplina imposta aos alunos, mostrando a organização do que está dentro para quem está fora (Figura 68).

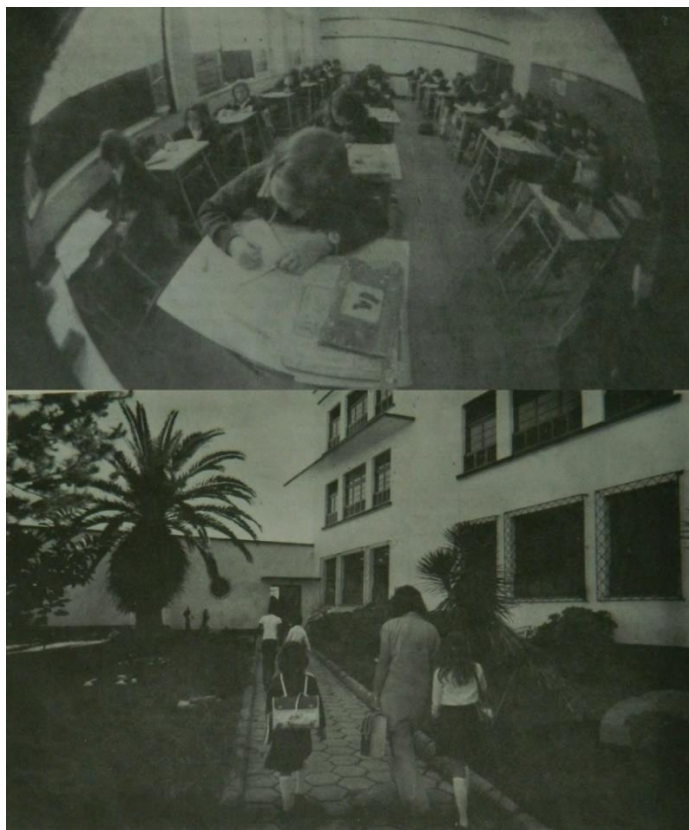


Figura 68 - Alunos trabalhando em sala de aula, I.E.E.A.B., 1979 (S); Chegada de estudantes e pais na mesma escola, 1979 (I) .
Fonte: Acervo do I.E.E.A.B.

A luz natural tem a capacidade de transformar um local, influenciando na percepção de volume e massa (CLARK; PAUSE, 1987). A iluminação e as perspectivas, internas e externas, concedidas por aberturas, são influenciadoras psicológicas e dependendo da função do edifício será necessário imprimir diferentes fenômenos emocionais (TEDESCHI, 1978).

Referindo-se ainda à questão climática, em uma sutil comparação, as edificações desse mesmo período localizadas em São Paulo possuem pilotis no primeiro pavimento, permitindo dessa maneira um ambiente aberto com boa circulação e ventilação. Pode-se relacionar os dois casos a apropriações estipuladas pelo clima. No primeiro o ambiente fechado protegendo dos dias frios, ou dominando os alunos, e no segundo um espaço aberto amenizando o calor. O terraço, no caso das escolas do Rio Grande do Sul, possui maior relação com os momentos cívicos do que com questões climáticas, visto que está localizado em um ponto estratégico para o observador externo.

O partido arquitetônico pode ser organizado pelas semelhanças entre usos dos ambientes. A conexão desses espaços é realizada através de circulações, as quais condicionam o movimento. Dependendo da configuração, esses caminhos de ligação podem ser idealizados com a intenção de realçar elementos, conectar ou segregar espaços (CLARK; PAUSE, 1987).

A organização espacial de ambientes pode ser realizada para facilitar ou isolar acessos, permitir contato com áreas externas, por semelhanças funcionais, topografia do terreno, importância ou indiferença. A implantação pode ser composta por condicionantes de uso e programa arquitetônico, como também, por expressões que o projetista pretende transmitir através da edificação (CHING, 2013).

A partir de um ponto de partida é estabelecida uma via linear, essa passagem pode determinar a organização espacial de um projeto. Os cruzamentos ou interseções de caminhos são locais que exigem a definição de qual rota seguir, sendo anunciada sua importância pela largura e continuidade da mesma (CHING, 2013).

As plantas em L são caracterizadas pela intersecção de planos verticais ortogonais. Dependendo da configuração desses planos pode ser estabelecida uma relação de hierarquia, na qual uma das alas teria mais relevância que a outra. Pode ainda haver um elemento diferenciado que provoca a união entre os dois planos. Esse tipo de organização define um espaço interno protegido do externo. No ponto côncavo da quina ocorre o maior confinamento entre os planos, o qual é dissolvido a medida em que se afasta em diagonal na direção de sua extremidade aberta (CHING, 2013).

O projeto das escolas, organizado em torno de um espaço de circulação, é configurado, dessa maneira, por uma composição linear. Os corredores servem como recintos de ligação a outros ambientes e seu comprimento é determinado pelo entorno bilateral ao qual ele atende. A forma em L (Figura 69) permite a intersecção de duas vias de comunicação que é marcada pelo *hall* do acesso principal e por determinar as opções de caminhos a serem percorridos ao se entrar no edifício. Os corredores também fazem a delimitação dos ambientes de sala de aula para os de serviço, evidenciando a hierarquia de um

em relação ao outro. Observa-se, o argumento da importância da sala de leitura, pois qualquer pessoa que entra na escola vê seu acesso e seu posicionamento não propondo a escolha de que caminho tomar, ele é a escolha em si.

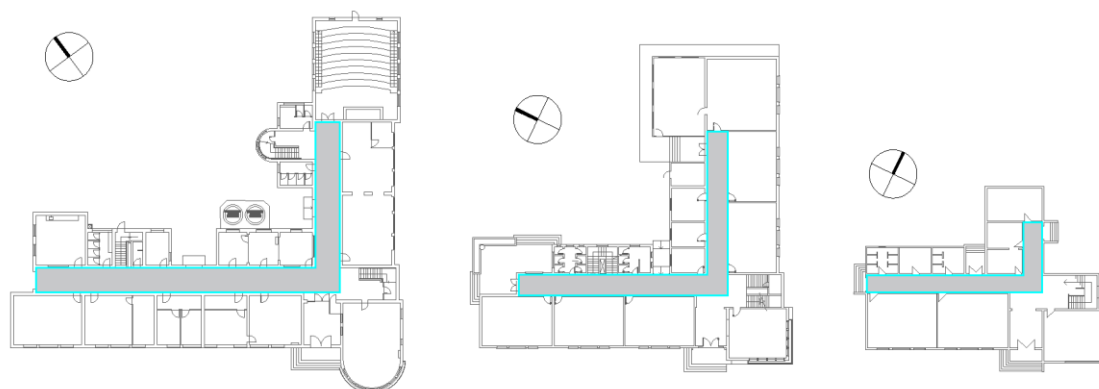


Figura 69 - Planta baixa do 1º pavimento dos Colégios Assis Brasil, Joaquim Caetano e Marques de Souza, demarcação das circulações.
Fonte: Esquema da autora (2019).

O espaço do *hall*, com pé direito mais alto, é o ponto ápice em que deve ser tomada a decisão de qual lado seguir. Nas extremidades do L, em uma encontra-se a ampla porta dupla e opaca do auditório (Figura 70) e na outra, depois de passar por ambientes administrativos, está a porta dupla com certa transparência para o pátio. As escadas para acesso aos demais pavimentos encontram-se, uma sempre próxima ao *hall*, e as demais no meio do trajeto das circulações.

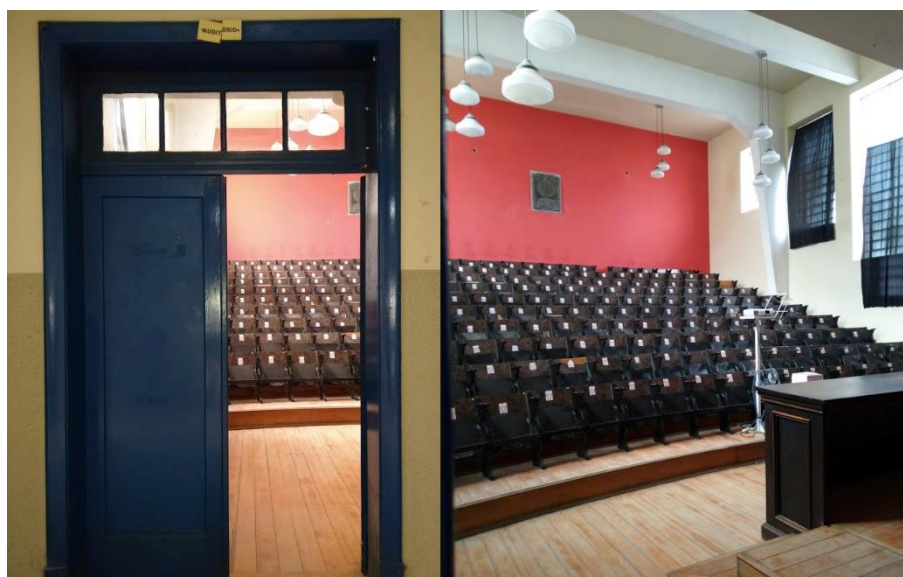


Figura 70 - Imagens do auditório da escola Assis Brasil.
Fonte: Acervo da autora (2020).

Os corredores das escolas possuem aberturas com ligação para espaços internos e externos. Os vãos de correspondência interna, em sua maioria, são opacos (portas), já os externos são mais permeáveis (janelas e portas com vidro).

No projeto das escolas o princípio organizacional é estabelecido pelas circulações, com ênfase no espaço da sala de leitura (forma e localização) e por compatibilidades funcionais (salas de aula externas, serviços internos).

A inserção das edificações escolares conta com recuo do alinhamento predial, isso permite que o acesso ao prédio se faça de maneira espaçada e frontal, permitindo a contemplação da construção. A entrada fica deslocada do plano frontal, encontra-se ao lado do volume de destaque, em que está localizada a sala de leitura. É marcada e protegida pelo coroamento com marquise, degraus, que estabelecem a relação de limite entre os espaços, e porta de maior proporção, diferentemente das escolas projetadas anteriormente por Pianca, as quais possuíam o acesso principal como elemento realçado próximo ao eixo de simetria (Figura 71).



Figura 71 - Acesso da escola Marques de Souza (E) ; Fachada do Colégio Elementar Jacuhy (1937), para 200 alunos (DS) ; Fachada escola Marques de Souza (1939), para 200 alunos (DI).
Fonte: Acervo da Autora (2019); Mapoteca da Diretoria de Obras Públicas/RS.

Os corredores das escolas são lineares e de mesma largura, entretanto, com o aumento no número de alunos seu comprimento estende-se. Observa-se que as salas de aula foram dispostas linearmente acompanhando a circulação, com suas aberturas voltadas para a parte externa do lote, enquanto os demais ambientes foram organizados na parte interna do conjunto.

As circulações verticais ocorrem através de escadas, que, de acordo com o tamanho da escola, encontram-se em maior número - três, no colégio Assis Brasil; dois, na Joaquim Caetano da Silva e Gomes Jardim; e uma, na Cruzeiro do Sul e Marques de Souza. Uma delas é enfatizada por um volume curvo que delimita o patamar, e a outra, por estar em posição privilegiada, ao lado da sala de leitura e do acesso principal (Figura 72). Dependendo da posição em que é colocada uma escada, ela pode terminar, ampliar ou fortalecer o deslocamento de uma pessoa. Sua forma e localização também podem exercer sentido de ordem e ser objeto de destaque (CHING, 2013).



Figura 72 - Volumetria do I.E.E. Assis Brasil, realce nos volumes das escadas.
Fonte: Esquema da autora (2019).

Todas as escolas padrão seguem esse tipo de relação com o terreno, sendo que o eixo que possui o acesso principal tem pouca diferenciação entre as escolas, entretanto o segundo elemento que forma o L diminui de acordo com a variação no número de alunos. Ao ponto que na menor escola do padrão encontrado (200 alunos), quase se perde essa forma (Figura 73). Nota-se ainda que o projetista adotou a ênfase da quina como um elemento de ligação entre os planos.

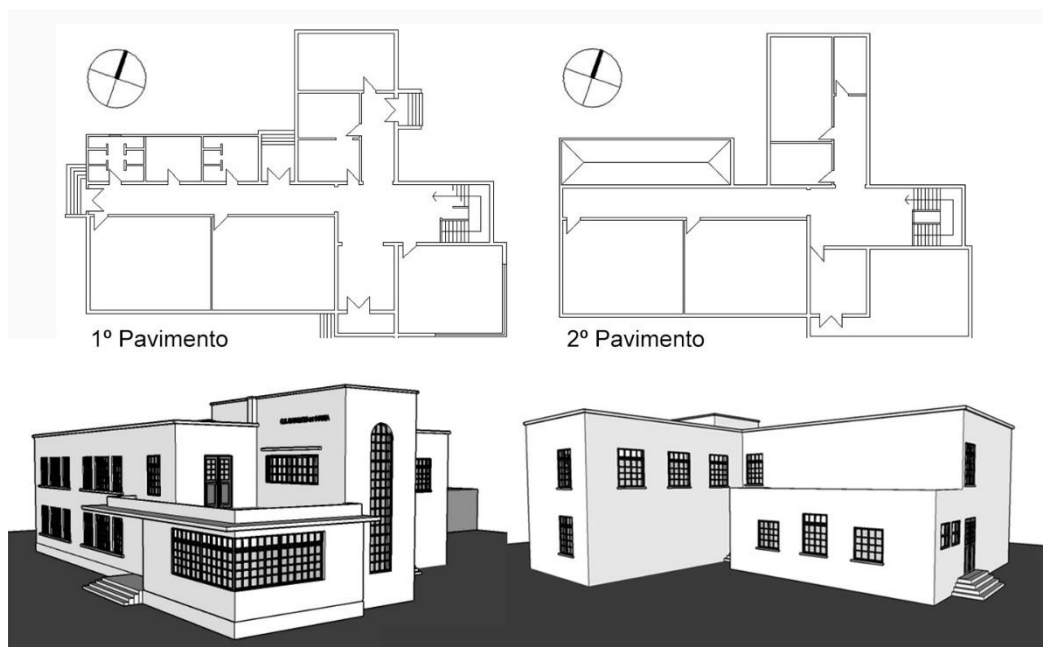


Figura 73 - Planta baixa e volumetria da Escola Marques de Souza, 200 alunos.
Fonte: Esquema da autora (2019).

Partindo do pressuposto que o partido em L protege o interior do lote, percebe-se que há a vigilância e o controle do que acontece no seu interior. A parte interna da edificação abriga o pátio e essa disposição pode ter sido adotada para controlar o espaço de recreação. O pátio das escolas é um ambiente fechado, isolado do ambiente externo, remetendo à proteção e ao enclausuramento. Complementando essa ideia de dominação, no ponto de maior rigidez da organização existe a sala de leitura, reforçando o argumento de vigilância voltado à educação.

A harmonia de elementos é determinada por uma ordenação que pode ser dar através de eixos, hierarquia, ritmo, simetria, criando uma disposição final regular ou irregular. O princípio ordenador de eixo é formado por uma linha retilínea, em que, no seu entorno são distribuídos volumes-espacos (os elementos de composição). O eixo transmite sensação de finitude nas extremidades e movimento, quando conta com divisas laterais e reforça sua percepção. A hierarquia pode enfatizar um espaço, elucidar questões simbólicas, funcionais e formais, pois designa visibilidade através de um tamanho, forma ou local. O ritmo é a repetição padronizada de determinada representação, de forma organizada, em uma composição (CHING, 2013).

A hierarquia pode ser compreendida pela percepção da manifestação de elementos relevantes que estabelecem a organização de espaços e formas. Quando se encontra em uma construção a acumulação de mais de um tipo de progressão corrobora-se a existência de uma hierarquia (CLARK; PAUSE, 1987).

Pode-se entender que as escolas foram idealizadas através de dois eixos com hierarquização de alguns elementos e com ritmo nas fachadas e na réplica dos projetos. Percebe-se uma organização hierárquica, expressas por questões dimensionadas, seja no todo quando comparada ao seu entorno como nas partes quando as unidades se separam e são comparadas entre si, como o auditório dos colégios para 750 alunos; por questões formais como as relativas às salas de leitura e em uma das escadas também nas instituições para 750 alunos, e por localização nas salas de leitura, as quais estão inseridas em um ponto de destaque, na esquina do lote. O ritmo é encontrado na reprodução das salas de aula, nas esquadrias em grupos de três, e na reprodução do próprio projeto arquitetônico que é repetido ainda que sofrendo algumas variações de acordo com o número de alunos e especificidades do lote.

As salas de aula podem ser entendidas como unidades ligadas por proximidade, quando observa-se que os ambientes das classes são conectados criando um volume retangular de maior escala. As unidades são partes independentes pertencentes a uma construção, que sem essas partes não funcionaria. Podem ser encontradas de forma unitária, em conjunto ou sobrepostas. As unidades podem formar um conjunto quando estabelecem relações de sobreposição, separação ou agrupamento, sendo a última mais frequente. A correspondência entre unidade e conjunto pode ser identificada através da representação por geometria, massa e estrutura. Quando existe a relação de unidade e conjunto, o grupo formado pelo todo é superior às somas das diferentes partes (CLARK; PAUSE, 1987).

As construções escolares são embasadas a partir da réplica do projeto com alterações na planta de acordo com o acréscimo de cada pavimento e pequenas variações de uso e de áreas internas, construindo dessa maneira, um conjunto formado por sobreposição (Figura 74). Porém, quando a planta é analisada, nota-se que o conjunto não é estabelecido diretamente pelas

unidades identificadas, e sim, pela soma de diferentes formas, destacando-se as circulações como conectoras dos elementos, tendo-se assim o conjunto maior que a soma das unidades. O conjunto é estabelecido por diferentes formas, sendo as salas de aula, sala de leitura, *hall* e auditório as unidades principais, e os espaços de administração e serviços as unidades auxiliares, aparecendo aqui a divisão hierárquica da função.

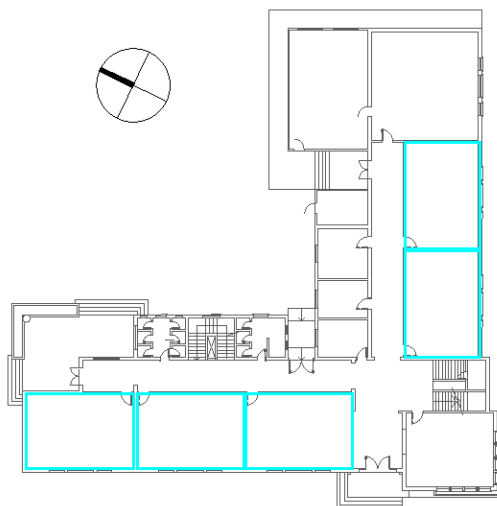


Figura 74 - Planta baixa do 1º pavimento da escola Marques de Souza, ênfase na unidade formada pelas salas de aula.

Fonte: Esquema da autora (2019).

A relação existente entre unidade e conjunto é identificada a partir da criação de um modelo inicial pré-concebido para 200 alunos em que à medida que se faz necessária a agregação de novas unidades, podendo chegar até 750 alunos, o conjunto permanece autônomo. Entretanto o oposto, na subtração de unidades, essa configuração se mantém funcional até o modelo de 200 alunos, observando que ambientes específicos, como exemplo a sala de leitura, não poderiam ser reduzidos nem acrescidos.

Waisman (1985), referenciando Tedeschi, comenta sobre duas tendências tipológicas contemporâneas. Uma que atende às necessidades atuais referente à comunicação, através dos elementos de ligação que ganham importância e começam a ser destacados nos projetos, tornando-se determinadas vezes um item estruturador e de simbólico valor formal. E outra, em que o projeto adapta-se fortemente ao uso, tomando novas formas e eliminando as articulações entre partes, separando ambientes de serviço dos servidos e a união de espaços funcionais em uma composição orgânica.

Percebe-se nas escolas estudadas dois aspectos, a circulação que conecta os ambientes de forma estruturadora e marcante e a distinção organizacional entre espaços de serviço e os espaços servidos. O arranjo com alas estreitas repercute conceitos fundamentais da arquitetura moderna - possibilita maior quantidade de aberturas para o exterior, ventilação cruzada, o que vem ao encontro das indicações de conforto ambiental já em voga na época e recomendadas para os edifícios escolares.

Quando observado o prédio escolar percebe-se o destaque hierárquico do volume da escada principal, uma vez que ele se apresenta mais alto que os demais volumes e conta com ampla esquadria vertical. Nas escolas para 750 alunos a janela possui forma diferenciada em relação aos outros modelos, pois recorta o volume na quina, enquanto, nas edificações menores ela é retangular com sua parte superior curva.

A área destinada à sala de leitura é mais baixa, ultrapassa o alinhamento quando comparada ao restante da edificação e nas construções dimensionadas para 750 alunos possui forma circular. Os ambientes de salas de aula também podem ser compreendidos como espaços valorizados, visto que são organizados lado a lado, seguindo uma reprodução ordenada. Nota-se uma valorização do lado externo do L em relação ao interno, pois todos os ambientes têm dimensões maiores e há dominância em relação aos outros. Isso faz sentido quando lembrado da questão das salas de aula como vitrine. A Figura 75 demonstra em planta e fachada as relações hierárquicas mencionadas.

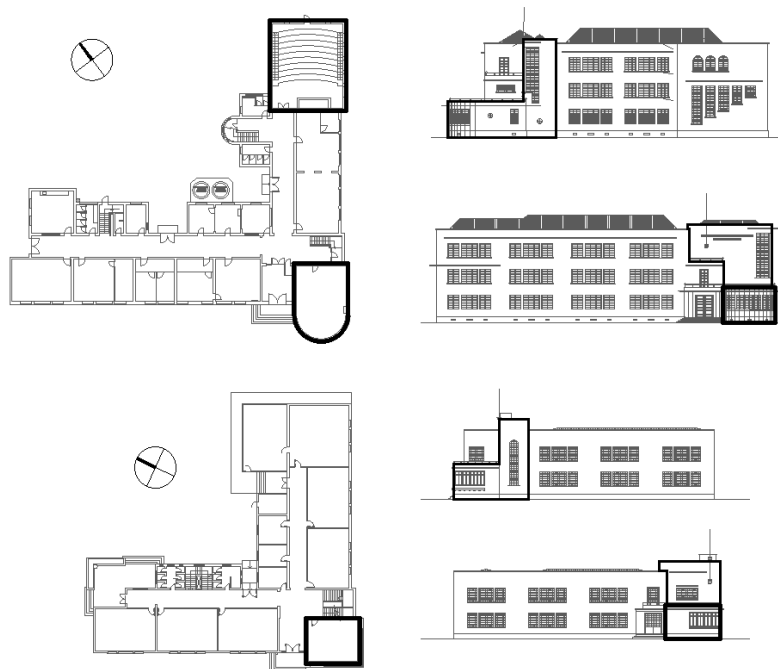


Figura 75 - Planta baixa do 1º pavimento e fachada principal e lateral dos colégios Assis Brasil e Joaquim Caetano, destaque das salas de leitura, do auditório e dos volumes das escadas.
Fonte: Esquema da autora (2019).

As adições e subtrações podem ser observadas espacialmente através da percepção de elementos anexados ou eliminados de um edifício. Os recortes negativos podem ter a intenção de melhorar a iluminação e definir acessos. A subtração de espaços faz com que exista a predominância do conjunto (CLARK; PAUSE, 1987). Observa-se adição na concepção do projeto padrão em que da planta para 200 alunos, acrescentando-se espaços para sala de aula e mantendo-se os ambientes específicos como sala de leitura, chega-se à escola para 750 alunos.

Nas escolas para 750 alunos percebe-se a adição de elementos com forma curva e subtração de vários espaços voltados para a parte interna e externa do lote. Nas demais escolas, esses mesmos espaços, voltados para o interior, também transparecem a sensação de subtração, porém de forma mais sutil. Essa impressão pode ser ocasionada pela semelhança e regularidade entre os blocos das escolas com capacidade inferior a 750 alunos. Pode-se perceber que nas escolas menores a subtração acontece próxima aos acessos internos e externo.

O contraste entre subtrações e adições direcionadas para a parte externa do L permite o destaque de alguns ambientes como sala de leitura e auditório,

ênfatizando e externalizando o acesso principal, diferente desse mesmo efeito na parte interna que provoca a sensação de organização espacial e coloca os acessos ao pátio de maneira internalizada e protegida (Figura 76).

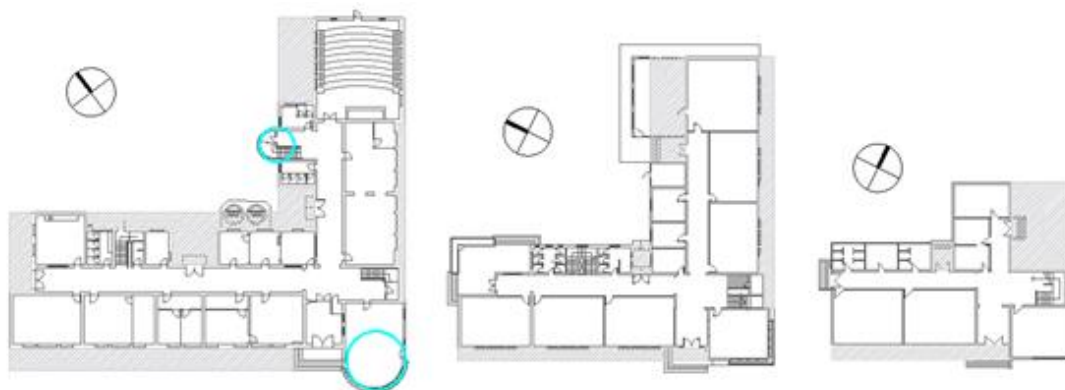


Figura 76 - Planta baixa do 1º pavimento das escolas Assis Brasil, Joaquim Caetano e Marques de Souza.

Fonte: Esquema da autora (2019).

Equilíbrio e simetria de eixo são ideias que transmitem a sensação de estabilidade, porém o conceito de equilíbrio é diferente do de simetria. O primeiro pode se manifestar através de formas e partes irregulares, as quais transmitem equivalência, enquanto o segundo, quando um elemento é dividido, apresenta-se igual em todas as partes (CLARK; PAUSE, 1987).

Pode-se perceber no projeto das escolas, através da análise espacial e volumétrica, que existe equilíbrio no conjunto da edificação, que gradativamente se perde com a diminuição no número de alunos. As construções que atendem 750 alunos possuem forma em L com certa equivalência entre as partes, enquanto as escolas com menos de 250 alunos reduzem sua característica de implantação em L e conseqüentemente o equilíbrio entre os volumes (Figura 77).

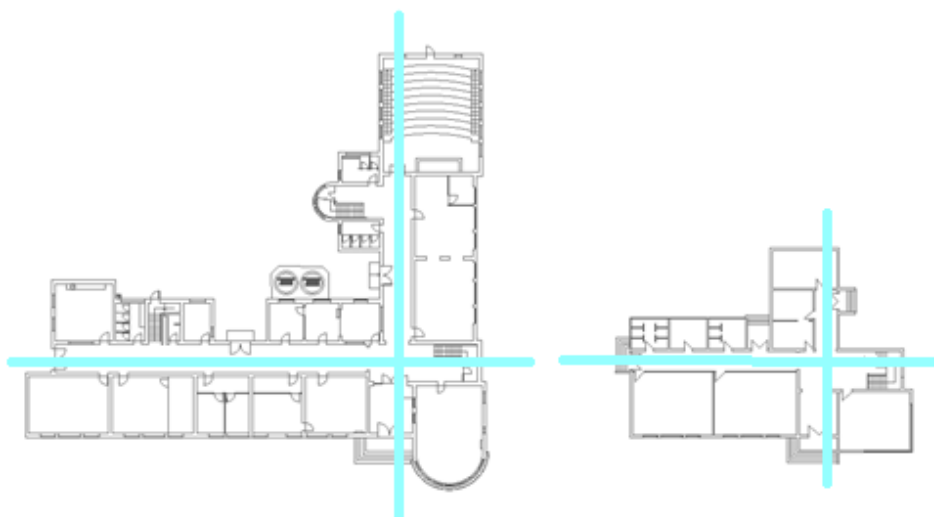


Figura 77 - Planta baixa do 1º pavimento das escolas Assis Brasil e Marques de Souza, delimitação de eixo e equilíbrio em relação as circulações.

Fonte: Esquema da autora (2019).

5.4.2.4 Forma

O espaço é definido pelo seu volume físico, que é determinado por elementos construídos ou naturais, e está diretamente relacionado à escala e à forma plástica. A iluminação, os ruídos, a geometria e suas medidas são características que atuam direta ou indiretamente no ambiente (TEDESCHI, 1978). Waisman (1985) aponta que no ato de projetar ou analisar o ambiente construído a relação da forma-conteúdo, forma-função, deve ser feita de maneira cuidadosa, pois nem sempre a função se identificará com a forma e seu conteúdo. A forma pode ser originada através de organizações internas, de situações externas ou das interações entre elas e o entorno, o qual atua também como um fator determinante nas posições adotadas.

O ponto, a reta, um plano bidimensional e um volume tridimensional são os elementos básicos constituintes da forma, nem sempre materiais, porém materializados quando percebidos por nossas mentes. O primeiro marca uma posição no espaço e possui característica adimensional e inerte. Já a reta é o traçado que une dois pontos. O plano é o espaço deixado pela intersecção entre retas. Enquanto o volume é o resultado do contato entre vários planos. Podemos encontrá-los em diversos elementos da edificação: na união de linhas que marcam as esquadrias, nos encontros do traçado que marcam os planos das fachadas e nas arestas do volume do prédio (CHING, 2013).

Uma sequência de elementos unidos ao longo de uma linha possibilita a formação de uma configuração linear, esse arranjo pode ser trabalhado para delimitar ambientes, organizar espaços, e, quando dirigida verticalmente, determina um ponto em uma parte (CHING, 2013). Essa configuração linear é observada nas escolas a partir das circulações, que determinam o sentido de movimento e dos frisos que marcam a esquadrias nas fachadas.

Ching (2013) aponta que os elementos retilíneos com orientação vertical podem ser utilizados com intenção de destacar um certo espaço. Nas escolas padrão o volume da escada, que já possui destaque quando comparado ao restante da edificação, recebe elementos lineares verticais como a linha da esquadria e o mastro da bandeira. A trajetória visual da base do edifício até seu ponto mais alto culmina na bandeira nacional, alimentando a ideia do nacionalismo e do poder patriótico.

O plano do piso quando elevado, dependendo da altura adotada, pode criar uma descontinuidade visual e espacial. Essa ascendência pode ser empregada para elevar a edificação em relação ao seu entorno ou acentuar seu desenho na paisagem (CHING, 2013). O acesso às escolas acontece através de escadas, pois as bases dos prédios possuem porão. Essa distância que a construção possui do solo, pode ter sido adotada para enaltecer e mostrar a relevância da escola para a população e separar os espaços externos dos internos, aspecto mais subjetivo.

A colisão formal de dois objetos com configurações distintas pode, quando cada um manter a sua identidade original, ocasionar um novo estado com forma compartilhada e sobreposta. Essa nova aparência pode ser utilizada para demonstrar a relevância de uma forma ou de um ambiente (CHING, 2013). A forma arquitetônica poderá ser portadora de símbolos e significados: os sociais relacionados ao uso e seu vínculo histórico; e os pertencentes a formação e personalidade do projetista.

Uma esquina é determinada pela união de duas superfícies. A percepção dessa quina pode ser reforçada com a inserção de um elemento, o qual delimita e aumenta a linearidade da aresta (CHING, 2013). A partir dessa ideia pode-se perceber na edificação a marcação das juntas nos planos que faceiam seu

volume. Na intersecção face x topo nota-se a marcação da platibanda e do friso horizontal. Na união face x base identificam-se os óculos do porão e saliência positiva. Por último, na junta face x face, já destacada pela esquina das ruas da urbe, é colocado um volume que quebra a monotonia e une as superfícies.

Ainda nesse sentido, analisando a planta baixa das escolas é possível observar que o projetista teve a intenção de enfatizar a esquina da edificação e utilizou o recurso mencionado anteriormente. Nas escolas para 750 alunos o volume que se encontra e salienta a aresta é circular, já nas demais escolas essa unidade possui a forma retangular.

Através do esquema volumétrico (Figura 78) pode-se observar que os volumes prismáticos alongados, representados pelas cores verde e amarelo, delimitam o limite do prédio e são marcantes por possuírem robustez, sendo que o bloco marcado em verde se sobressai em comprimento quando comparado ao bloco amarelo. Os prismas nas cores laranja e vermelho demarcam a esquina, enquanto os cinzas, por serem mais altos que os demais volumes, expressam certo enaltecimento. Nota-se que os blocos azuis sofreram subtrações, são menores e não possuem tanta representação quanto os demais.

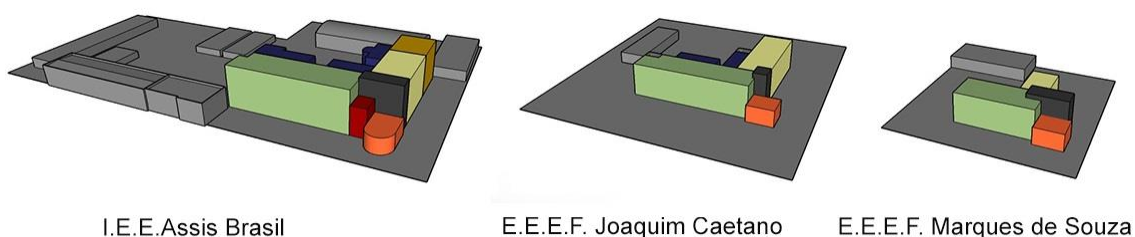


Figura 78 - Esquema 3D dos colégios Assis Brasil, Joaquim Caetano e Marques de Souza.
Fonte: Esquema da autora (2019).

Os projetos estão compostos, dentro do esquema em L, com uma organização bastante livre de elementos de composição. Em todas edificações a composição acontece em alas perpendiculares unidas por um volume especial, que apesar de ter menor altura, é utilizado como elemento de ênfase à construção.

A massa de um edifício é identificada através da unificação de partes, as quais formam um único volume. Atendendo requisitos de projeto pode orientar-

se para gerar segurança, isolando uma área, adequar-se às características arquitetônicas do momento, destacar o acesso principal, relacionando-se de forma direta com o contexto local (CLARK; PAUSE, 1987).

A organização dos volumes, nas cinco escolas analisadas, é semelhante. Apresenta diferença apenas nas dimensões de comprimento e altura, no colégio I.E.E. Assis Brasil, e na quantidade de blocos. Essa diferença ocorre em razão do número de alunos que cada escola tinha como demanda à época.

Pode-se perceber, através da análise em planta, que a edificação do instituto Assis Brasil possui maior quantidade de elementos de composição irregulares voltados ao pátio interno, causando uma quebra na linearidade da edificação. Os espaços da sala de leitura e uma das escadas possuem forma curva quebrando parte da linearidade, também, e enfatizando a forma.

Os seguintes elementos de arquitetura básicos são utilizados nas cinco escolas. Esquadrias em ferro industrializadas: esquadrias de proporções quadráticas ou verticalizadas agrupadas de maneira a conformar uma configuração horizontal, esquadrias horizontalizadas - em número reduzido em algumas salas de usos especial como sala de leitura - esquadrias em arco. Os outros elementos de arquitetura, diferentemente das escolas anteriores em linguagem eclética, se apresentam em número reduzido.

5.4.2.5 Escala e proporção

Há uma interação entre o uso, a escala, e a proporção de um espaço. Em uma composição visual as dimensões devem ser harmônicas e ordenadas para serem entendidas como proporcionais. Dependendo da maneira em que é aplicado, o equilíbrio pode transmitir o sentido de ordem e união entre elementos, enquanto que a escala é uma comparação métrica entre objetos. Em edifícios pode-se perceber a presença de diferentes dimensões, por elementos, das partes e do todo, do arranjo, as quais podem ser definidas pelo arquiteto ou fabricante. A proporção de uma fachada pode estar relacionada com as dimensões dos vãos presentes nela (CHING, 2013).

A escala é compreendida através da confrontação entre o edifício e um padrão, que pode ser o homem, outras construções ou as paisagens vizinhas. A

escala pode ser adotada conforme as intenções do projetista, sejam elas físicas ou psicológicas. A proporção é fator de influência psicológica no indivíduo e é utilizada na arquitetura com intenção de atuar no comportamento humano, uma escala íntima traz conforto enquanto uma escala monumental pode causar sensações de claustrofobia e agorafobia (TEDESCHI, 1978).

Na comparação entre a escala da construção e seu entorno, no caso das escolas, temos que as projetadas para 750 alunos, com três pavimentos, se destacam na paisagem evidenciando poder, grandeza e dominância, enquanto as escolas menores, com dois pavimentos, se assemelham às demais construções existentes em seu entorno, porém ainda mostrando monumentalidade devido a seus elementos e à sua composição. Seu tamanho em relação ao homem é conveniente às questões físicas, o que pode ser observado nos ambientes internos. Porém sua grandeza e densidade, no lado externo, podem provocar a sensação psicológica de inferioridade nas pessoas que passam pelo local (Figura 79).



Figura 79 - Fachada principal da escola Marques de Souza, realce da escala dos pedestres em relação ao prédio.

Fonte: Acervo e Esquema da autora (2019).

Quando comparados, os compartimentos das escolas, em sua maioria, possuem forma retangular, com vãos de proporção média quando contrapostos à escala humana. O auditório, o qual necessita atender um público maior, possui área superior e pé direito elevado, exibindo a mudança na escala, ocasionada pelo tipo de uso. As circulações, as quais dispõem de grande comprimento criam a sensação de um espaço opressivo, talvez por não possuírem um pé direito elevado.

As janelas das salas de aula são padronizadas, com bandeiras móveis que propiciam conforto e ventilação, e não divergem suas dimensões em função de seu posicionamento na fachada. Outros espaços são destacados pela variação na forma e no tamanho das esquadrias. Segundo Ching (2013) essa variação entre esquadrias pode demonstrar o tamanho ou a relevância de um local, como também podem distorcer a compreensão do conjunto de uma fachada.

A representação por planta baixa, cortes e fachadas caracteriza a relação dos elementos verticais e horizontais fundamentais para entendimento do projeto arquitetônico. A planta baixa, a qual setoriza os ambientes se torna condicionante da forma. Já os demais esquemas, que exibem a edificação de forma frontal, servem como recurso para transformações do volume (CLARK ; PAUSE, 1987).

A proporção de unidade-metade é encontrada no projeto das escolas padrão segmentado em três partes, com pequenos ajustes nas medidas verticais. As instituições têm a fachada com dimensões correspondentes em planta baixa a salas de aula e sala de leitura, circulação e espaços administrativos (Figura 80). Conforme Clark e Pause (1987), percebe-se a mudança da horizontalidade para a verticalidade nessas proporções, configurado uma totalidade recíproca ao edifício.

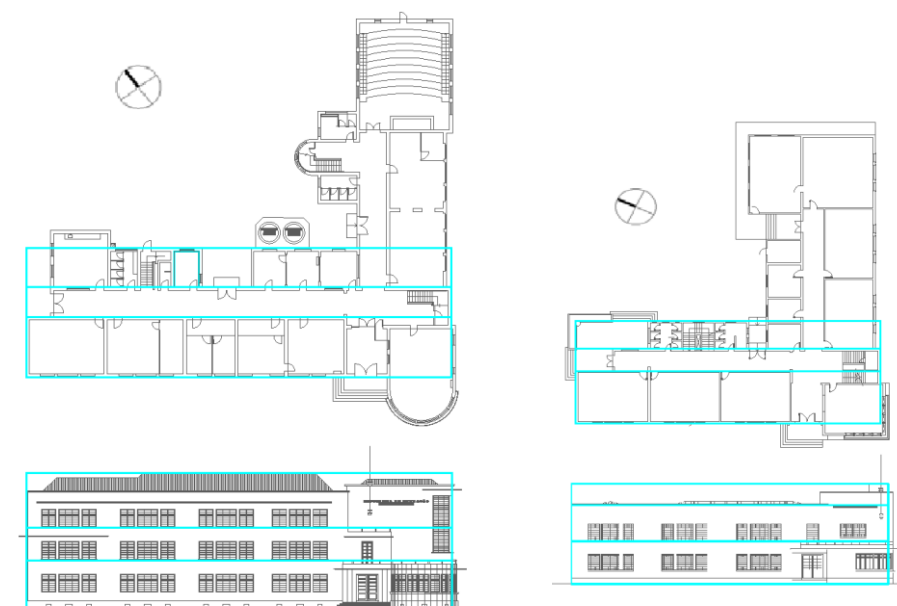


Figura 80 - Planta baixa do 1º pavimento e fachada principal dos colégios Assis Brasil e Joaquim Caetano, realce da proporção encontrada em três partes.
Fonte: Esquema da autora (2019).

A homogeneidade dos ambientes, pode ser explicada pela utilização de formas retangulares, medindo 2,80 x 4,00, com derivações de giro em 90° e metades. Essa geometria pode ser observada na figura 81 na qual é apresentada a modulação dos ambientes. Não foi identificada, para os ambientes de ligação, *hall* e circulações, nenhuma organização que se enquadra nessas medidas.

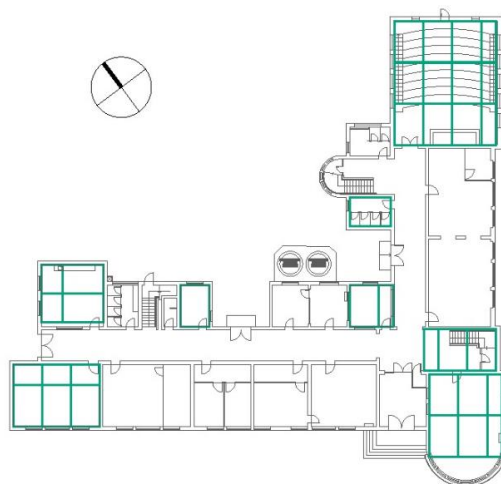


Figura 81 - Planta baixa do 1º pavimento da escola Assis Brasil, indicando a modulação dos ambientes.

Fonte: Esquema da autora (2019).

5.4.2.6. Plástica

A plástica se relaciona com o espaço e a escala, como também com a estrutura e os materiais. Pode ser definida a partir das características formais que delimitam o espaço. As superfícies e os volumes são influenciados pelos materiais, cores e efeitos de luzes e sombras. A estrutura de uma edificação está fortemente relacionada à disposição dos espaços internos (TEDESCHI, 1978).⁵

⁵ Segundo Tedeschi (1978), a plástica pode ser compreendida como o conjunto de linhas, planos e volumes que configuram e limitam o espaço, como exemplo de muros, tetos e pisos.

Nas edificações escolares o conjunto formado na esquina (sala de leitura, *hall* e escada) é particular, porque não apresenta a regularidade dos demais blocos, pois existe a variação de alturas e entende-se que ele é constituído pela união de três diferentes volumes. A superfície da sala de leitura, a qual faz parte desse grupo citado acima, é diferenciada por avançar o alinhamento predial quando comparado ao resto da edificação e por apresentar forma arredondada no Instituto Assis Brasil (Figura 82).



Figura 82 - Vista 3D do colégio Assis Brasil, frisando a variação de alturas.
Fonte: Esquema da autora (2019).

Como as escolas foram implantadas sem levar em consideração a posição solar, acredita-se que não houve intenção de destaques de luz e sombra na parte externa das edificações. As paredes das instituições, em sua maioria, são em alvenaria rebocada com pintura. Os pisos das salas de aula são em tacos de madeira, e nos ambientes de circulação, banheiros e cozinha foi utilizado piso cerâmico. A maioria das esquadrias são em madeira, com algumas exceções, como as janelas das escadas que são metálicas. Também foram utilizados metais em guarda-corpos e letreiros da edificação.

De acordo com Ching (2013) as aberturas podem integrar ou separar espaços, as portas servem para acessar cômodos, delimitar trajetos e usos, enquanto as janelas atendem requisitos de iluminação, ventilação e permitem a visualização de outros ambientes. Nos prédios analisados nas salas de aula as janelas são agrupadas em grupos de três. Nota-se regularidade e um padrão de composição no momento em que a edificação é observada externamente. São esquadrias generosas em tamanho e quantidade, em madeira, porém, em

maioria, não estão voltadas para a melhor localização solar considerando estarem inseridas no Sul do Brasil.

A relação entre repetitivo e singular pode ser observada na presença frequente ou única de um elemento, através de volume, forma, tamanho, orientação (CLARK; PAUSE, 1987). No auditório do Instituto Assis Brasil existe um conjunto de esquadrias escalonadas, marcadas com friso horizontal, que seguem o movimento ascendente da plateia. A sala de leitura conta com esquadrias ritmadas de forma curva, salientadas com o uso de jardineira e marquise. O espaço do auditório, quando comparado aos demais ambientes, possui área ampla e pé direito duplo, diferenças correspondentes ao tipo de uso. Suas esquadrias também são distintas, variando sua altura de forma escalonada. O ambiente que fica no andar superior, acima do auditório, conta com três janelas, as quais possuem na parte superior forma arredondada. As janelas das escadas são amplas e nas escolas que atendem número inferior a 750 alunos a esquadria da escada, que se localiza ao lado da sala de leitura, possui sua parte superior curva (Figura 83).



Figura 83 - Fachada lateral dos colégios Assis Brasil e Joaquim Caetano, destaque nas esquadrias escalonadas, ritmadas e com linhas curvas.
Fonte: Esquema da autora (2019).

Referente às escolas para 750 alunos, estabelecendo relações de elementos comuns com singulares na volumetria externa, a escada que está voltada para o pátio, possui contorno curvo e se sobressai à massa em que está

inserida. Nas fachadas voltadas para a rua seis blocos distintos são observados, sendo dois deles formados pelos ambientes de salas de aula, outro formado pela composição do acesso principal e do espaço no segundo pavimento, outro pela sala de leitura, mais um pela escada, e o último pelo ambiente de auditório, já apresentados na Figura 77.

Quando os grupos são comparados, a escola projetada para maior número de alunos possui mais recursos, pois era contemplada com espaço para auditório e laboratórios, sendo que se encontra na cidade com maior número de habitantes, dos cinco casos apresentados. Além disso, o prédio do Instituto Assis Brasil, possui elementos curvos diferenciando-se das outras edificações, que só possuem linhas retas.

As fachadas principais contam com pouca ornamentação, sendo encontradas apenas saliências-molduras, no contorno das platibandas e abaixo das esquadrias, que reforçam a horizontalidade da edificação, feitas com revestimento argamassado. Percebe-se também, a existência de letreiros em alto relevo com o nome da instituição, mastro para hastear bandeiras e guarda-corpos metálicos.

Nos setores de salas de aula, a disposição das aberturas é modular, em grupos de três, sendo a esquadria do eixo central mais larga que as demais. Esta distribuição “à três” é uma regra fundamental da *taxe* clássica que estabelece a posição dos elementos em uma determinada trama (JANTZEN; OLIVEIRA, 1996). Nos volumes excepcionais da composição - acessos, escadas, sala de leitura, auditórios - as aberturas não acompanham necessariamente a composição em grupos de três, possuem dimensões variadas e algumas contam com formas curvas (Figuras 84, 85, 86).



Figura 84 - Fachadas Sudoeste e Sudeste do I.E.E. Assis Brasil, indicando a distribuição das esquadrias e a marcação horizontal da edificação.

Fonte: Desenho das fachadas 5º CROP, esquema da autora (2018).

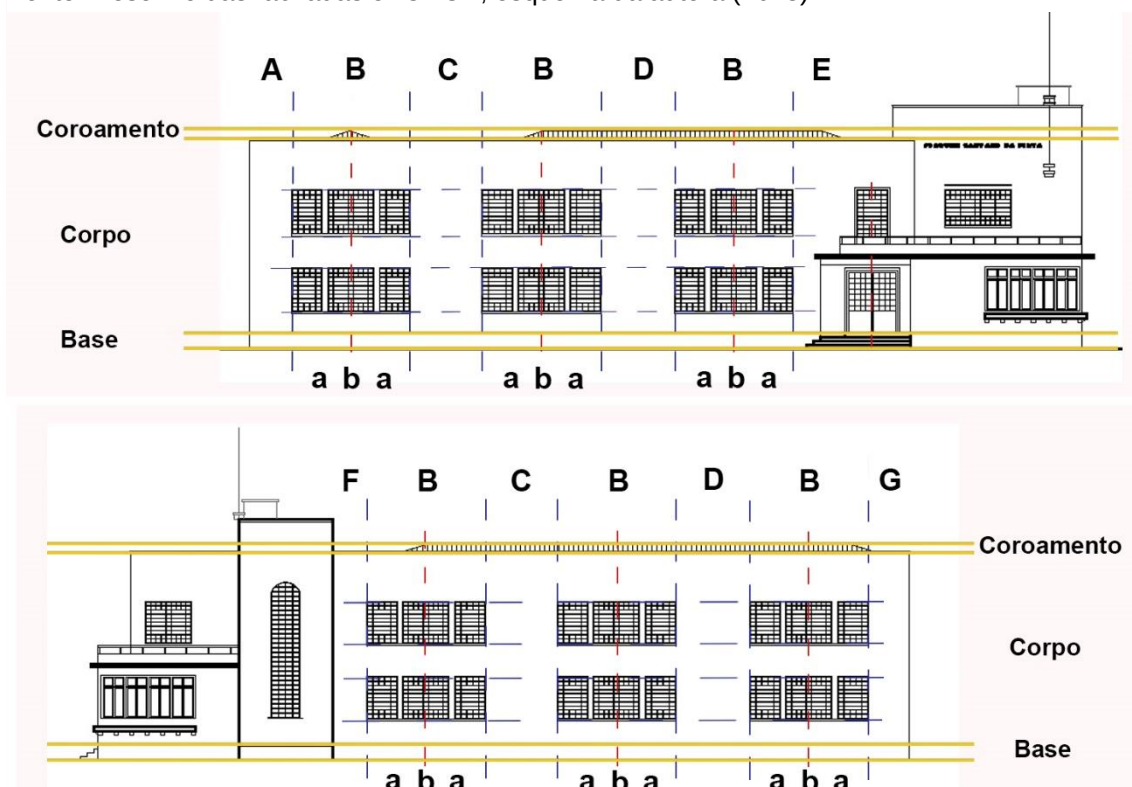


Figura 967 - Fachadas Sudeste e Sudoeste E.E.E.F. Joaquim Caetano da Silva, indicando a distribuição das esquadrias e a marcação horizontal da edificação.

Fonte: Desenho das fachadas 5º CROP, esquema da autora (2018).

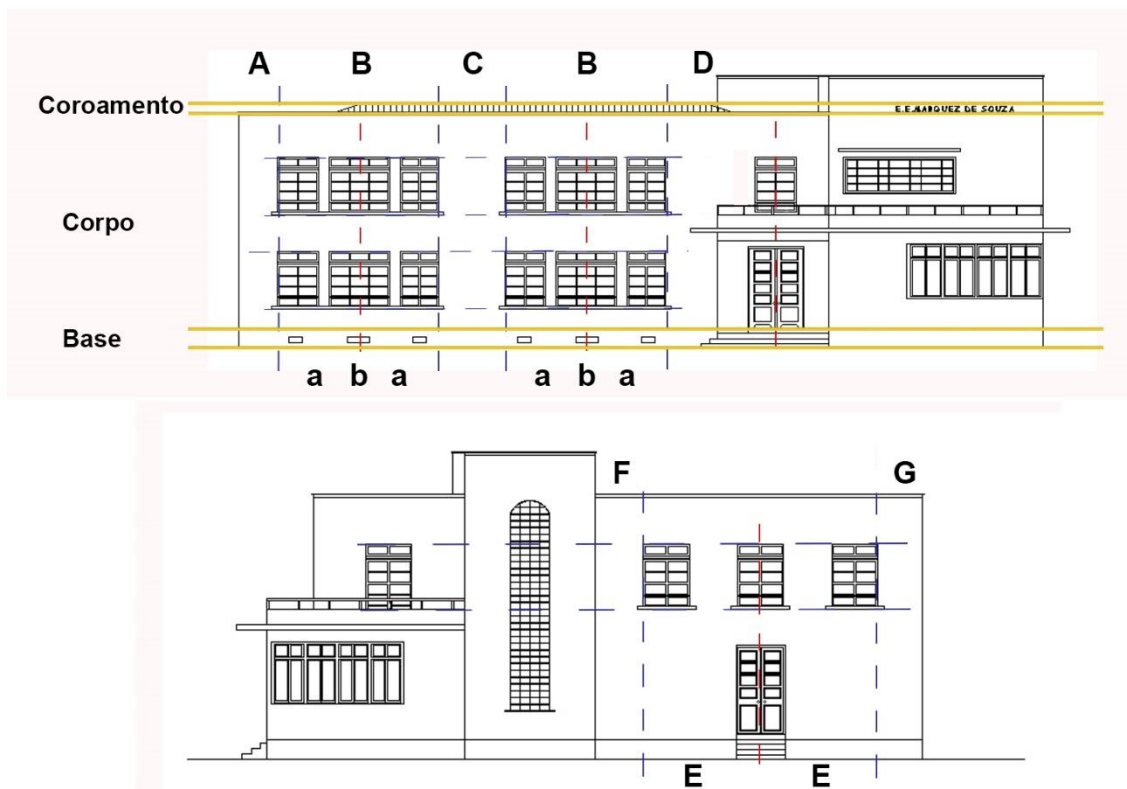


Figura 1415 - Fachadas Sudeste e Nordeste E.E.E.F. Marques de Souza, indicando a distribuição das esquadrias e a marcação horizontal da edificação.
 Fonte: Desenho das fachadas 5º CROP, esquema da autora (2018).

Nas fachadas do I.E.E. Assis Brasil, os elementos de arquitetura diferem-se pelas esquadrias circulares de formas curvas que interrompem sua retilinearidade. Alguns elementos de composição apresentam essa sinuosidade, sendo estas as referências do *Art Déco*, como também são os terraços, os espaços recuados, os volumes geométricos, a pouca ornamentação e a valorização das esquinas (SILVEIRA, 2012).

As escolas E.E.E.F. Joaquim Caetano e E.E.E.F. Marques de Souza não possuem formas curvas, o telhado cerâmico aparente é mais discreto se comparado ao do I.E.E. Assis Brasil. A fachada Nordeste da E.E.E.F. Marques de Souza possui três janelas com medidas iguais, porém não seguem o esquema de esquadrias da fachada principal.

Pode-se observar pela análise das testadas a marcação da base, corpo e coroamento, característica que proporciona monumentalidade à edificação. O suporte da base é marcado pelas gateiras e pela leve saliência, o corpo pelos elementos de arquitetura e o coroamento pela platibanda que deixa aparente

parte do telhado cerâmico e também pelos guardas corpos metálicos dos terraços.

Pode-se entender que o objeto edificado é concebido para atender, além das necessidades de uso físico, questões psicológicas e sociais. O arquiteto tem papel fundamental, podendo representar nas construções símbolos que remetem à sua formação, características pessoais, ou a influências políticas. A arquitetura atuante como mensagem político-social, é absorvida e replicada através do condicionamento dos atos da população.

Quando observadas as escolas projetadas por Pianca, pode-se identificar a mudança que houve entre as primeiras no momento em que são comparadas às de projetos padrão *Art Déco*. O contexto histórico, social e político, junto às análises abordadas na dissertação embasam o argumento de que as escolas construídas em 1940, apresentadas a partir de um novo aspecto formal e funcional, são emissárias do caráter ideológico do Estado.

O *Art Déco*, a monumentalidade, a hierarquia e o contraste das edificações com seu entorno são evidências desses ideais. A réplica de projetos, entendida como meio para otimizar as construções, é também exemplo da homogeneização da sociedade através da educação. Pela organização funcional, pode-se perceber a importância de alguns ambientes de acordo com seu posicionamento, os quais foram configurados e dispostos pelas circulações, e suas intenções como ferramentas de controle.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto nessa pesquisa podemos compreender que as iniciativas visando o processo de ensino se fortaleceram a partir da Primeira República, momento que as possibilidades do acesso à educação aumentaram e começaram a ser construídos prédios específicos para o uso educacional. Nesse período, os Grupos Escolares, entendidos como símbolos de progresso, representaram, através de sua linguagem arquitetônica, os ideais do governo. Essas expressões podem ser observadas pela diferenciação entre a edificação da escola e seu entorno, que pode ser percebida pela sua monumentalidade na construção, o que pode ser entendido como um indicativo do poder dos governantes sobre os governados.

Entre as décadas de 1920 e 1930 houve o início da manifestação, através dos intelectuais da época, do método pedagógico Escola Nova, que foi difundido durante o governo de Getúlio Vargas, com intenção de reformular o sistema de ensino e moldar a nação. Os ideais desse método pretendiam ser alcançados por meio de uma educação pública, obrigatória e gratuita, buscando uma instituição nacionalista e moderna, conceito reforçado pela arquitetura racionalista.

Atendendo ao novo programa escolar, a partir de 1936, as construções deveriam seguir diretrizes propostas por cada estado, com implantações em L, E ou Z. Em comparação aos prédios existentes, é possível perceber que houve melhorias em relação ao conforto ambiental, porém, foi visto que essa não era uma prioridade do programa. Começaram a ser realizados ambientes para sala médica, sala odontológica, auditório, ginásio, sala de leitura e *hall*. No Rio Grande do Sul, da mesma forma que no restante do Brasil, a educação foi reformulada e, conseqüentemente, se fez imprescindível a construção de novas instituições.

As mudanças ocorridas durante o desenvolvimento industrial acarretaram transformações na sociedade e conseqüentemente a necessidade de modernização da arquitetura. A otimização das construções foi alcançada através de novas técnicas e práticas construtivas, em que também eram

utilizados volumes puros, linhas geométricas e pouca ornamentação, facilitando a padronização das edificações.

O *Art Déco* estabeleceu-se no Brasil como uma linguagem representante do progresso, e começou a ser utilizado em prédios de uso coletivo, institucionais e habitações. O Governo de Getúlio Vargas empregou projetos padrão *Art Déco* como propaganda política e símbolo do governo, para transmitir ideia de poder e evidenciar o desenvolvimento da nação.

A expressão manifestou-se em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, nos anos de 1930. As características do *Art Déco* foram impressas através da presença de linhas curvas, recuos, marcações horizontais, terraços, guarda corpos metálicos e janelas de canto. Essa linguagem arquitetônica, que se manifestou internacional, foi uma transição em direção à modernidade. Por outro lado, alguns autores apontam que pode ser considerada uma manifestação da arquitetura totalitária impulsionada pela atuação dos imigrantes alemães no Brasil.

A grande massa imigratória de alemães que chegou ao estado do Rio Grande do Sul, em razão da campanha de imigração, no ano de 1822, junto à falta de suporte do governo, ocasionou a implementação de escolas particulares, por partes dos imigrantes e financiado pelo Consulado Alemão de Porto Alegre, em que eram ensinados o idioma e a cultura estrangeira. Com a ascensão dos regimes totalitários, somada à grande população de alemães e italianos no Sul do país, foi adotada em 1938, como resposta pelos governantes, a medida de nacionalização do ensino. De forma que foram contratados professores e inspetores para controlar e punir quem estivesse fora das novas regras.

Com o aumento da população de imigrantes alemães o partido nacional socialista começou a se fortalecer no estado, os filiados do partido recebiam meios informativos como jornais e revistas, e incentivo de suas filiais para viagens ao exterior com intuito de participarem de congressos. Posteriormente, de maneira consequente às propagandas militares, os cidadãos eram incentivados a alistarem-se no exército nazista, ainda que de maneira não obrigatória. Os teuto-brasileiros que não faziam parte e estavam em desacordo

com os ideais do partido eram perseguidos e denunciados ao governo do III^o Reich.

A repressão do governo a escolas estrangeiras acarretou na necessidade de construção de novos educandários. No Rio Grande do Sul foram fechadas 241 instituições e, em seguida, foi proposta pelo governo a implementação de 49 prédios em zona urbana e 79 em zona rural, todas com projeto padrão. As escolas tornaram-se ferramentas de controle e organização segundo certos ideais. Esse ideário político ficou exposto nos estandartes para hasteamento de bandeiras, na execução obrigatória do hino, nos momentos cívicos e na arquitetura do prédio escolar.

As instituições escolares, atendendo às mudanças políticas e sociais, serviram como ferramenta de nacionalização, doutrinando e moldando as condutas estudantis. As instituições públicas construídas em linguagem *Art Déco*, de maneira geral, e principalmente as edificações escolares dessa fase, através de símbolos e marcos de exaltação ao Estado Novo, condicionavam e controlavam os estudantes, representando o progresso e o poder do estado.

Essas escolas tiveram seu projeto arquitetônico desenvolvido pelo engenheiro João Baptista Pianca, formado na cidade de Porto Alegre no contexto do positivismo gaúcho e do método Escola Nova. A partir da visita à SOP pôde-se visualizar a evolução dos projetos escolares das edificações, que são o objeto deste estudo. No ano de 1937 as instituições previam a capacidade de 200 alunos, organizadas em um único pavimento. Podemos perceber uma distinção entre os projetos, que ora apresentam uma arquitetura conservadora próxima à colonial e ora outra tendente à modernista, com linhas geométricas e pouca ornamentação. No ano de 1938, os projetos tornam-se mais elaborados, aumentando a capacidade para 500 alunos distribuídos em dois pavimentos, porém ainda distinto do modelo estudado.

A partir de 1939 o programa de necessidades encontrado nos prédios educacionais torna-se mais complexo, pois começa a atender ao método pedagógico Escola Nova e às atualizações sanitárias da época. São essas escolas o foco deste estudo. Os projetos possuem planta em L, até três pavimentos, volumes geométricos e características *Art Déco*. Ocorrem variações

no número de alunos a serem atendidos, de 200 à 750, e consequentemente, mudanças no número de pavimentos. As edificações planejadas por Pianca fizeram parte de um projeto padrão, e neste trabalho foram identificadas 39 edificações pertencentes a esse modelo.

Ao compararmos as edificações escolares construídas nos anos de 1930 com as aquelas da República Velha, podemos perceber que as últimas apresentam diferença em relação à elevação do nível do solo, à rigidez na implantação e simetria das fachadas, menor quantidade de ambientes e menos ornamentação. Observa-se que essa diferenciação é consequência da evolução da complexidade do programa, do surgimento do pensamento higienista, e da utilização de novas técnicas construtivas. Porém podemos notar que nesses dois momentos históricos a escola é tratada como lugar de destaque.

As instituições encontradas e catalogadas foram divididas em 5 grupos, conforme já apresentado. A partir desses exemplares foi construída uma linha sequencial de abordagem que trata tanto dos aspectos subjetivos de projeto, quanto da materialização da construção. Nota-se que no decorrer do processo de projeto dessas escolas foram inseridas na edificação simbologias e intenções do Estado.

As análises foram fundamentadas mediante a reunião e recombinação de categorias de ensaios, baseadas na abordagem dos autores: Ching (2013), Clark e Pause (1987), Martínez (2000), Waisman e Tedeschi (1978). Através da compreensão dos métodos utilizados pela bibliografia, observou-se a mescla de diversos conceitos e a transição dos aspectos subjetivos aos objetivos. Pode-se notar que toda materialidade de uma construção inicia na intenção de seu projetista. A síntese, dividida em Intenções (aspectos subjetivos) e Materialização (transição), permitiu, além de, recuperar a noção de estilo, relacionar os grupos determinados com instrumentos conceituais de projeto, identificando os sinais intrínsecos da materialidade.

Partindo da ideia de que a arquitetura é uma forma de linguagem, compreender o contexto em que foram implementadas as escolas e a arquitetura *Art Déco* se fez fundamental para elucidar as simbologias representadas no prédio escolar. A implantação em esquina, localização do terreno e o padrão de

projeto evidenciam a construção, tornando-a marco de fácil identificação e referência de identidade cultural, reflexo da utilização de um projeto padrão. Além da configuração em L, se destacam os elementos de sala de leitura, auditório, terraços e estandartes.

O projeto padrão, entendido como uma opção para economia e otimização das construções, é, do mesmo modo, um meio de padronização e uniformização. Essa prática, aliada às características que simbolizam o autoritarismo inseridas nos projetos arquitetônicos analisados, condicionaram o comportamento social, reduziram as liberdades e apresentavam o potencial de alienação a sociedade, sendo, dessa maneira, utilizada como instrumento político de identidade do Governo, servindo assim como ferramenta de controle e nacionalização.

Os objetivos pretendidos com a pesquisa foram alcançados, porém existiram limitações referentes à bibliografia existente sobre o *Art Déco* e a dificuldade em encontrar material que explicitasse melhor a arquitetura como símbolo do Governo. O acesso a documentos históricos, imagens, entre outros, de algumas escolas foi limitado, pois encontram-se espalhados por todo o estado, sendo a maioria localizada em cidades do interior. Por outro lado, algumas direções de escolas não responderam às tentativas de contato.

Para atender ao que foi proposto neste trabalho foi necessária a compressão de acontecimentos históricos e arquitetônicos. A historiografia abrangeu e delimitou a parte subjetiva e oculta de influências sociais, psicológicas, físicas e de território à época, as quais determinaram as limitações construtivas. Já a parte arquitetônica, compreendeu a pesquisa sobre o *Art Déco*, o programa escolar, a forma, função, escala/proporção e plástica, que evidenciaram as características palpáveis, visíveis e objetivas.

As instituições analisadas nessa pesquisa são exemplares da arquitetura *Art Déco*, a qual possui pouco reconhecimento histórico e, dessa maneira, para muitos, não estimula o interesse para seu estudo. Quando analisados os aspectos históricos, construtivos, sociais, funcionais das escolas com projeto padrão percebemos seu valor.

Das 39 instituições pertencentes ao padrão estudado, em 18 foram identificadas ampliações. Temos como exemplos a Escola Assis Brasil, Pelotas/RS, em que foram acrescentadas salas de aula que alteraram as duas fachadas principais. Também, a Escola Gomes Jardim, Guaíba/RS, na qual o terraço virou sala de aula, o telhado que era encoberto por platibanda foi totalmente exposto, uma das saídas para o pátio foi fechada para funcionar como sala de diretoria e foi anexado ao prédio original um bloco retangular para salas de aula.

Espera-se, dessa maneira, que esse trabalho contribua para a reflexão sobre a necessidade de preservação do patrimônio escolar *Art Déco*, que vem sendo modificado e está perdendo suas características originais.

Como possibilidade para trabalhos futuros conjectura-se: 1) Abordagem sobre a influência dessas edificações no comportamento dos alunos que viveram àquela época, solidificando o conceito da escola como instrumento de controle e de padronização esquematizadas pelo Governo; 2) Identificar e catalogar demais projetos elaborados pelo engenheiro João Baptista Pianca, registrando o material, com intenção de evidenciar a importância desse profissional na elaboração de projetos padrão para escolas no estado.

Referências

- ALVES, Gabrielle W. **Políticas de saúde pública no Rio Grande do Sul: continuidades e transformações na era Vargas (1928-1945)**. 2011. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2372/1/430450.pdf> Acesso em: Março, 2020.
- ARAÚJO, José Carlos S.; SOUZA, Rosa F.; PINTO Rubia-Mar N. **Escola Primária na Primeira República (1889 - 1930): subsídios para uma história comparada**. São Paulo: Junqueira & Marin, 2012. 352 p.
- A. H. RS - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Relatório de 10/02/1939, apresentado ao Secretário de Educação e Saúde Pública J. P. Coelho de Souza**, pelo diretor da seção administrativa encarregado dos serviços atinentes a nacionalização do ensino. Porto Alegre, 1939. 12 p.
- AZEVEDO, Giselle A. N.; BASTOS, L. E. G.; BLOWER, H. S. Escolas de ontem, educação hoje: é possível atualizar usos em projetos padronizados? *In: III Seminário Projetar*, Porto Alegre, RS, 2007. **Anais [...]**. Porto Alegre: 2007. 17 p. Disponível em: http://www.gae.fau.ufrj.br/assets/escola_ontem_edu_hj_gana_leo_hsb.pdf Acesso em: Setembro, 2018.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva S.A, 1983. 729 p.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília. Universidade de Brasília. 13. ed. vol. 1. 2009. 674 p.
- . **Dicionário de política**. Brasília. Universidade de Brasília. 13. ed. vol. 2. 2010. 656 p.
- BUFFA, Ester; PINTO, Gelson P. **Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas 1893-1971**. São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, 2002. 174 p.
- CHAVES, Celma. Arquitetura, modernização e política entre 1930 e 1945 na cidade de Belém. **Arquitextos**, São Paulo, 094.06, ano 08. 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.094/161>. Acesso em: Setembro, 2018.
- CHING, Francis D. K. **Arquitetura: forma, espaço e ordem**. Porto Alegre: Bookman. 3. ed. 2013. 438 p.
- CLARK, Roger H.; PAUSE, Michael. **Arquitectura: temas de composición**. México: Ediciones G. Gili, S.A. de C.V. 1987. 226 p.
- CORRÊA, Maria E. P.; MELLO, Mirela G.; NEVES Helia M. V. **Arquitetura Escolar Paulista: 1890-1920**. São Paulo: Fundação para o desenvolvimento da educação – FDE, diretoria de obras e serviços. 1991. 172 p.
- CORREIA, Ana P. P. História & arquitetura escolar: a cidade e a escola rumo ao progresso (1943-1953). *In: XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH*: 50

anos, USP, São Paulo, 2011. **Anais [...]**. São Paulo: 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anpuhpr/anais/ixencontro/comunicacao-individual/AnaPPCorreia.htm>. Acesso em: Novembro, 2018.

CORREIA, Telma B. O Art Déco na Arquitetura Brasileira. **Revista UFG**, Dossiê Art Déco, Ano XII nº8, Goiás, 2010. 5 p. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48295/23636>. Acesso em: Maio, 2018.

CORSETTI, Berenice. Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930). **Cadernos de educação**, Pelotas, 2008. p.55 - 69. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1740/1620>. Acesso em: Dezembro, 2018.

CRUZ, José B. A.; CARVALHO, Lúcia. **São Paulo 450ª anos: a escola e a cidade, projeto pedagógico CEDAC**. São Paulo: Secretária Municipal de Educação/BEI, 2004.

DÓREA. Célia R. D. Anísio Teixeira e a Arquitetura Escolar: Planejando escolas, construindo sonhos. **Revista da FAEEDBA**. nº 13. Ibicit - Biblioteca Virtual Anísio Teixeira. Salvador, 2000. p.151-160. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/dorea.html>. Acesso: Novembro, 2018.

ELALI, Gleice A. O ambiente da escola – o ambiente na escola: uma discussão sobre a relação escola – natureza em educação infantil. **Estudos de Psicologia**, Universidade Federal de Rio Grande do Norte, 8 (2), 2003. p. 309 – 319. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n2/19047.pdf>, Acesso em: Novembro, 2018.

ERMEL, Tatiane F. **Arquitetura escolar e patrimônio histórico-educativo: os edifícios para a escola primária pública no Rio Grande do Sul (1907-1928)**. 2017. 343 f. Tese (Doutorado em Educação). PUCRS, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7337#preview-link0>. Acesso em: Maio, 2018.

ESCOLANO, Austín; FRAGO, Antonio. **Arquitetura como programa: espaço – escola e currículo**. Rio de Janeiro: DP&A. 2. Ed. 2001. 36 p.

FARIA FILHO, Luciano M.; VIDAL, Diana G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista brasileira de educação**, v.14. Rio de Janeiro, 2000. 17 p. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03.pdf>. Acesso em: Novembro, 2017.

FLACH. Simone F. Direito à educação e obrigatoriedade escolar no Brasil: entre a previsão legal e a realidade. **Revista HISTEDBR**, Campinas, nº 43. 2011. p. 285 – 303. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/43/art20_43.pdf. Acesso em: Setembro, 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. Iphan tomba elevador Lacerda, em Salvador. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Folha online. 08 dez. 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u129160.shtml>. Acesso em: Maio, 2020.

FORTES, Amyr B.; WAGNER, João B. S. **História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: 1963. 487 p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Petrópolis, Editora Vozes, 42. ed. 2014. 6. reimpressão. 2018. 302 p.

FOURQUET, François; MURARD, Lion. **Los equipamientos del poder: ciudades, territorios y equipamientos colectivos**. Barcelona: Gustavo Gili, S.A. 1978. 201 p.

FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 3. Tiragem, (tradução de Modern Architecture com 1. ed. 1997), 2003. 470 p.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986. 1422 p.

GANDINI, Raquel. **Almeida Junior – Coleção Educadores MEC**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 148 p.

GOLDFARB, Marina; TINEM, Nelci. Índícios da modernização da arquitetura escolar na década de 1930 em manuais de obras públicas. *In*: 5º Seminário Ibero-americano de Arquitetura e Documentação. **Anais [...]** Belo Horizonte, 2017. 16 p. Disponível em: <https://even3storage.blob.core.windows.net/anais/71633.pdf>. Acesso em: Agosto, 2018.

GONSALES, Célia. O Palácio de Fernando Corona em Pelotas: inovador, renovador, conservador. **arquiteturarevista**. v. 11, nº 2. São Leopoldo, 2015. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/view/arq.2015.112.02/5164>. Acesso em: Maio, 2015.

GRAZZIOTIN, Luciane S. S.; ALMEIDA, Dóris B. (org.). **Colégios Elementares e Grupos Escolares no Rio Grande do Sul: memórias e cultura escolar - séculos XIX e XX**. São Leopoldo: Oikos, 2016. 272 p.

GUTIÉRREZ, Ramón. **Arquitectura y Urbanismo em Iberoamérica**. Madrid: Edição Cátedra, Grupo Anaya, S.A. 2005. 802 p.

JANTZEN, Sylvio A. D.; OLIVEIRA, Ana Lúcia C. **Renovação Urbana e Reciclagem: orientação para prática de atelier**. Produção Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira - NEAB. Pelotas: Editora e Gráfica Livraria Mundial, 1996.

KIPPER, Marina H. **A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937 - 1945)**. Santa Cruz do Sul: Editora: APESC (Associação Pró-ensino em Santa Cruz do Sul), 1979. 60 p.

KOWALTOWSKI, Doris C.C.K. **Arquitetura Escolar: o projeto do ambiente de ensino**. São Paulo: Oficina de textos. 1ª reimpressão, 2013. 272 p.

KÜMMEL, Márcia B. **Estudo sobre o Art Déco** em Santa Maria/RS: o caso da Avenida Rio Branco e seu patrimônio edificado. 2013. 209 f. Dissertação (Mestrado profissionalizante em patrimônio cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11029/KUMMEL%2c%20MARCIA%20BARROSO.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: Maio, 2020.

LERSCH, Inês. **A busca de um ideário urbanístico no início do século XX: Der Stadtebau e a escola de engenharia de Porto Alegre**. 2014. 421 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, URGs, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/115560>. Acesso em: Abril, 2018

LOURO. Guaciara L. **História, Educação e Sociedade no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Revista Educação e Realidade, cadernos de educação e realidade, nº 1, 1986. 48 p.

LUCHESI. Ticiane A.; KREUTZ, Lúcio. Das escolas de improviso as escolas planejadas: um olhar sobre os espaços escolares da região colonial italiana, Rio Grande do Sul. **Revista brasileira de educação**. vol.12, nº 2 (29). São Paulo, 2012. p. 45-76. Disponível em: <http://educem.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/viewFile/38787/20316>. Acesso em: Maio, 2018.

LUCHESI. Ticiane A. Institucionalização dos colégios elementares do Rio Grande do Sul (1909-1927): 'novo' modelo de escola primária? **Revista Intersaberes**. vol.11, nº 22, 2016. p. 45 - 63. Disponível em: <https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1002/558>. Acesso em: Maio, 2018.

MAHFUZ, Edson C. **Ensaio sobre a razão compositiva: uma investigação sobre a natureza das relações entre as partes e o todo na composição arquitetônica**. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Viçosa. AP Cultural, 1995. 86 p.

MARTÍNEZ, Alfonso C. **Ensaio sobre o Projeto**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1. ed. 2000. 198 p.

MELLO, Rafael R. P. B. de. **O Apostolado Positivista e o projeto da Ditadura Republicana no Brasil (1889-1891)**. 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado em história social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3786. Acesso em: Maio, 2020.

MONTAGNER, Beatriz C. **Arquitetura Moderna em Pelotas, 1950- 1980**. 2015. 334 f. Dissertação (Mestrado em arquitetura) - Universidade Federal de Pelotas, PROGRAU, Pelotas, 2015. Disponível em: <http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca>. Acesso em: Março, 2017.

MOURA, Rosa Maria G. R.; SCHLEE, Andrey R. **100 imagens da arquitetura pelotense**. Pelotas: Pallotti, 2002. 240 p.

MOURA, Rosa Maria G. R. **Protomodernismo em Pelotas**. Pelotas: Editora Universitária UFPEL, 2005. 201 p.

NASCIMENTO, Mario Fernando P. **Arquitetura para a educação: a contribuição do espaço para a formação do estudante**. 2012. 154 f. Dissertação (Mestrado em arquitetura) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-19062012-122428/pt-br.php>. Acesso em: Abril, 2018.

OLIVEIRA, Marcel S. G. **Arquitetura em São Paulo na Era Vargas**. O art déco e a arquitetura fascista nos edifícios públicos (1930-45). 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado em arquitetura) - Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-16032010-093020/publico/Arquitetura_em_Sao_Paulo_na_Era_Vargas.pdf. Acesso em: Maio, 2019.

OLIVEIRA, Fabiana V. **Arquitetura escolar paulista nos anos 30**. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em arquitetura) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-20052010-152808/pt-br.php>. Acesso em: Abril, 2018.

PALMER, Joy A. **50 Grandes Educadores, de Confúncio a Dewey**. São Paulo: Editora Contexto (Fifty major thinkers on education: from Confúncio to Dewey), 2005. 306 p.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. 2. ed. 1979. 444 p.

PY, Aurélio S. **A 5ª coluna no Brasil – A conspiração nazi no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do globo, 1942. 452 p.

QUATREMERE DE QUINCY, Antoine C. **Dizionario storico di architettura: le voci teoriche**, a cura di Valeria Farinati e Georges Teyssot. Veneza: Marsilio Editori, S.P.A. 2. ed. 1992. 291 p.

RAMÓN, José; PEREIRA, Alonso. **Introdução à história da arquitetura, das origens ao século XXI**. Porto Alegre: Bookman, 2010. 384 p.

REZENDE, Vera F.(org.). **Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras**. Niterói: Editora UFF, Intertexto, 2012. 331 p.

RIBEIRO, Darcy. **Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1985. 244 p.

RIBEIRO, Maria L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Editora Cortez, 11. ed. (coleção educação contemporânea), 1991, 180 p.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. **Art Deco no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 3. ed. (coleção guias da arquitetura no Rio de Janeiro), 2001, 162 p.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 39232**. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2014, 4 p. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4722991/4151421/322DECRETO39232ArquiteturaArtDeco.pdf>. Acesso em: Março, 2020.

ROITER, Márcio. **Rio de Janeiro Art Déco**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1. ed. 2011. 255 p.

RÜCKERT, Fabiano Q. A colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul: uma abordagem na perspectiva da história comparada. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. vol. 5. nº 10. p. 203-225. 2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10541>. Acesso em: Maio, 2019.

SÃO PAULO. **Resolução Nº 12/CONPRES/2018**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio, 2018 A. 4 p. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/re1218tombamentoedificiosartdecopdf_1533049962.pdf. Acesso em: Março, 2020.

SÃO PAULO. **Resolução Nº 17/CONPRES/2018**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio, 2018 B. 4 p. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/re1718tombamento10escolasblicaspdf_1527530099.pdf. Acesso em: Agosto, 2018.

SCHERER, Regina M. D. **Sistema municipal de ensino de Porto Alegre**: da sua constituição às contribuições para as políticas públicas de educação no município. 2015. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/128902>. Acesso em: Maio, 2018.

SCHLEE, Andrey R. **O ecletismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40**. 1993. 222 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/1752>. Acesso em: Novembro, 2017.

———. O último eclético. **Arquitexto**. Porto Alegre, UFRGS, 3-4, p. 136-144. 2003. Disponível em: https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_3-4/14_Andrey%20Rosenthal%20Schlee.pdf. Acesso em: Janeiro, 2019.

SCHWARCZ, Lília M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das letras, 2019. 273 p.

SCHWARTZMAN, Simon. **Estado Novo, um Auto-retrato** (Arquivo Gustavo Capanema). Distrito Federal: Coleção Temas Brasileiros, Universidade de Brasília, vol. 24. 1982. 620 p.

SEC - Secretaria de Educação e Cultura. **Boletim do centro de pesquisas e orientações educacionais - 1947 no RS**. Porto Alegre, 1947.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Editora da universidade de SP, acadêmica 21, 1997. 224 p.

SILVEIRA, Junior, Antônio P. **Referência, mídia e projeto:** compreendendo a estética da arquitetura protomodernista em Pelotas-RS. 2012. 410 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal de Pelotas, PROGRAU, Pelotas, 2012. Disponível em: <http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca>. Acesso em: Maio, 2017.

SOBRINHO, Paulo G. M. A presença teuta no Rio Grande Sul do século XIX Um lacônico estudo sobre as consequências econômicas, sociais e culturais. **Revista Semina**, v. 13, nº 1, Passo Fundo, 2014. p. 32-45. Disponível em: <file:///C:/Users/cliente/Downloads/4343-Texto%20do%20artigo-15338-1-10-20141211.pdf>. Acesso em: Dezembro, 2018.

SOUZA, J. P. C. **Livro Denúncia**. Porto Alegre: Editora Thurmman, Conferência realizada na Associação Brasileira de Educação, no Rio de Janeiro, em novembro de 1941, 2. ed. 1941. 118 p.

SPEER, Albert. **Por dentro do III Reich:** os anos de glória. Brasil: Artenova S.A. (Erinnerungen de 1970), 3. ed. 1971. 236 p.

STROETER, João R. **Arquitetura e Teorias**. São Paulo: Nobel, 1986. 210 p.

TEDESCHI, Enrico. **Teoría de la arquitectura**. Buenos Aires: Edição Nueva Visión, 1978. 311 p.

VALDEMARIN, Vera T. **História dos métodos e materiais de ensino:** a escola nova e seus modos de uso. São Paulo: Editora Cortez, Biblioteca básica da história da educação brasileira, vol. 6. 2010. 219 p.

VIANA, Alice O. **A persistência dos rastros:** manifestações do art déco na arquitetura de Florianópolis. Santa Catarina: UDESC, 2011. 323 p.

WAISMAN, Marina. **La estrutura histórica del entorno**. Buenos Aires: Edição Nueva Visión, 3. ed. 1985. 286 p.

WEIMER, Gunter. **A Vida Cultural e a Arquitetura na República Velha Rio-Grandense (1889 - 1945)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1. ed. 2003. 328 p.

——— **Arquitetura Modernista em Porto Alegre entre 1930 e 1945**. Porto Alegre: UE, Série Corona, 1998. 173 p.

——— **Arquitetos e Construtores no RS 1892-1945**. Santa Maria: Editora UFSM, 2004. 207 p.

——— **Arquitetura Popular da Imigração Alemã**. Porto Alegre: UFRGS, 2. ed. 2005. 296 p.

——— **Arquitetura (Síntese rio-grandense)**. Porto Alegre: UFRGS, 4. ed. 2006. 161 p.

WERLE, Bibiana. **A campanha de nacionalização e sua memória no alto do Taquari (RS)**. 2014. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, IFCH, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/88346>. Acesso em: Maio, 2018.

Apêndices

Apêndice A - Fichas IPHAE

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) além de realizar ações de tombamento também desenvolve ações de proteção ao patrimônio cultural, como inventários e implementações de legislações municipais, através de parcerias com os municípios. Em 2012 foi criado o sistema de rastreamento cultural que busca através do levantamento de dados, referentes a formas e expressões culturais, facilitar o inventário de bens culturais do Estado, através da liberação de fichas e manuais para preenchimento. O site do IPHAE disponibiliza o download destas fichas e manuais. Para este trabalho foi utilizada a ficha caracterizada como M01 – Bens edificadas.

Para o preenchimento da ficha é necessária a identificação de alguns parâmetros como localidade, denominação do bem, endereço, proprietário, uso, coordenadas geográficas, se existe algum tipo de proteção, qual a proteção proposta, quais são os valores estabelecidos ao bem, fotografias do imóvel, imagens complementares, planta de localização e plantas baixas, entre outros.

A partir do preenchimento da ficha de catalogação de bens edificadas, apresentada, pode-se perceber que o item “valores atribuídos ao bem”, torna-se demasiadamente subjetivo, neste trabalho. Pois é notável que todas as escolas possuem valor frente à formação de cidadãos, porém há diferentes níveis de apropriação entre as edificações analisadas e essa diferença é de difícil mensuração, apesar da identificação desses valores serem de importância para preservação do patrimônio.

Algumas instituições carecem de informações mais detalhadas a respeito da documentação histórica, iconográfica e arquitetônica. Portanto, as fichas foram preenchidas conforme a disponibilidade ao acesso desses dados.

Município: Pelotas

Ficha Nº:

Localidade: Pelotas

Denominação do bem: Instituto Estadual de Educação Assis Brasil – I.E.E.A.B.

Endereço/Localização: Rua Antônio dos Anjos, n.º 396, CEP: 96020-700, Pelotas-RS

Proprietário: Estado do Rio Grande do Sul

Uso original e atual: Escola; Escola

Latitude: 31°45'24"S Longitude: 52°20'01"O

Erro Horizontal:

Proteção Existente: O bem encontra-se dentro da área de Focos Especiais de Interesse Cultural (FEICs) segundo o Plano diretor da cidade de Pelotas.

Proteção Proposta: Inventário

Bens Móveis: -

Valores estabelecidos ao bem: Significado social, memória coletiva e valor arquitetônico. Os valores social e de memória coletiva são atribuídos ao fato da edificação atender e facilitar o acesso à população às questões educacionais e por marcar um período histórico. Já o valor arquitetônico é dado por utilizar um novo programa e padrão arquitetônico, assim como por apresentar características arte decô.

Histórico:

O prédio da escola foi fundado em 1942 e fez parte de um programa do governo estadual. O projeto classificado como projeto-tipo foi realizado pelo arquiteto João Baptista Pianca e possui características arte decô. A edificação passou por ampliação nos anos 80. A instituição destaca-se pela quantidade de alunos matriculados, que no ano de 1980 contava com 2.135 alunos, pela grande área construída, pelo funcionamento durante três turnos e pela qualidade de ensino. Podemos notar a importância da escola para a sociedade em razão da participação de populares e empresários nos eventos promovidos pelo educandário.

Documentação Iconográfica:



Levantamento Fotográfico atual:

Fotos externas – Março, 2018.

Foto da esquina apresentando as fachadas principais



Fachada Sudoeste: o volume a esquerda exibe a ampliação realizada em 1980.



Foto fachada principal: destacam-se o mastro, para hasteamento de bandeiras, e a esquadria vertical, metálica do tipo basculante localizada no volume da escada.



Fotos pátio interno – Maio, 2016.

Fachada Nordeste: o volume curvo salienta o espaço para circulação vertical.



Fachada Noroeste: esquadria vertical marcando a escada. À direita volume construído nos anos 80.



Imagens complementares (entorno, edificações)

Residências confrontantes à escola pela Rua Antônio dos Anjos:



Residências confrontantes à escola pela Rua Anchieta:



Imagens complementares (entorno, edificações)

Residências confrontantes à escola nas esquinas da Rua Gonçalves Chaves:



Residências confrontantes à escola pela Rua Gonçalves Chaves:



Residências em lotes lindeiros à escola, pela Rua Gonçalves Chaves:



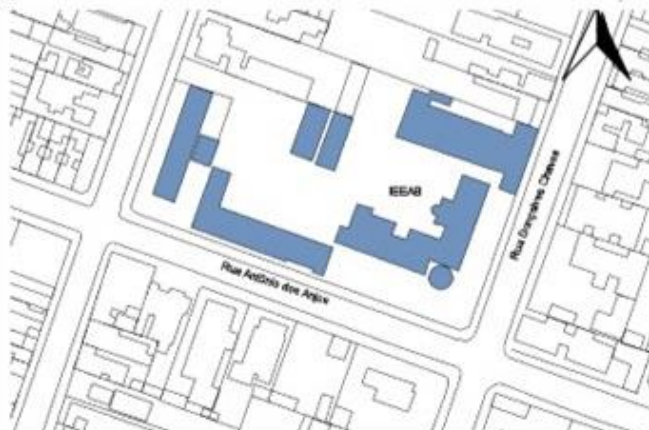
Caracterização do entorno imediato: A escola encontra-se em uma área de uso misto com predominância de uso residencial, o entorno é caracterizado por residências que possuem de 1 a 2 pavimentos. As calçadas são amplas, com maior predominância de vegetações urbanas na Rua Gonçalves Chaves, ambas as ruas possuem seus leitos asfaltados. Parte do entorno encontra-se em área de Focos Especiais de Interesse Cultural, segundo o plano diretor da cidade.

Análise Arquitetônica:

Acredita-se que a edificação de 3 pavimentos foi construída com estrutura de concreto armado e paredes não estruturais de alvenaria cerâmica, as paredes internas e externas possuem acabamento em reboco. O prédio possui características arte decô, com alguns elementos marcantes como platibanda cega com formas retas, cobertura com telha cerâmica, marcação horizontal acima das esquadrias de madeira, valorização da esquina, volumes geométricos e pouca ornamentação. O programa arquitetônico da escola é inovador, adota um partido em L, além das salas de aula, conta com hall de entrada, biblioteca, auditório, consultório odontológico e médico, ginásio, vestiários, refeitório e salas administrativas.

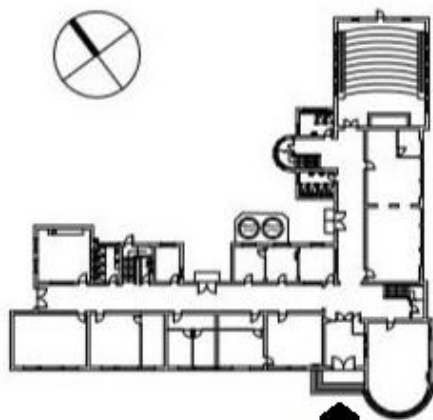
Atualmente a instituição encontra-se bem degradada, são evidentes as manifestações patológicas como manchas de umidade, fissuras, empolamento, mancha de fungos e sujeira causadas pela falta de manutenção, além disso, a pintura está precária e várias esquadrias estão com vidros quebrados.

Planta de situação atualizada

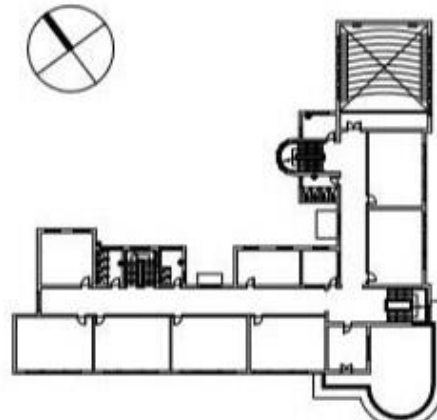


Croqui / planta baixa – Escala 1:20000

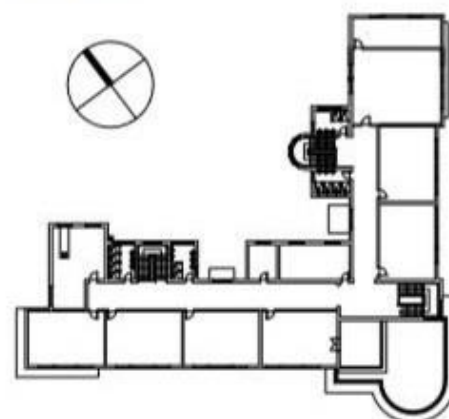
1º Pavimento



2º Pavimento



3º Pavimento





Município: Jaguarão

Ficha Nº:

Localidade: Jaguarão

Denominação do bem: Escola Estadual de Ensino Fundamental Joaquim Caetano da Silva.

Endereço/Localização: Av. 27 de Janeiro, n.º 993, CEP: 96300-000, Jaguarão-RS

Proprietário: Estado do Rio Grande do Sul

Uso original e atual: Escola; Escola

Latitude: Longitude:

Erro Horizontal:

Proteção Existente: A edificação foi cadastrada no Inventário do Patrimônio Arquitetônico da Cidade de Jaguarão no ano de 1987. Não possui proteção a nível estadual.

Proteção Proposta: Inventário

Bens Móveis: -

Valores estabelecidos ao bem: Valor social e valor arquitetônico. A edificação possui valor social, pois atende e facilita o acesso a população as questões relacionadas à educação, marca um período do governo, e arquitetônico, por utilizar um novo programa arquitetônico e apresentar características arte decô.

Histórico:

A construção do prédio foi concluída em 31 de março de 1941 e a escola iniciou suas atividades no ano de 1942. No ano de 2000 a edificação passou por reforma, na qual foram construídas três salas de aula, refeitório e cozinha, em um volume independente da construção original. Também aconteceram adaptações internas, o antigo auditório foi reformado e no momento é utilizado como sala de aula, tendo demolidas suas escadas e palco em madeira.

Documentação Iconográfica:

Levantamento Fotográfico atual: Abril, 2019 (Acervo da autora).

Foto da esquina apresentando as fachadas principais.



Fachada Sul. Enfatiza-se o terraço, que era utilizado em momentos cívicos e marca a esquina do lote.



Fotos pátio interno – Maio, 2013 (Fonte: <https://www.facebook.com/joaquim.caetanodasilva.3>, acesso Fevereiro, 2019)



Imagens complementares (entorno, edificações)

Residências confrontantes à escola pela Rua Vinte e Sete de Janeiro.



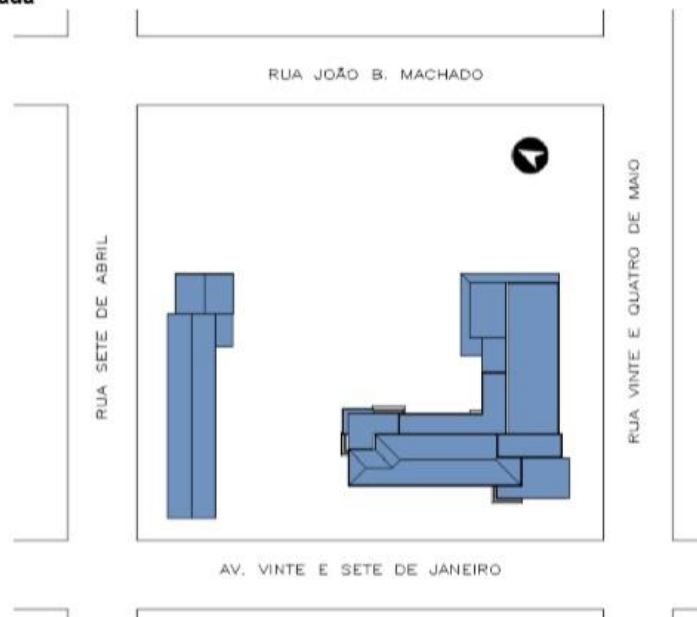
Vista da praça Comendador Azevedo, em diagonal o antigo Cine Regente (1958). Aerofoto da escola Joaquim Caetano.



Análise Arquitetônica:

Acredita-se que a edificação de 2 pavimento foi construída com estrutura de concreto armado e paredes não estruturais de alvenaria cerâmica, as paredes internas e externas possuem acabamento em reboco. O prédio possui características arte decô, com alguns elementos marcantes como platibanda cega com formas retas, cobertura com telha cerâmica, marcação horizontal acima das esquadrias de madeira, valorização da esquina, volumes geométricos e pouca ornamentação.

Planta de situação atualizada

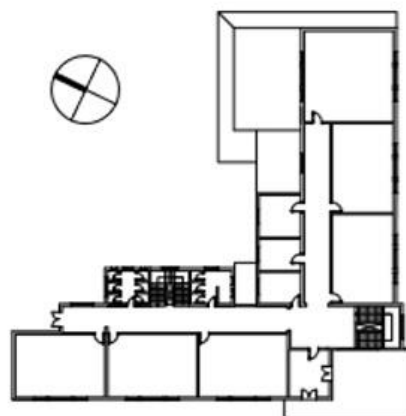


Croqui / planta baixa – Escala 1:17500

1º Pavimento



2º Pavimento



Município: Guaíba

Ficha Nº:

Localidade: Guaíba

Denominação do bem: Instituto Estadual de Educação Gomes Jardim.

Endereço/Localização: Rua Dr. Montauri, n.º 289, CEP: 92500-000, Guaíba-RS

Proprietário: Estado do Rio Grande do Sul

Uso original e atual: Escola; Escola

Latitude: Longitude:

Erro Horizontal:

Proteção Existente:

Proteção Proposta: Inventário

Valores estabelecidos ao bem: Valor social e valor arquitetônico. A edificação possui valor social, pois atende e facilita o acesso a população as questões relacionadas à educação, marca um período do governo, e arquitetônico, por utilizar um novo programa arquitetônico e apresentar características arte decô.

Histórico:

A construção do prédio foi concluída em 1941. Para atender a demanda de alunos, foi construído um volume anexo ao prédio original, com oito salas de aula. O terraço foi fechado com paredes de alvenaria para tornar-se uma sala de aula e no ano de 2017 voltou ao seu uso original. Um dos acessos ao pátio foi fechado para abrigar a sala da diretoria. As quatro salas de aula do primeiro pavimento foram integradas e formaram um ambiente para sala de leitura e outro para administração.

Documentação Iconográfica:

Fachadas principais e fachadas dos fundos. Imagens do acervo da Escola.



Após observação de fotografia antiga pode-se concluir que apesar de atualmente a escola contar com telhado cerâmico aparente acredita-se que ele foi alterado durante uma reforma e era parcialmente encoberto por platibanda.

Levantamento Fotográfico atual:

Fotos externas – Dezembro, 2019 (Acervo da autora).



Enfatiza-se o terraço, que era utilizado em momentos cívicos e marca a esquina do lote, o mastro, para hasteamento de bandeiras.



Fotos pátio interno –

Fachada Norte

Fachada Leste, construção anexa ao prédio original e prédio de dois pavimentos aos fundos do lote.



Imagens complementares (entorno, edificações)

A esquerda volume anexo construído posteriormente ao prédio de 1941. Imagem do entorno da escola.



Análise Arquitetônica:

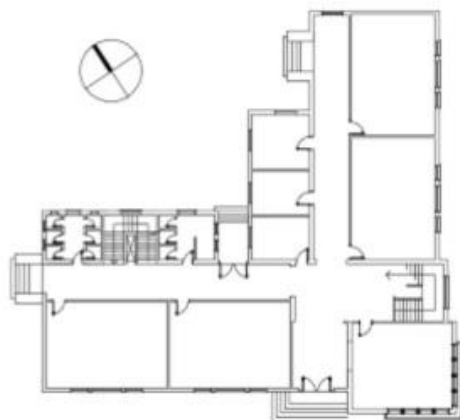
Acredita-se que a edificação de 2 pavimentos foi construída com estrutura de concreto armado e paredes não estruturais de alvenaria cerâmica, as paredes internas e externas possuem acabamento em reboco. O prédio possui características arte decô, com alguns elementos marcantes como platibanda cega com formas retas, cobertura com telha cerâmica, marcação horizontal acima das esquadrias de madeira, valorização da esquina, volumes geométricos e pouca ornamentação. No ano de 2019 o prédio possui infiltrações e necessitava manutenções como pintura.

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa – Escala 1:17500

1º Pavimento



▲
Acesso

2º Pavimento



Município: São José do Norte

Ficha Nº:

Localidade: São José do Norte

Denominação do bem: Instituto Estadual de Educação Fundamental Marques de Souza.

Endereço/Localização: Rua Marechal Floriano, n.º 191, CEP: 96225-000, São José do Norte-RS

Proprietário: Estado do Rio Grande do Sul

Uso original e atual: Escola; Escola

Latitude: Longitude:

Erro Horizontal:

Proteção Existente: A escola encontra-se inserida na área do centro histórico, a qual foi tombada pelo IPHAÉ (número de inscrição 138), em 2014.

Proteção Proposta: Inventário

Data Máxima:

Valores estabelecidos ao bem: Significado social, memória coletiva e valor arquitetônico. Os valores social e de memória coletiva são atribuídos ao fato da edificação atender e facilitar o acesso à população às questões educacionais e por marcar um período histórico. Já o valor arquitetônico é dado por utilizar um novo programa e padrão arquitetônico, assim como por apresentar características arte decô.

Histórico:

A edificação teve sua construção iniciada em 02/08/1939, fazendo parte do programa de projetos padrão, sendo finalizada em 14/10/1940. No dia de inauguração a instituição contou com a presença de autoridades da época, o Secretário de Educação J.P. Coelho de Souza, o Secretário de Obras Públicas Antônio Meireles Leite, o prefeito e a imprensa. O imóvel foi reformado e ampliado no ano de 1977, com o passar dos anos aconteceram diversas intervenções como construção de um auditório incorporado à edificação original.

Documentação Iconográfica:



Levantamento Fotográfico atual:

Fotos externas – Setembro, 2018.

Foto fachada principal Sudeste.



Foto da esquina apresentando as fachadas principais.



Enfatiza-se o terraço, que era utilizado em momentos cívicos e marca a esquina do lote, o mastro, para hasteamento de bandeiras, e a esquadria vertical localizada no volume da escada, a qual foi substituída por blocos de vidro em uma das reformas realizadas na edificação.



Fotos pátio interno

Fachada Norte: o volume da esquerda, com um pavimento, foi construído para atender como auditório em uma das reformas.



Fachada Noroeste: O acesso elevado para o ambiente interno determina certa imponência.



Imagens complementares (entorno, edificações)

Residências confrontantes à escola pela Rua Marechal Floriano:



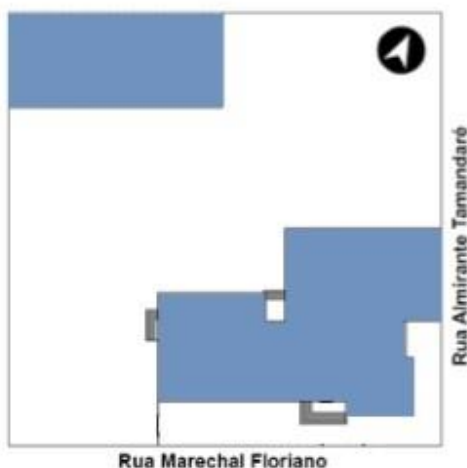
A escola fica aproximadamente a três quadras do desembarque da balsa de acesso à cidade, da igreja e da praça principal. O entorno da escola é caracterizado pela predominância de propriedades de uso misto, com 1 e 2 pavimentos. As ruas são amplas, revestidas com pedras de granito do tipo paralelepípedo, e a Rua Marechal Floriano, que fica em frente à instituição, conta com canteiro central arborizado.

Análise Arquitetônica:

Acredita-se que a edificação de 2 pavimentos foi construída com estrutura de concreto armado e paredes não estruturais de alvenaria cerâmica, as paredes internas e externas possuem acabamento em reboco. O prédio possui características arte decô, com alguns elementos marcantes como platibanda cega com formas retas, cobertura com telha cerâmica, marcação horizontal acima das esquadrias de madeira, valorização da esquina, volumes geométricos e pouca ornamentação. O programa arquitetônico da escola é inovador, adota um partido orgânico, além das salas de aula, conta com hall de entrada, biblioteca, auditório, consultório odontológico e médico, ginásio, vestiários, refeitório e salas administrativas.

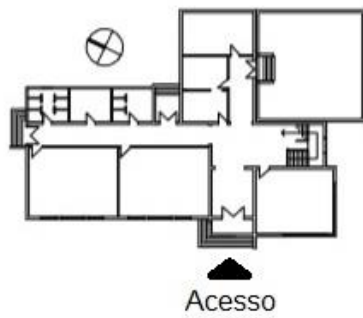
Atualmente a escola encontra-se com algumas manifestações patológicas como manchas de umidade, empolamento, mancha de fungos e sujeira causadas pela falta de manutenção, além disso, a pintura precisa ser reparada.

Planta de situação atualizada

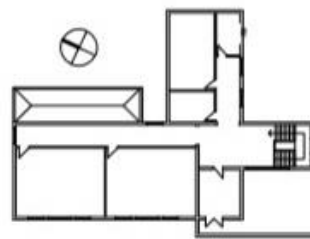


Croqui / planta baixa – Escala 1:15000

1º Pavimento



2º Pavimento



Município: São Lourenço do Sul

Ficha Nº:

Localidade: São Lourenço do Sul

Denominação do bem: Escola Estadual Cruzeiro do Sul.

Endereço/Localização: Rua Quinze de Novembro, n.º 398, CEP: 96170-000, São Lourenço do Sul-RS

Proprietário: Estado do Rio Grande do Sul

Uso original e atual: Escola; Escola

Latitude: Longitude:

Erro Horizontal:

Proteção Existente:

Proteção Proposta: Inventário

Bens Móveis: -

Valores estabelecidos ao bem: Valor social e valor arquitetônico. A edificação possui valor social, pois atende e facilita o acesso a população as questões relacionadas à educação, marca um período do governo, e arquitetônico, por utilizar um novo programa arquitetônico e apresentar características arte decô.

Histórico:

A escola foi inaugurada e iniciou suas atividades no ano de 1948. A edificação passou por reformas e foram construídos novos espaços ao fundo do terreno, distantes da construção original, para atenderem como salas de aula, refeitório e laboratórios.

Documentação Iconográfica:

Levantamento Fotográfico atual:

Fotos externas – Abril, 2019 (Acervo da autora).

Foto da esquina apresentando as fachadas principais.



Enfatiza-se o terraço, que era utilizado em momentos cívicos e marca a esquina do lote, o mastro, para hasteamento de bandeiras.



Fotos pátio interno

Fachada Sudoeste



Fachada Sudeste



Imagens complementares (entorno, edificações)



Volumes construídos ao fundo da escola.



Vista diagonal, do terraço para a praça Dede Serpa.



Residências confrontantes à escola pela Rua Quinze de Novembro.

Análise Arquitetônica:

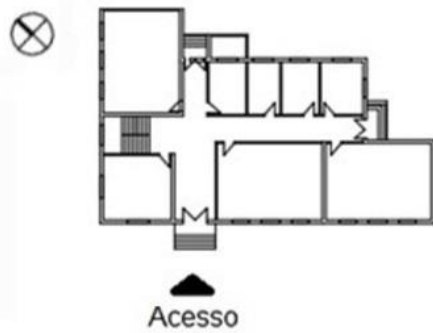
Acredita-se que a edificação de 2 pavimento foi construída com estrutura de concreto armado e paredes não estruturais de alvenaria cerâmica, as paredes internas e externas possuem acabamento em reboco. O prédio possui características arte decô, com alguns elementos marcantes como cobertura com telha cerâmica, marcação horizontal acima das esquadrias de madeira, valorização da esquina, volumes geométricos e pouca ornamentação. No ano de 2019 o prédio se encontrava com boa conservação.

Planta de situação atualizada

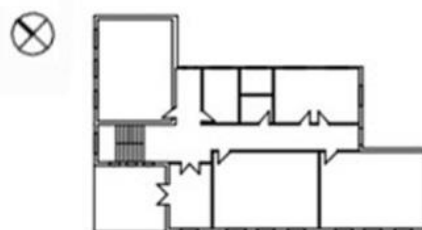


Croqui / planta baixa – Escala 1:17500

1º Pavimento



2º Pavimento



Apêndice B - Tabela de catalogação

Índice	Instituição	Localização	Nº de alunos	Ano da Contr.	Construtor
1	E.E.E.F. Irmãos Andradadas	Canguçu	200	1942-50	Não
2	E.E.E.F. Marques de Souza	São José do Norte	200	1940	Sim
3	E.E.E.M.Prof.Gregória de Mendonça	Santo Ant. da Patrulha	200	-	Não
4	E.M.E.F. Felipe dos Santos	Veranópolis	200	1942	Não
5	I.E.E. Visconde de Taunay	Iraí	200	-	Não
6	E.E.E.M. Frei Caneca	Flores da Cunha	200	-	Não
7	E.E.E.M. Guia Lopes	Candelária	200	-	Não
8	E.E.E.F. Reinaldo Cherubini	Nova Prata PS	200	-	Não
9	E.E.E.F. Guararapes	Arroio do Meio PS	200	-	Não
10	I.E.E. Maurício Cardoso	Soledade	250	1953	Não
11	E.E.E. Cruzeiro do Sul	São Lourenço do Sul	250	1948	Sim
12	I.E.E. Gomes Jardim	Guaíba	350	1941	Sim
13	E.E.E.M. de Estrela	Estrela	350	1941	Não
14	E.E.E.M. Felipe Camarão	São Sebastião do Cai	350	1944-46	Não
15	I.E.E.Cel. Patrício V. Rodrigues	Tapes	350	1940	Sim
16	C.E. Sete de Setembro	Camaquã	350	-	Não
17	E.E. Monte das Tabocas	Venâncio Aires	350	1940-45	Não
18	E.E.E.M. Setembrina	Viamão	350	1940	Não
19	E.B.E. Cícero Barreto	Santa Maria	350	-	Não
20	G.E. Conde Afonso Celso	Bom Jesus	350	1939-43	Não
21	E.E.E.B. Tito Ferrari	São Pedro do Sul	350	1939-46	Não
22	E.E.E. Salgado Filho, bloco B	São Franc. De Assis	350	-	Não
23	E.E.E.F. Fernandes Vieira	Lajeado	350	1929	Não
24	C. Henrique Emílio Meyer	Caxias do Sul PS	350	1940	Não
25	E. Couto de Magalhães	Arroio dos Ratos	500	1943	Não
26	E. Joaquim Caetano	Jaguarão	500	1942	Sim
27	C.E.Apolinário Porto Alegre	Santiago	500	1940	Não
28	E.E.N. 1º de Maio	Porto Alegre	500	1939-41	Não
29	I.E.E. Menna Barreto	São Gabriel	500	-	Não
30	E.E.E.M. Visconde de Mauá	Butiá PS	500	1942	Não
31	I.E.E. Assis Brasil	Pelotas	750	1942	Sim
32	E.E. Silveira Martins	Bagé	750	1942	Não
33	I.E.E. João Neves da Fontoura	Cachoeira do Sul	750	1944	Não
34	E.E.E.F. Castro Alves	São Jerônimo	-	-	Não
35	E.E.E.F. Marçal Pacheco	Rosário do Sul	-	1944-49	Não
36	E. Antônio Franc. Da C. Lisboa	São Franc. De Paula	-	1944	Não
37	E.E. de 1º Grau Licínio Cardoso	Lavras do Sul	-	-	Não
38	E.E.E.M. Joaquim Nabuco	Tupanciretã	-	-	Não
39	E.E.E.M. Bandeirante	Guaporé	-	1940	Não

Índice	Plantas Atuais	Plantas SOP	Fotos atuais	Fotos entorno	Telhado ap.	Implant. Esq.	Interve. ap.
1	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
2	Sim	Não	Sim	Pouco	Não	Sim	Sim
3	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Talvez
4	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim
5	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim
6	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim
7	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim
8	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	-
9	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	-
10	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não
11	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
12	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
13	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
14	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
15	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
16	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
17	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim
18	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim
19	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
20	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
21	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
22	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
23	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim
24	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
25	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
26	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não
27	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
28	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
29	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
30	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	-
31	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
32	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
33	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim (telhado)
34	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não
35	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim (telhado)
36	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim (telhado)
37	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não
38	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
39	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim